

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Kamilla Raquel Rizzi

RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA:
os condicionantes internos e a via multilateral

Professor Orientador: Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini

Porto Alegre, agosto 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Kamilla Raquel Rizzi

RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA:
os condicionantes internos e a via multilateral

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Professor Orientador: Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini

Porto Alegre, agosto 2005.

AGRADECIMENTOS

À CAPES, que por meio do *Programa San Tiago Dantas de Incentivo ao Ensino de Relações Internacionais*, possibilitou minha dedicação à pesquisa.

Ao Prof. Dr. Paulo Vizentini, pela confiança e incentivo.

Ao Prof. Luis Dario, pela amizade e leituras críticas.

À Sueli, Nini e Tiago, por todas as razões.

Trata-se, portanto, de marcar a atribuição à África da prioridade que lhe cabe na política externa brasileira. Esta é a marca definitiva que o Governo [...] quer deixar nas relações do Brasil com a África em geral, com a de língua portuguesa em particular e, muito especialmente, com Angola.

Embaixador Jorge D'Estagnolle Taunay Filho,
creditado em Angola, em 01 de fevereiro de 2004.

RESUMO

Este estudo apresenta reflexões a respeito das relações Brasil-Angola no período compreendido entre os anos de 1990 e 2002. Tendo como ponto de partida o estabelecimento (e aprofundamento) das relações bilaterais no período entre os anos de 1975 e 1990, o presente estudo fornece subsídios que orientam o teor do contato Brasília-Luanda no período pós-Guerra Fria. Entre esses subsídios encontram-se os condicionantes internos, que em cada país influíram de modo determinante na sua respectiva atuação externa, aliados ao contexto de reestruturação internacional.

Assim, pela relevância da adaptação por que passaram esses contatos bilaterais, o trabalho distingue essas relações entre *diretas* e *indiretas*, estas últimas efetivadas pela via multilateral, seja no cenário regional (notadamente na implantação da CPLP e possibilidade de concretização da ZOPACAS), seja no cenário internacional, com a atuação conjunta nas Nações Unidas.

PALAVRAS-CHAVE: Política Externa Brasileira, Relações Brasil-Angola, Relações Brasil-África, História do Brasil, História de Angola.

ABSTRACT

This study presents some reflexions about the relations between Brazil and Angola during the period comprehended by the years 1990 to 2002. Having as its starting-point the establishment (and deepening) of the bilateral relations in the period of 1945 to 1990, this study supplies subsidies that orientate the drift of the Brazilia-Luanda contract in the post-Cold War. Among these subsidies, there are the internal conditionings, that in each country influenced in a determining way in its respective external behaviour, allied with the context of international reconstruction.

Therefore, because of the relevance of the adaptation by which these bilateral contracts passed, this work distinguishes these relations in *direct* and *indirect*, the last ones achieved through the multilateral way, both in the regional (notably in the implementation of the CPLP and in the possibility of the materialization of the ZOPACAS) and international scenes, with a joint action in the United Nations.

KEYWORDS: Brazilian Foreign Policy. Brazil-Angola Relations, Brazil-Africa Relations, History of Brazil, History of Angola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU – Assembléia Geral das Nações Unidas

A/RES – Resoluções da Assembléia Geral das Nações Unidas

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

COMESA – Commom Market of Eastern and Southern Africa

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CSNU/RES – Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

FAA – Forças Armadas Angolanas

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

MIREX – Ministério das Relações Exteriores de Angola

MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil

MNUA – Missão das Nações Unidas em Angola

MONUA – Missão de Observação das Nações Unidas em Angola

MPLA – Movimento Popular para Libertação de Angola

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

ONU – Organização das Nações Unidas

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Ministério de Ciência e Tecnologia

SADC – Southern Africa Development Community

UA – União Africana

UE – União Européia

UNITA – União para a Independência Total de Angola

UPA – União dos Povos de Angola

UNAVEM – United Nations Angola Verification Mission

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1

INTRODUÇÃO	01
1.1 Considerações teóricas	03
2 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E ANGOLA (1975/1990)	11
2.1 A Luta armada pela independência de Angola (1956/1975)	13
2.2 A política externa brasileira para a África (1953/1975)	19
2.3 O reconhecimento brasileiro da independência angolana (1975)	26
2.4 Intensificação das relações bilaterais (1975/1990)	28
3 BRASIL E ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA (1990/2002)	38
3.1 Brasil: condicionantes internos	40
3.2 Angola: evolução da guerra civil	50
4 RELAÇÕES BILATERAIS (1990/2002)	60
4.1 Relações Bilaterais Diretas	63
4.2 Relações Bilaterais Indiretas	73
4.2.1 Cenário Regional.....	74
4.2.1.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.....	74
4.2.1.2 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.....	85
4.2.2 Cenário Internacional.....	90
4.2.2.1 Organização das Nações Unidas	90
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE A: Quadro comparativo Brasil-Angola	117

APÊNDICE B: Cronologia das Relações Brasil-Angola.....	119
---	------------

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta algumas reflexões a respeito das relações políticas e econômicas entre Brasil e Angola no período pós-Guerra Fria (de 1990 a 2002). Estas reflexões se justificam ao compreender-se que a continuidade das relações entre os dois países se situa na contramão de uma “tendência de baixa” na política africana do Brasil no período mencionado, resultante de reorientações internas nos dois países e mesmo no cenário internacional, como se verá posteriormente.

Trata-se, sobretudo, da tentativa de esclarecer sob quais motivações e orientações estas relações tiveram continuidade no pós-Guerra Fria. Enquanto alguns estudiosos da política externa brasileira dos anos 1990 argumentam acerca de uma “retomada da política africana do Brasil” neste período, como Hirst e Pinheiro (1995, p. 19), outros abordam tal momento como de declínio nas relações entre o Brasil e o continente africano em geral, principalmente na área econômica, como Saraiva (1996, p. 218-219). Este autor argumenta que o referido período foi marcado por uma “tendência em baixa” da política africana brasileira, mas que o país fez “opções seletivas” no continente africano, entre as quais Angola (p. 221-224). Este é o ponto de partida da presente pesquisa, como se mostrará adiante.

O interesse por este tema decorre da constatação da escassez de análises referentes às relações do Brasil com o continente africano e com Angola especialmente, seja no período analisado neste estudo, seja em períodos anteriores. Buscou-se, assim, realizar um estudo acerca dos direcionamentos da política

externa brasileira para a África no pós-Guerra Fria, comprovando-se a opção seletiva desta política, sendo que Angola fez parte dessa linha de ação diferenciada.

A política externa brasileira, não somente para Angola, mas para a África em geral, é um tema ainda pouco explorado, principalmente pelo lugar restrito que o continente ocupa na agenda externa brasileira. Ressalvando algumas exceções, como os contatos com a África do Sul e Angola, a presença brasileira na África constitui uma lacuna que deve ser sanada pelos futuros governos brasileiros. A própria relação triangular Portugal-Brasil-África deve ter sua relevância retomada, pois como afirma Costa e Silva, não se pode “[...] escrever História do Brasil sem ter uma perspectiva de fora, uma perspectiva portuguesa e uma perspectiva africana”. (COSTA E SILVA, 2005, p. 54).

Logo, este trabalho constitui-se enquanto uma tentativa de sanar essa carência bibliográfica no campo das Relações Internacionais, ao buscar apresentar uma análise sistemática das relações Brasil-Angola, privilegiando aspectos que podem ser ampliados para a análise das relações do Brasil com outros países, como o exame da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que abrange alguns países africanos.

Este processo de investigação viabilizou-se pela análise de discursos, relatórios, entrevistas e demais documentos oficiais, todos provenientes dos Ministérios de Relações Exteriores dos dois países. Complementarmente, foi analisado material bibliográfico (livros e artigos) já publicado sobre o tema nos dois países, referente ao contexto interno em cada país e ao andamento da situação internacional. No entanto, a ausência de literatura especializada foi percebida durante a pesquisa.

1.1 Considerações teóricas

Como consequência da sua natureza multidisciplinar, as Relações Internacionais orientam-se em torno de diversos eixos temáticos, dentre eles as Ciências Sociais, a História, a Geografia, a Economia e o Direito. Dessa forma, muitos conceitos empregados pelos estudiosos das Relações Internacionais são tomados por empréstimo dessas áreas. É isso que vem aumentar, expressivamente, a complexidade e a qualidade de um estudo na área. Pecequilo afirma que:

A interpretação e o estudo [*das Relações Internacionais*] serão amparados em uma análise completa do problema em questão, não focando exclusivamente a avaliação em uma só área. Trata-se, assim, de uma visão multifacetada que não limita a compreensão e investigação do internacional a uma ou outra esfera da ação humana [...] Como todas as Ciências Sociais, as Relações Internacionais terão sua riqueza associada à mistura do qualitativo e do quantitativo, da interpretação e do concreto; permitindo uma percepção mais profunda da realidade. (PECEQUILO, 2004, p. 20-21).

Nessa mesma cadência, as Relações Internacionais, igualmente, experimentam uma evolução constante nesse seu caráter múltiplo; elas vão sendo atualizadas e reformuladas face às novas demandas que lhe são apresentadas. Os processos de globalização e da virtual diminuição das fronteiras do mundo (baseada na rapidez das trocas de informações), que ocorreram nas décadas recentes, têm direcionado esta disciplina para uma nova tendência: a de difusão do papel do *internacional* à custa do encolhimento da relevância do *nacional*. Entretanto, entende-se, neste estudo, que a internacionalização data de um longo processo histórico:

...a história do sistema moderno é a da internacionalização e da quebra, em partes separadas, dos fluxos preexistentes de pessoas,

religião e comércio; a precondição para a formação do Estado-nação foi o desenvolvimento de uma economia e cultura internacional, dentro da qual eles se reuniram depois. (HALLIDAY, 1999, p. 16).

A consequência mais perceptível da globalização dos anos pós-Guerra Fria é, justamente, a aparente diluição das fronteiras entre os Estados; é este aspecto que dá a impressão de esse fenômeno global (e ascensão do internacional) ser recente.

Contudo, muito antes desse contexto de expansão da compreensão do papel do *internacional*, não se deve perder de vista que *internacional* e *nacional* são faces complementares da questão das relações de poder do Estado, no âmbito das Relações Internacionais e da Ciência Política, respectivamente. Canani lembra que não se pode ignorar:

...que cada área possui uma problemática própria, tendo em vista a singularidade da política externa dos Estados em relação à sua política interna. As questões colocadas pelos dois campos [*Relações Internacionais e Ciência Política*] são diferentes, uma vez que a inserção internacional dos Estados se processa numa arena distinta daquela em que se dão os jogos de poder da política doméstica. (CANANI, 2003, p. 02).

O *internacional* (Halliday, 1999, p. 22), é integrado por três elementos-chaves: o interestatal, o transnacional e o sistêmico. O autor parte do princípio de que os Estados relacionam-se como atores unitários na comunidade internacional; por seu turno, a ótica do *nacional* pressupõe a base das relações entre o Estado e a sociedade.

O *internacional* é, aqui, entendido como o nível político no qual não há autoridade, muito menos centro de poder; ele se consubstancia no Estado, no âmbito *nacional*. Brucan afirma que as limitações e coerções, na esfera

internacional, não são impostas por um centro de autoridade e de poder, mas sim, por

...uma *relação* de poder, por considerações de riscos e de caráter moral, religioso ou ideológico. Nisso consiste a característica fundamental da política internacional [...] chegamos à conclusão que, assim como a desigualdade social é a raiz da política na sociedade, assim a desigualdade nacional é a raiz da política no cenário mundial; [*chegamos à conclusão*] de que o Estado, como personificação moderna da política serve como instrumento do domínio social dentro da sociedade e como instrumento da nação no cenário mundial; por último, a política de um determinado Estado reflete a fusão das duas categorias de interesse. (1974, p. 113-114) (Tradução da autora).

Para Halliday, tanto o nível nacional quanto o internacional dispõem de uma autonomia parcial; todavia, em um mesmo processo de análise, as interações entre essas duas esferas resultariam em “uma relação estável e produtiva” :Para esse mesmo autor, os Estados,

...funcionam simultaneamente nos níveis doméstico e internacional e buscam maximizar seus benefícios em um domínio para melhorar suas posições no outro. As necessidades da competição interestatal explicam muito do desenvolvimento do Estado moderno, enquanto a mobilização dos recursos domésticos e os constrangimentos internos dão conta do sucesso dos Estados nessa competição. (1999, p. 34).

Identificada, assim, necessidade de compreender a relação entre o *nacional* e o *internacional*, segue-se rumo à análise sobre como se dá esse relacionamento, desde os seus correspondentes, *política interna* e *política externa*. O debate pode-se desenvolver pelo âmbito da autonomia (ou não) da política externa em relação à interna; da preponderância da última sobre a primeira. Porém, convém repetir que “...não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna” (DUROSELLE, 2000, p. 56). Isso vale tanto para os atos

mais importantes dos Estados, quanto para as manifestações cotidianas da vida internacional. Nessa direção, mas com outras palavras, Milza defende que:

...não há diferença de natureza, tampouco separação estanque entre o interior e o exterior, mas [há] interações evidentes entre um e outro, com, entretanto, uma primazia reconhecida do primeiro sobre o segundo. (MILZA, 1996, p. 370).

Uma noção mais precisa sobre a *política interna* relaciona-se à atuação do Estado frente à sua população, ao seu território, ao seu governo, som vistas a assegurar a sua soberania e o reconhecimento pelos demais atores. Por sua vez, a *política externa* é, aqui, entendida com base no modelo interativo de formulação de política externa, tal como foi proposto por Maria Regina S. de Lima, que a situa no patamar das relações entre os Estados, porém dependente das forças sociais, políticas e econômicas no âmbito doméstico. Nesse ponto, a autora (1994, p. 28), propõe um misto entre os modelos clássico e político-social.

Diante desse referencial, a situação política interna evoca a formulação e execução de uma política externa específica. No caso brasileiro, adota-se o conceito empregado por Araújo Castro (1982, p. 206), segundo o qual a *política externa* é o conjunto de diretrizes que o país teria historicamente levado a efeito nas suas relações com os outros Estados. Tais diretrizes envolveriam, dentre outros, princípios como o da igualdade soberana das nações, e o da não-intervenção. Além disso, esses princípios seriam alterados ao longo do tempo, conforme a circunstância e o contexto histórico vivenciados.

Há, ainda, uma variável importante: a *política internacional*, que é caracterizada, pelo mesmo autor, como a definição de uma posição do Estado “...frente aos problemas do mundo contemporâneo”, a partir da qual ele estabelece as orientações a serem seguidas pelo país, diante de cada contexto que a ele se

apresentam. Um campo de atuação principal seria o as organizações internacionais, em especial as Nações Unidas; e o objetivo delas seria “[...] remover quaisquer obstáculos que possam oferecer-se contra o *seu* pleno desenvolvimento econômico, tecnológico e científico”. (CASTRO, 1982, p. 206).

A política internacional não exclui a política externa; ela, isto sim, a complementa, a partir da posição que o país ocupa e tem ocupado no cenário internacional ao longo dos anos. Cada conexão possível entre as políticas interna e externa (esta associada à política internacional) poderá ser explicitada, exclusivamente, por meio de uma análise das condições que afetam cada uma das dimensões do poder estatal, num determinado período. Desse modo, o *nacional* e o *internacional* sempre estarão relacionados entre si, com diferentes graus de interação, conforme a conjuntura histórica e os Estados envolvidos na questão específica.

Desse modo, a identificação das mudanças na inserção internacional de um país, ao longo do tempo, também assume papel relevante na análise da política externa desse mesmo país. A última década do século XX foi inaugurada com a aceleração do processo de desagregação do campo soviético, culminando com o colapso do regime socialista no Leste europeu e na URSS. Esse evento teve repercussões imediatas no sistema de relações internacionais, uma vez que ele deu cabo à bipolaridade (elemento central da Guerra Fria), que tão marcadamente caracterizou o mundo pós-Segunda Guerra Mundial. Acrescidos a isso, os processos de globalização e de disseminação do ideário neoliberal, na América Latina, configuraram o período de 1990 a 2002 como sendo de uma fase de reordenação do sistema internacional, a partir de uma reestruturação econômica e política. Em conseqüência, as respectivas situações no Brasil e em Angola, no

período aqui analisado, tiveram relevância para a formulação das respectivas agendas externas.

O direcionamento do presente estudo indica que a política externa não está descolada da política interna; ao contrário, ela se encontra articulada a fatores de ordem tanto política, quanto cultural e econômica, todos extremamente complexos e dinâmicos. A própria formulação da política externa passou a ser alvo de permanentes interpenetrações por parte de outras esferas alocadas tanto na esfera de atuação do Estado (o poder legislativo, por exemplo), como fora dele. Há que se concordar com Celso Lafer, quando ele afirma que:

...toda política externa constitui um esforço, mais ou menos bem-sucedido, de compatibilizar o quadro interno de um país com seu contexto externo. É por isso que na análise da política externa de um Estado convém [...] levar em conta duas dimensões distintas, porém complementares. (LAFER, 1984, p. 104).

Dessa forma, a presente investigação ampara-se no aspecto de que as políticas externas brasileira e angolana foram (e são, atualmente) condicionadas, concomitantemente, por fatores internos e externos. Isso pode ser detectado na divisão das relações bilaterais em períodos assinalados pela maior ou menor aproximação, justamente como consequência da atuação desses fatores. Como exemplo disso, pode-se citar o caso do período pós-Guerra Fria, no qual os contatos Brasília-Luanda foram alvo de uma adaptação aos novos cenários internos e externos, como forma de encontrar um outro meio que possibilitasse a continuidade desse relacionamento.

Com o firme propósito de qualificar o seu resultado, esta pesquisa foi dividida em três partes: a) o estabelecimento (e a consolidação) das relações entre Brasil e Angola (1975/1990); b) os condicionantes internos e externos dos dois

países durante o período pós-Guerra Fria (1990/2002); e c) as relações bilaterais, *diretas e indiretas*.

Nessa estrutura, no capítulo 2, optou-se por considerar o contexto histórico no qual foram estabelecidas as relações Brasil-Angola, cujo primeiro marco foi a independência de Angola, em 1975. É oportuno salientar que a concreta aproximação entre os dois países começou a se fortalecer a partir do reconhecimento brasileiro dessa independência. Desde essa data, as relações bilaterais passaram a ser efetivas; elas foram redimensionadas, nas décadas de 1970 e 1980, quando atingiram o apogeu, com o intercâmbio de petróleo angolano por serviços brasileiros, o qual veio a se constituir no carro-chefe das relações comerciais.

O capítulo 3 empreende uma análise sobre os condicionantes internos, nos dois países, durante o período pós-Guerra Fria (1990/2002). Isso porque tais fatores foram limitantes e direcionaram as respectivas políticas externas. No Brasil, os três Governos localizados nos anos 1990, buscaram, de uma forma ou de outra, adaptar o país aos redirecionamentos políticos e econômicos internacionais, numa oscilação entre uma maior ou menor aproximação aos princípios do neoliberalismo. Por sua vez, em Angola, o aprofundamento da guerra civil diminuiu ainda mais a margem de atuação externa daquele país, que buscou, minimamente manter os contatos já estabelecidos, em especial, com o Brasil.

Por fim, o capítulo 4 procura expor, minuciosamente, as relações bilaterais no período, as quais foram divididas, pela autora do trabalho, em *diretas* e *indiretas*, representando um artifício voltado para facilitar a melhor compreensão e entendimento do tema.

As *relações bilaterais diretas* caracterizam-se como as consideradas clássicas, marcadas por um contato direto, que se concretiza, principalmente, por meio de acordos, declarações e visitas. As *relações bilaterais indiretas*, por sua vez, são aquelas multilateralmente intermediadas; buscou-se as que se inseriram, como cenários primordiais, em três organizações internacionais: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e a Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo deste último capítulo é indicar como as *relações bilaterais indiretas* foram mais intensas que as *diretas*. Além disso, propõe-se evidenciar a adaptação que as relações Brasil-Angola experimentaram no período, a qual direcionou a manutenção dos contatos, por intermédio de outros meios que, nas respectivas circunstâncias, mostravam-se mais flexíveis e, também, mais propícios.

2 O ESTABELECIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E ANGOLA (1975/1990)

A importância e singularidade das relações Brasil-Angola resultam do fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer tanto a independência angolana quanto o governo do Movimento Popular pela Independência de Angola, no ano de 1975. Entretanto, o Brasil sempre esteve historicamente ligado ao continente africano, especialmente no que se refere às colônias portuguesas naquele continente. O Brasil possui, hoje, grande parte de sua população de origem africana, devido à escravidão.

O relacionamento entre Brasil e Angola remonta ao século XVI, quando ambos integravam o império português, com funções diferenciadas nos processos de exploração e de colonização. Com a fundação de Luanda, em 1575, os portugueses passaram a intensificar o aprisionamento e o tráfico de escravos, não somente em Angola, como também em todo o território africano. No âmbito das relações comerciais, nessa época, prevaleciam produtos como a cachaça e o tabaco brasileiros, trocados por escravos em Luanda e no interior angolano. A atuação da Coroa portuguesa pautava-se em assegurar, ao Brasil, a mão-de-obra necessária às plantações de cana-de-açúcar e tabaco, e às minas de ouro; o destino da colônia africana era suprir a demanda por escravos, fechando, desse modo, o ciclo da política colonial portuguesa¹.

¹ Para obter detalhes sobre o processo de exploração das colônias portuguesas, ver: CURTO, J. C. "Vinho verso Cachaça – A luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703". In PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 69-97; e MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.

Menezes assim argumenta com relação à intermediação das elites portuguesas no processo de exploração das colônias:

Instaurou-se, assim, um verdadeiro processo de “dependência intermediada” no qual Angola e as demais colônias portuguesas eram condicionadas não apenas pelas decisões tomadas no espaço metropolitano original, mas, indiretamente, pelos capitais situados nos países imperialistas [...] e que exploravam seus recursos intermediados pelos monopólios portugueses. Constituíam-se, assim, um “dupla instância de dependência” uma submissão não a uma metrópole isoladamente (a “dependência colonial”), mas a dois estágios metropolitanos (o português e o dos países imperialistas hodiernos). (MENEZES, 2000, p. 33).

A independência do Brasil, em 1822, teve reflexos na Colônia de Angola. As relações triangulares que uniram Brasil e Angola, e estes dois a Portugal foram modificadas. A sociedade angolana se dividia entre grupos pró-independência, interessados na união angolana com o Brasil; e grupos pró-Portugal, que buscava manter a colônia como parte do império português. Entretanto, a Inglaterra, com o objetivo de garantir seus interesses comerciais no Brasil e, posteriormente, abolir a escravidão, procurou extinguir as conexões entre o Brasil e Angola. Martins afirma que a diplomacia inglesa via na extinção do tráfico “... uma maneira de romper as ligações entre Brasil e Angola e evitar a formação de um Império Sul-Atlântico, sob o domínio brasileiro”. (2002, p. 98).

Assim, a Inglaterra condicionou o almejado reconhecimento internacional da independência brasileira à questão das colônias portuguesas e ao fim do tráfico de escravos. Em 1825, o governo brasileiro assegurou, através de um Tratado, que não pretendia anexar nenhuma das colônias africanas de Portugal.

Nesse contexto, a política do Império do Brasil voltou-se a resolução dos problemas fronteiriços, quando os “... interesses brasileiros se deslocaram, com nitidez, do Oceano Atlântico para a Bacia do Prata e a política externa se regionaliza.” (SILVA, 1989, p. 32).

Aliados a isto, já na segunda metade do século XIX, o fim do tráfico negreiro e as novas culturas agrícolas brasileiras, em especial com a introdução do café e da mão-de-obra imigrante, propiciaram mais de um século de interrupção das relações entre os dois países. Até a década de 1950, o Brasil privilegiou as relações com as potências colonizadoras na África, em detrimento dos contatos tanto com as colônias quanto com os países recém-independentes daquele continente. É no contexto do mundo pós-Segunda Guerra Mundial que os dois países restabelecem contato, como será visto no decorrer deste estudo.

2.1 A luta armada pela independência de Angola (1956/1975)

O movimento pela independência de Angola coincidiu com o processo de descolonização afro-asiático, ocorrido na segunda metade do século XX. Os regimes autoritários, em Lisboa, de Antônio Salazar (1932 a 1968) e Marcelo Caetano (1968 a 1974), ambos defensores de posições colonialistas específicas, alegavam a ligação das colônias ultramarítimas ao Estado português. Na década de 1950, como forma de deter o processo da independência angolana, Portugal passou a incentivar a emigração rumo a Angola, ao mesmo tempo em que efetivou mudança da designação oficial de Colônia para Província Ultramarina de Portugal (1951), numa tentativa de manter seus domínios além-mar.

Dez anos depois, em 1961, o MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), que fora fundado por intelectuais urbanos, em 1956, e sob a liderança de Agostinho Neto, deu início a uma série de protestos contra o domínio português, exigindo a independência. Diante da recusa de Portugal em conceder autonomia a Angola e às demais colônias (enquanto outros domínios já se tornavam independentes, tanto na África quanto na Ásia), criou-se uma situação de rebelião nestas colônias. A repercussão desses eventos foi internacional, e ampliou-se a partir de 04 de fevereiro de 1961, quando as prisões portuguesas sediadas em Luanda foram atacadas com o objetivo de libertar os militantes do MPLA. Iniciava-se, nesse instante, a luta armada pela libertação nacional.

A União dos Povos de Angola (UPA), uma organização clandestina foi criada em 1958, mediante a fusão de grupos de resistência à dominação colonial, sob a liderança de Holden Roberto. Sua origem remota está na União das Populações do Norte de Angola (UPNA), uma organização sediada no norte do território angolano. Ela também era liderada por Holden Roberto, e estava identificada com a etnia *congo*.

No ano de 1962, a UPA e o Partido Democrático Angolano uniram-se para formar a FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola), sob a liderança do mesmo Holden Roberto. Em 1966, a FNLA dividiu-se por motivos étnicos: no sul do território angolano, surgiu, em março desse mesmo ano, a UNITA (União para a Independência Total de Angola), sob a chefia de Jonas Savimbi.

Ao mesmo tempo em que Angola era destaque na mídia internacional, face ao impacto de sua situação interna, Portugal era alvo de crescente contestação por parte dessa mesma mídia, em especial, no circuito das Nações Unidas. Na tentativa de amenizar tais pressões, o Governo português levou

a efeito, em Angola, no final de 1961, algumas medidas, tais como: incentivo da emigração portuguesa para a colônia; facilidade de acesso ao capital estrangeiro; e abolição do imposto indígena, com a instituição do imposto geral mínimo. Em 1973, Portugal elevou Angola e Moçambique à posição de Estados semi-autônomos.

O governo salazarista de Marcelo Caetano foi derrubado pela Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, que redemocratizou Portugal. No contexto das independências tardias, a que causou maior impacto internacional foi a de Angola (um país estrategicamente localizado ao centro da África Austral; com extensa faixa litorânea; rico em recursos minerais; e com minoria branca). Tal fato adquiriu a dimensão do conflito Leste-Oeste, mediante o envolvimento de aliados dos dois blocos (Cuba e África do Sul).

Os Acordos de Alvor, assinados em 15 de janeiro de 1975, entre o MPLA, a FNLA e a UNITA, criaram um Governo transitório quadripartite (sob a chefia de um Alto Comissário português); previa-se a independência de Angola para novembro do mesmo ano. Tais Acordos, ainda, reconheciam os três movimentos de libertação nacional como legítimos representantes do povo angolano. Desse modo, a eles caberia, exclusivamente, o direito de candidatar-se às eleições para a Assembléia Constituinte².

No entanto, esses Acordos logo foram descumpridos pelas FNLA e UNITA. Os Estados Unidos começaram a apoiar financeiramente, de forma clandestina, a FNLA de Holden Roberto; por sua vez, a União Soviética passou a enviar expressivos volumes de recursos ao MPLA. Em julho e agosto de 1975, Jonas Savimbi encontrou-se com representantes da CIA; a partir daí, a UNITA foi alvo da ajuda norte-americana (armas e pessoal especializado), sem, no entanto,

² Cf. Art. 41, do Acordo de Alvor, Alvor/Algarve, 15 de janeiro de 1975.

contar com a aprovação do Congresso dos EUA. Essa ajuda viria a ser erradicada com a aprovação da Emenda Clark, em 1976. No mesmo período, a África do Sul começou a fornecer armas e a treinar soldados da UNITA. Em setembro, o Zaire enviou dois batalhões para Angola, numa demonstração aberta de apoio à UNITA.

A tensão agravou-se quando, em resposta à intervenção sul-africana, o primeiro contingente de tropas cubanas chegou a Angola, em outubro de 1975, às vésperas da sua independência. A África do Sul, para preservar seus interesses sobre a Namíbia, interveio militarmente em Angola, a pedido da UNITA, em 23 de outubro, com a *Operação Savannah*. A aliança entre Portugal e a África do Sul tornava-se mais explícita: inicialmente política, ela passou a ter contornos econômicos, e, finalmente, militares:

... a África do Sul tornava-se, assim, a polícia da região. Presta auxílio às tropas portuguesas em Angola e Moçambique. Intervém na Rodésia e na Namíbia. Faz saber que a sua fronteira norte 'começa ao norte do Zaire'. (JORGE, 1998, p. 103).

É interessante ressaltar que, se entre os colonizadores havia uma forte unidade, em especial devido ao contexto da Guerra Fria, entre os libertadores, a divisão era a marca definitiva, causada principalmente pela clivagem étnica, que compunha os diversos grupos, originada pelo apoio de cada etnia às diferentes facções. Esse fenômeno fundamenta-se em razões históricas, uma vez que a estrutura de localização da população de Angola (aliada à política colonial) favoreceu o desenvolvimento de rivalidade entre os grupos étnico-culturais. Isso se evidencia na própria divisão do país entre a elite "creolla", localizada na capital, mestiça, com o português como língua oficial, mais educada e apoiada pela etnia Mbundo; e a população interiorana, mais carente, sem educação, com origem nas etnias Ovimbundos e Bakongos. O contingente do interior sempre considerou a

população da capital como apoiadora dos portugueses, representando um aspecto que influenciou o andamento da guerra civil, como se verá posteriormente.

Num contexto marcado por impasses e rivalidades internas, e um vazio de poder face à incapacidade do novo governo português, em 11 de novembro, o MPLA declarou, unilateralmente, a independência da República Popular de Angola. Na ocasião, assumiu a presidência do país, o líder Agostinho Neto.

Contudo, essa independência não trouxe a paz para Angola; os três movimentos, constituídos com o fim de lutar pela libertação, passaram a combater entre si. O MPLA, de tendência marxista, e amparado militarmente pela União Soviética e Cuba, enfrentava a FNLA, que recebia apoio do Zaire, e a UNITA, com o suporte da África do Sul. O governo do MPLA passou, então, a enfrentar exclusivamente a UNITA (apoiada, então, pela África do Sul, China e EUA), já que a FNLA viria a se desintegrar em pouco tempo.

Sustentado por forças cubanas (armas e, aproximadamente, 20 mil soldados), o MPLA consolidou o poder, e derrotou, em 1976, o exército da África do Sul ao sul do território angolano. Contudo, a guerra civil prosseguiu.

Esse conflito deve ser interpretado por meio de quatro componentes complexos e interligados, destacados por Correia: a) a luta pela libertação; b) o conflito regional; c) o contexto da Guerra Fria; e d) o próprio conflito interangolano. Mesmo que, com a independência, o primeiro componente tenha sumido, o cenário que se seguiu veio acentuar os demais itens. Esse autor, ainda, afirma:

O certo é que, depois do Alvor, a posição de Angola como palco do conflito regional se acentuou, passando a contar com a intervenção direta de forças armadas regulares dos países vizinhos no interior de Angola. A República do Zaire e a República da África do Sul foram os protagonistas desta escalada, mantendo-se os

alinhamentos e as alianças do período da guerra colonial. (CORREIA, 1996, p. 32).

Enquanto a República do Zaire apoiava a FNLA, a República da África do Sul, no intuito de garantir a sobrevivência do regime do *apartheid*, dava apoio à UNITA, com vistas a obter, em Angola um vizinho cooperador (embora de maioria negra). Entre os anos de 1981 e 1987, o exército sul-africano invadiu inúmeras vezes o sul do território angolano, por intermédio da *Operação Protea*; ele chegou a manter, em caráter permanente, um contingente de ocupação naquela região.

No que tange ao contexto internacional, as duas superpotências optaram por não se envolver de forma demasiado visível; dessa forma, constituíram delegações e representações regionais, o que fez com que a lógica da Guerra Fria se confundisse com o conflito regional e a própria situação civil angolana. A URSS continuou a dar sustentação ao MPLA e suporte à grande parte do esforço cubano; enquanto isso, os EUA, não obstante a Emenda Clark, apoiavam, exclusivamente, a UNITA. Todavia, esse apoio deixou de ser velado somente depois da revogação dessa Emenda, em 1985, pela Câmara dos Representantes daquele país. Em 1986, Jonas Savimbi viajou aos EUA, quando foi recebido pelo Presidente Ronald Reagan; este, em dezembro de 1987, ofereceu-lhe um montante aproximado de US\$15 milhões por ano, para o movimento por ele liderado.³

A situação interna de crise começou a ter contornos mais intensos nos anos 1980, quando passou a afetar as atividades políticas, administrativas, econômicas e sociais de Angola, dando origem a um crescente número de vítimas, bem como sérios danos à infra-estrutura do país. A transição conflituosa refletiu-se

³ Cf. dados constantes em PATRÍCIO, José. **Angola-EUA: os caminhos do bom senso**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p.61.

em uma nação sem participação política. Agostinho Neto fez uma série de reorganizações administrativas no seu Governo, com o intuito de centralizar o poder. Além disso, ele objetivou, também, interromper o suporte externo que era dado à UNITA, por meio de relações com países ocidentais, os quais passaram a se interessar pela exploração do petróleo angolano, principalmente no território de Cabinda. Em setembro de 1979, o Presidente angolano morreu em Moscou; em seu lugar, assumiu José Eduardo dos Santos, um moderado com visão pragmática.

Ao limitar Angola ao papel de exportadora de matéria-prima, e ao excluir a maioria do povo angolano dos benefícios ocasionados pelo crescimento, os colonizadores concretizaram uma situação que viria a ser onerosa ao país, nos anos pós-independência, e acentuada pelo prosseguimento da guerra civil.

A transição problemática desaguou em uma nação dilacerada, com a infra-estrutura destruída; tudo isso bloqueou a participação política efetiva da população. No campo econômico, já na independência, Angola estava em decomposição: os colonos portugueses e os angolanos de origem portuguesa abandonaram o território, o que deu espaço a uma espécie de caos agrícola, marcado pelo êxodo rural e pelo abandono forçado das terras durante a guerra civil.

Os anos de 1970 assinalaram uma queda na produção agrícola, e a conseqüente crise no setor de alimentos. O prolongamento da guerra civil instalou a ineficácia do setor público, o qual se aliou ao bloqueio da iniciativa privada nacional; esta, sem condições de financiar o desenvolvimento econômico angolano, barrou' o processo de crescimento do país.

2.2 A política externa brasileira para a África (1953/1975)

O Brasil, por meio do projeto nacional-desenvolvimentista, buscou a sua industrialização, e tentou assegurar certa influência regional no decorrer dos anos 1950. Já no segundo mandato de Getúlio Vargas (1951/1954), houve um aprofundamento contínuo das particularidades da política externa brasileira: ela partiu do nacional-desenvolvimento, passou pelo desenvolvimento associado de Juscelino Kubitesch, e atingiu a sua forma superior com a Política Externa Independente – PEI.

Como não poderia deixar de ser, também o marco do redirecionamento da política externa brasileira para a África desenhou-se durante o segundo Governo de Getúlio Vargas, quando foi assinado o Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953. Esse Tratado ligou, politicamente, os dois países, no cenário internacional; a partir daí, foi-se caracterizando a ambigüidade da política brasileira frente à questão das colônias portuguesas na África. Se, por um lado, havia um compromisso político (atrelado à defesa do colonialismo) entre Brasil e Portugal, por outro, tornou-se cada vez mais evidente o interesse brasileiro em estabelecer o contato com as colônias portuguesas na África (futuros países independentes).

A política externa do Governo Juscelino Kubitschek (1956/1960) foi marcada pelo nacionalismo associado ao capital estrangeiro; nesse contexto, o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA) representou uma forma de barganha com os Estados Unidos.

Durante o Governo Jânio Quadros (1961), ocorreu a primeira estratégia típica da política brasileira direcionada ao continente africano: Jânio promoveu a aproximação com a África mediante a criação do Departamento de

África no Itamaraty. Nessa sintonia, foram instaladas as primeiras embaixadas brasileiras em Acra (Gana), Nairobi (Quênia), Dakar (Senegal) e Lagos (Nigéria). Em um artigo de periódico especializado, o próprio Presidente já indicava:

Com relação à África, podemos afirmar que, hoje, esse reconhecimento representa uma nova dimensão da política brasileira. Estamos ligados ao mundo africano por nossas raízes étnicas e culturais, além de *coincidir-mos* no desejo de tornar possível *assumirmos* uma posição independente no mundo atual. (QUADROS, 1978, p. 73).

Com o objetivo de estudar a realidade e a cultura africanas, bem como os seus reflexos na sociedade brasileira, Jânio criou, em 14 de abril de 1961, o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA). No mês anterior, o Itamaraty criara o Grupo de Trabalho para a África, o qual deveria apresentar "... conclusões sobre missões diplomáticas nos novos Estados africanos e propor medidas econômicas, comerciais e culturais". (RELATÓRIO, 1983, p. 183).

Com essa diretriz, o Governo brasileiro desenvolveu uma política que buscava manter uma relativa autonomia face aos Estados Unidos, além de aproximar-se do Leste Europeu, da Ásia e da África. A *Política Externa Independente* pretendia inserir o país nas teses terceiro-mundistas, uma vez que, de fato, o Brasil fazia parte do Terceiro Mundo. Esse artifício atingiu o auge com a política dos "3 Ds" (desarmamento, desenvolvimento e descolonização), lançada pelo Embaixador João Augusto de Araújo Castro, na XVII Assembléia das Nações Unidas:

... [a política dos 3 Ds] permitiu um aprofundamento global [em] nível do sistema internacional, na perspectiva da emergência de um mundo multipolar, em que o Brasil poderia fazer parte de um novo centro, aumentando suas responsabilidades internacionais [...] no campo do desenvolvimento, o Brasil tomou posições claras e

extremamente coerentes que o aproximaram da África, da Ásia e reforçaram a aproximação no plano sul-americano. O Brasil tende a apresentar-se como uma potência média no cenário internacional, reflexo de seu desenvolvimento e do desejo de ter uma posição internacional mais nítida. (MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 315).

Sob esse ângulo, a *PEI* pode ser entendida como parte da estratégia da política externa brasileira de questionar o *status quo* mundial, na tentativa de negociar uma nova forma de inserção internacional. A política externa passou a ser o instrumento indispensável para a realização dos projetos nacionais, uma vez que o desenvolvimento industrial do país era o elemento justificador dela.

O multilateralismo representava uma das direções indicadas pela *PEI*; com a tese anticolonialista em alta nas Nações Unidas, o Brasil votou favoravelmente aos textos contrários ao colonialismo. No entanto, no que se referia aos interesses de Portugal, absteve-se de votar devido ao Tratado de 1953, (já citado); isso fez vir à tona a primeira dificuldade da postura anticolonialista brasileira.

De acordo com Saraiva (1996 p. 151-153), as diretrizes anticoloniais presentes na *Política Externa Independente* começaram a se chocar com as “obrigações internacionais” do Brasil com Portugal, principalmente no âmbito das Nações Unidas. Jânio Quadros pautava a atuação externa brasileira por duas direções distintas: de um lado, com tons fortemente anticolonialistas, e de outro, com os compromissos internacionais estabelecidos com Portugal, que levavam o Brasil a se abster nas votações que diziam respeito ao assunto nas Nações Unidas. Essa ambigüidade da política brasileira para Angola viria a se reverter somente em 1975.

O Governo de João Goulart (1961/1964), cujo Chanceler foi San Tiago Dantas, buscou aprofundar a *Política Externa Independente*, ao incrementar o corpo teórico da política externa, para colocá-la em prática. Vizontini afirma que:

... a Política Externa Independente constituiu um projeto coerente, articulado e sistemático, visando transformar a atuação internacional do Brasil. Até então, a diplomacia brasileira havia sido basicamente o reflexo da posição que o país ocupava no cenário mundial. [...] devido ao processo de industrialização brasileiro e à progressiva alteração do contexto internacional, sobretudo a partir da passagem das décadas de 1950 e 1960, a política externa brasileira procurou tornar-se um instrumento indispensável para a realização de projetos nacionais. (2003, p. 29).

No entanto, tendo em vista o contexto interno de crise, a *PEI*, gradativamente, foi sendo interrompida, até perder a sua efetividade. Em 1964, o movimento militar brasileiro imprimiu uma noção diferente do nacionalismo até então vigente no país. Ao mesmo tempo, o projeto desenvolvimentista sobreviveu, de forma a fomentar uma potência média industrializada. Com isso, a atuação externa do país direcionou-se para uma postura de interdependência, e, em certa forma, para a busca de uma autonomia internacional. Vizontini (Idem, p. 39) argumenta que uma das orientações do regime militar era a de “... construir uma potência média industrializada”, e o que de positivo “... pode ser creditado à política externa foi obra do Itamaraty, que manteve larga margem de ação”.

O Governo do Marechal Humberto Castelo Branco (1964/1967) baseou-se na “revolução redentora”, fundamentada na “... ordem e paz social, [...] combate à corrupção e retomada do crescimento por meio do estímulo ao capitalismo privado” (VIZENTINI, Ibidem, p. 40). A reaproximação com os Estados Unidos fez com que a política externa brasileira perdesse a perspectiva multipolar, em favor da bipolar, que se atrelava à Doutrina de Segurança Nacional. Houve um recuo expressivo na dimensão anticolonialista brasileira, com o retrocesso do apoio ao colonialismo português.

Castelo Branco chegou, inclusive, a afirmar que “... qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente” (1964, s/p). O primeiro Chanceler desse primeiro governo militar foi Vasco Leitão da Cunha; porém, somente durante o mandato do Chanceler que o substituiu, Juracy Magalhães, é que foram empreendidas duas missões de promoção comercial junto à África, no ano de 1966.

Com o Governo do General Arthur da Costa e Silva (1967/1969), a política externa teve o retorno à sua pauta, do tema *desenvolvimento*, e da retomada das relações com a África. A *Diplomacia da Prosperidade* do Chanceler Magalhães Pinto incrementou as relações com o Terceiro Mundo, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul, em particular, com o continente africano. Durante o período de atuação desse Chanceler, foram inauguradas duas Embaixadas brasileiras: em Abidjan (Costa do Marfim) e Kinshasa (Zaire).

Em 1968, foi instalada a Câmara de Comércio Brasil-África e, numa reorganização interna do Itamaraty, ocorrida em 1969, foi instituído um Secretariado Geral Adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, subdividido em África e Oriente Próximo. Foram, ainda, enviadas missões a Angola, Moçambique e África do Sul. Ao mesmo tempo, as relações privilegiadas com Portugal continuavam a caracterizar a ambigüidade da política externa brasileira em relação às colônias portuguesas, especialmente Angola.

De acordo com Saraiva (1996, p. 125), o período compreendido entre 1967 e 1979 foi dos “anos dourados” da política externa brasileira para a África. Isso pode ser constatado pela nova tentativa brasileira de inserção internacional, possibilitada pelo desenvolvimento econômico e pela política externa

específica do regime militar, a qual viabilizou o projeto nacional-desenvolvimentista, e ampliou a visão geoestratégica sobre o Oceano Atlântico. Como consequência, ficou evidenciado o crescente interesse brasileiro pelo continente africano como um mercado consumidor (face às independências dos países africanos), como realmente veio a ocorrer nos governos posteriores, a seguir analisados.

A política externa do Governo General Emílio Garrastazu Médici (1969/1974) apresentou uma mudança qualitativa em direção à África, marcada por novos parceiros comerciais, como resultado das relações diretas com aquele continente. A *Diplomacia do Interesse Nacional* do Chanceler Mário Gibson Barboza propunha um projeto diplomático de longo prazo, visando a uma nova forma de inserção internacional, mediante o alargamento das relações com o continente africano. Foram assinados 30 Tratados Comerciais com países africanos, em um número superior aos que haviam sido acordados durante o Governo Geisel (22).

O intercâmbio comercial com a África do Sul foi mantido, apesar de o Brasil não concordar com a política do *apartheid*. As relações com Portugal continuaram a ser privilegiadas, não obstante, na XXVI Assembléia Geral das Nações Unidas, em novembro de 1972, o Brasil ter votado favoravelmente pela adoção da Resolução que considerava autênticos os movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

De 25 de outubro a 22 de novembro de 1972, o Chanceler Gibson Barboza, acompanhado de uma comitiva ministerial, visitou nove países africanos: Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Gabão, Camerum, Dahomey, Togo, Zaire e Senegal. O petróleo era o primeiro responsável pela atração que a África exercia sobre o Brasil, devido às necessidades energéticas brasileiras. Com a crise de 1973, o petróleo tornou-se uma arma política. Com uma dependência de,

aproximadamente, 80% do petróleo importado, o Brasil reorientou, geograficamente, as exportações e importações, o que deu origem a novas parcerias com Angola, Nigéria, Gabão, Congo e Zaire. No mesmo ano, outra missão comercial brasileira visitou alguns países africanos, dentre os quais Angola.

2.3 O reconhecimento brasileiro da independência angolana (1975)

Com o Governo do General Ernesto Geisel (1974/1979), concretizou-se uma nova era na política brasileira para a África. O *Pragmatismo Responsável e Ecumênico* do Chanceler Antônio Azeredo da Silveira priorizou o continente africano, bem como os países árabes e do campo socialista. A queda de Marcelo Caetano em Portugal, em 1974, favoreceu a volta do tom anticolonialista na política externa brasileira, a mesma que, nos anos seguintes, levou à inflexão do país para a África. Nos foros multilaterais, o Brasil manteve posição de apoio ao fim do colonialismo e ao combate do racismo. Tal postura teve, como consequência, o estabelecimento de uma Representação Especial em Luanda, sob o comando do Embaixador Ovídio de Melo. Dessa forma, instalada em 22 de março de 1975,

... as percepções do Itamaraty terminaram dominando [*em relação às querelas internas no governo brasileiro quanto à questão angolana*]. As pressões arábico-africanas, associadas ao empenho dos diplomatas brasileiros, terminaram inclinando o processo decisório a favor da aproximação brasileira com Angola, antes mesmo da Revolução dos Cravos e da guinada portuguesa na questão colonial. Médici chegou a reunir Gibson Barboza e Delfim Netto para resolver as diferenças internas e ameaçou de demissão se persistisse a querela em torno do tema africano. A decisão pelo caminho próprio brasileiro em Angola já estava tomada. O próprio governo Médici começaria a desenvolver uma política de convencimento junto a Portugal para que se mudasse sua

percepção sobre o caso de Angola. (PASSARINHO apud SARAIVA, 1996, p. 173).

Foi nesse contexto que as relações entre o Brasil e Angola se estabeleceram *ad factum*; em 11 de novembro de 1975, foi o primeiro país a reconhecer a independência da República Popular de Angola, sob o governo do MPLA. Como forma de cooperar com os jovens países, o Brasil buscava “... ampliar sua influência diplomático-econômica na África e equilibrar politicamente a presença cubana no Atlântico sul”. (VIZENTINI, 2003, p. 94).

Esse reconhecimento de Angola deve ser interpretado como parte da estratégia brasileira no sentido de se colocar como país-ponte entre os interesses do Primeiro e do Terceiro Mundo, e, assim, segundo Dornbush, “... assegurando assim, através das brechas surgidas na economia mundial, um espaço próprio para a reprodução do seu capital” (1997, p. 69).

Para Melo, o conflito angolano, que iniciara como uma luta interna financiada pelo exterior, e continuara como “... pura [...] invasão estrangeira disfarçada [agora] transformava-se [...] em mais um episódio da Guerra Fria. As pressões internacionais e internas sobre o Itamaraty certamente aumentariam”. (MELO, 2000, p. 381).

Desse modo, com a independência, a Representação Especial brasileira em Luanda foi transformada em Embaixada, cujo primeiro chefe foi o Embaixador Rodolpho Godoy de Souza Dantas, saudado pelo Presidente Neto, em maio de 1976. Este último, na ocasião, afirmou a esperança de que “... um desenvolvimento real e plurifacético entre os povos brasileiro e angolano se verifique num futuro breve”. (NETO, 1976, p. 98).

A política brasileira no tocante ao reconhecimento dessa independência garantiu uma inserção privilegiada do país em Angola, onde se estabeleceu como interlocutor ocidental junto ao Governo do MPLA. Santana indica que esse reconhecimento também

... operou como um sinal para os Estados Unidos no jogo de força que vinculava essa questão ao projeto nuclear brasileiro, ao desenvolvimento da indústria bélica e à própria busca de autonomia energética via construção de hidroelétricas. Procurava o Brasil desenvolver certos níveis de autonomia nas relações internacionais, e para tal era necessário sinais diplomáticos desse esforço. A questão angolana garantiu grande visibilidade à diplomacia brasileira e resultou numa relação privilegiada entre o Brasil e Angola, parceria que permanece nos dias atuais, com o petróleo sendo o elemento vetor desse comércio. (SANTANA, 2003, p. 159)

Do ponto de vista angolano, o reconhecimento brasileiro denotava o encontro de um parceiro capaz de oferecer perspectivas de cooperação econômica na difícil situação em que se encontrava aquele país. Angola vislumbrava, no Brasil, um contato de futuro, que, além das identidades cultural e histórica comuns, abria possibilidades para uma relação de cooperação nas áreas nas quais o país mais carecia, tal como na extração do petróleo e na cooperação técnica.

2.4 Intensificação das relações bilaterais (1975/1990)

Como reflexo de toda essa conjuntura, em abril de 1976, o Ministério das Relações Exteriores organizou a primeira missão comercial brasileira para Angola. Esta foi comandada pelo Chefe do Departamento de Promoção Comercial (Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima), e integrada, ainda, dentre outros, pelo

Vice-Presidente da Petrobrás Comércio Internacional S/A, e pelo Subgerente de Operações Financeiras da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A. Um dos resultados dessa missão foi a criação de uma linha de crédito brasileiro para Angola, no valor de US\$50 milhões, além do estabelecimento das negociações para a futura parceria Petrobrás–Sonangol, como se verá adiante. Em julho de 1977, foi celebrado o Convênio MRE-SEPLAN, relativo ao programa de Cooperação Técnica Brasil-África, o qual abrangia Angola.

No Governo do General João Baptista Figueiredo (1979/1985), houve um incremento do intercâmbio econômico entre os dois países, com a assinatura de Acordos de Cooperação Técnica (1980), e a instalação da Comissão Mista Brasil-Angola. O *Universalismo* do Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro se pautava pelo esforço da manutenção da autonomia brasileira num cenário internacional desfavorável, sem deixar de transparecer traços do anterior *Pragmatismo Responsável e Ecumênico*. A convergência do Brasil com os países do Terceiro Mundo, nos foros internacionais, aproximou-o do Movimento dos Países Não-Alinhados.

A política externa do Governo Figueiredo foi se estabelecendo dentro de uma *matriz* de conduta⁴, iniciada, desde o Governo Geisel, a partir de: a) uma noção própria de *potência intermediária*, pois o país havia alcançado um considerável peso, em termos políticos e econômicos, no sistema internacional, aliado à sua posição geográfica estratégica no Atlântico Sul; b) o alinhamento com o Terceiro Mundo, comprovado com o posicionamento favorável nas Nações Unidas, frente ao anticolonialismo; c) as denúncias de neoprotecionismo e o endividamento externo; além do d) ativismo político nas alianças e coalizões que buscavam reforçar

a presença brasileira em organismos multilaterais, tais como o G-77, o Pacto Amazônico e o Grupo de Cartagena. Essa postura brasileira visava a abrir, ao país, possibilidades de virem a ser concretizadas as relações Sul-Sul, além da obtenção das vantagens comerciais negociadas na UNCTAD e no GATT.

No que concerne à África, buscou-se manter a cooperação permanentemente, apesar das crises econômicas que atingiram o Brasil e o continente africano. Figueiredo foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar a África, em novembro de 1983. Quanto à Angola, o apoio político e a tentativa de aprofundar a cooperação econômica reverteram em bons resultados para ambos países. Segundo Mourão e Oliveira:

... do ponto de vista político, as relações com África durante o período Figueiredo foram aprofundadas dentro da linha de aproximação encetada no governo Geisel. São testemunho disso as posições brasileiras sobre as questões africanas e internacionais de interesse comum (marcadas pela proximidade com aquelas tomadas na OUA) ... (MOURÃO; OLIVEIRA, 2000, p. 328).

Em junho de 1980, o Chanceler Saraiva Guerreiro realizou visita a cinco países africanos, inclusive Angola. No comunicado conjunto Brasil-Angola, de 11 de junho de 1980, resultante desse encontro, a delegação brasileira pronunciou-se condenando

... energicamente os inadmissíveis atos de agressão do regime sul-africano contra a soberania e integridade territorial da República Popular de Angola e repudiou os massacres praticados contra a população civil, bem como a deliberada destruição de centros econômicos com o objetivo de desestabilizar o país. (SARAIVA GUERREIRO, 1980, p. 113).

⁴ Para obter detalhes sobre a política externa brasileira nos anos 1980, ver SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

Outro resultado dessa viagem foi o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, assinado em Luanda, (11 de junho de 1980); este virá a se configurar na base das relações bilaterais diretas, pois a grande maioria dos Acordos que foram estabelecidos a partir dessa data, valeu-se de Ajustes a esse primeiro Acordo. Exemplos disso são o Ajuste Complementar, datado de 14 de abril de 1983, e o Protocolo Adicional, na área de Comércio, que foi assinado em 20 de outubro de 1983.

O interesse angolano nas relações com o Brasil também restou evidenciado. Em outubro de 1979, esteve, em visita oficial ao Brasil, o Governador do Banco de Angola, José Victor de Carvalho, para participar de reuniões que visavam ao incremento das relações econômicas entre os dois países. Em fevereiro de 1982, o Chanceler angolano, Paulo T. Jorge, realizou visita oficial ao Brasil, quando reafirmou a cooperação que havia sido estabelecida em 1980. Conforme destacou Saraiva Guerreiro (1982a, p. 82), as relações entre os dois países significavam muito mais do que “... a simples expressão harmoniosa de interesses, mais do que laço de identidade histórica, lingüística e cultural. [...] [essas *relações*] resultam de comum adesão aos princípios da boa convivência internacional, respeito à autodeterminação e à soberania das nações, não-intervenção nos assuntos internos, anseio pela afirmação plena e independência autêntica dos povos”.

A Comissão Mista Brasil-Angola, que havia sido criada pelo Acordo de Cooperação de 1980, realizou a sua primeira reunião em Brasília, em 7 de julho de 1982. Nessa ocasião, o Chanceler Saraiva Guerreiro, em seu discurso, afirmou que “...a base sólida para a concretização de interesses mútuos” entre Brasil e Angola já estava criada, e, agora, seria preciso “...ampliá-la e fazê-la abranger novos

campos [...] novos instrumentos de aproximação [...] Essa será, sem dúvida, a principal tarefa da Comissão Mista”. (SARAIVA GUERREIRO, 1982b, p. 29).

A partir de 1979, o acordo entre a Sonangol (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) e a Petrobrás (especificamente com a Braspetro, braço internacional dessa estatal brasileira) oficializou a exportação angolana de petróleo ao Brasil, e a prospecção de jazidas angolanas, pela Braspetro. Inicialmente, a empresa brasileira direcionou sua atenção ao Bloco de Prospecção nº 2, em parceria com a Sonangol, a Chevron-Texaco e a TotalFinaElf., no qual detinha 17,5% de participação inicial. Entre 1984 e 1987, a Braspetro realizou investimentos no Bloco 4, e posteriormente, no Bloco 34.

Nesse mesmo direcionamento de intercâmbio, com o objetivo de facilitar as relações comerciais entre os dois países, foram introduzidos os contratos de *countertrade*, ou seja, foi firmada a troca de petróleo angolano por mercadorias ou serviços brasileiros. Santana, ao citar Fonseca, argumenta que

... a grande motivação político-econômica que permite justificar as operações de *countertrade* é exatamente uma função de utilizar a capacidade ociosa que existe no país em desenvolvimento. E dois motivos básicos justificam a operação: 1) para o *countertrade* se justificar é necessário que existam dois parceiros com escassez de divisas para pagar em moeda não forte. 2) Existir bens e serviços excedentes e que encontram demanda potencial no outro... (FONSECA apud SANTANA, 2003, p. 169).

O exemplo mais nítido dessa iniciativa foi a instalação da Construtora Norberto Odebrecht em Luanda, em 1984, para a execução das obras de engenharia da Hidrelétrica de Capanda, a maior da África. De acordo com o Diretor da Base de Angola da Odebrecht Internacional, Luciano do Rego Filho, a oportunidade da empresa brasileira em firmar negócios naquele país surgiu mediante “...contatos [*realizados*] com representantes da então União Soviética”,

pois “... os soviéticos poderiam financiar os equipamentos de geração, em prazo adequado e a taxas de juros mais baixas”. Ainda citando Rego Filho:

Do ponto de vista da estratégia geopolítica, o Itamaraty nos estimulou [a *Construtora Norberto Odebrecht S.A*] sem rodeios, porque via ali um reforço aos países da linha de frente da África Austral, em sua luta contra o regime do *Apartheid*. [...] Valorizamos o fato de que o nosso parceiro soviético era um aliado militar de Angola. Por outro lado, a construção de uma obra do porte de Capanda era uma demonstração ao mundo de que o País não era refém da guerra, podendo realizar, juntamente com o esforço bélico, infra-estruturas básicas para o desenvolvimento.(REGO FILHO, 1993, p. 19-20).

O custo dessas obras de construção, previsto, em princípio, em cerca de US\$650 milhões, seria parcialmente pago por petróleo angolano, numa remessa inicial de 10 mil bpd (barris por dia). Merece destaque, também, a própria instalação de um voo quinzenal da empresa brasileira VARIG, entre Rio de Janeiro-Luanda, o qual foi um marco na aproximação entre os dois países.

Com o fim do regime militar e a ascensão da Nova República, em 1985, a política externa brasileira do Governo José Sarney (cujo primeiro Chanceler foi Olavo Setúbal e, a partir de 1986, Roberto de Abreu Sodré) manteve os direcionamentos praticados no governo anterior; ao mesmo tempo, buscou efetuar rupturas distintas e pontuais, na direção de um desenvolvimento econômico condizente com as necessidades internas, além de uma projeção regional e internacional que sintonizasse com as possibilidades do país. Pereira afirma que a principal linha de força sob a qual atuou a diplomacia, durante o Governo Sarney, foi “... o incremento da agenda multilateral”. (2003, p. 31).

Na segunda metade da década de 1980, apesar da crise econômica que afetou o Brasil e Angola, como também os demais países do Terceiro Mundo em geral, as relações entre os dois países continuaram a ser intensas. Em junho de

1986, foi criada uma linha de crédito brasileiro para Angola, mediante o contrato, no valor de US\$ 150 milhões, para a venda de caminhões militares fabricados no Brasil. Em julho de 1988, o governo brasileiro concedeu novo crédito para aquele país, desta vez, no valor de US\$ 235 milhões. O SEBRAE enviou uma missão para o país africano, em fins de 1988, com o objetivo de promover um treinamento de técnicos de empresas ligadas aos Ministérios angolanos das Comunicações, dos Transportes e da Indústria.

A visita do Presidente José Sarney a Angola, entre 26 e 28 de janeiro de 1989 veio comprovar a relevância dessa cooperação. Foram assinados, nessa oportunidade, com o Presidente José Eduardo dos Santos quatro Acordos Complementares ao de Cooperação de 1980, ao quais abrangiam as áreas da agricultura, transporte marítimo, cinematografia e, também, construção (durante a realização da IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola). O petróleo, no decorrer dos anos 1980, passou a ser a base do intercâmbio comercial brasileiro-angolano.

Pereira, no estudo que empreendeu sobre a política externa do Governo Sarney, afirma que

As relações entre o Brasil e a África, contudo, representaram sob o ponto de vista econômico e diplomático, um importante engajamento no projeto de cooperação entre os países do Sul. Entretanto, o caráter tardio da emancipação de seus Estados em relação às demais ex-colônias ocidentais, os efeitos das guerras locais e da 'década perdida' da economia africana, além da interferência das grandes potências na região, não possibilitaram a obtenção dos resultados projetados anteriormente. (PEREIRA, 2003, p. 71).

Em junho de 1986, na Câmara dos Deputados, em Brasília, ocorreu o Seminário "Relações Brasil-África", no qual o Chanceler Sodré já indicava o intento de se criar uma área, no Atlântico Sul, "... livre de tensões e derivada de interesses alheios aos dos países em desenvolvimento em ambas as margens, assim como [o

objetivo de] assegurar que esse oceano sirva apenas aos propósitos da cooperação pacífica”.(SODRÉ, 1986, p. 121).

Como é possível perceber, um dos principais objetivos do Governo Sarney referia-se ao estabelecimento de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul. Em 27 de outubro de 1986, o Brasil votou a favor da Resolução da AGNU nº 41/11, que tratava, justamente, da criação dessa Zona, a qual representava um primeiro direcionamento alusivo a uma área de paz e de proteção mútua dos países banhados pelo Atlântico Sul⁵, na busca expressa de um aprofundamento nas relações Sul-Sul.

No que se refere, exclusivamente, às relações econômicas do Brasil com o continente africano, e, em especial, com Angola, constata-se que, com a sua progressiva diversificação, o parque industrial brasileiro expandiu-se rumo ao mercado mundial, inclusive o africano.

Nesse sentido, e levando-se em conta que a década de 1980 foi um período de crise econômica mundial, o Brasil, pela necessidade de manter as relações com o continente africano, grande fornecedor de insumos para a indústria brasileira, passou a encará-lo como potencial mercado consumidor, e não somente como mero competidor. Mourão e Oliveira afirmam que a política externa brasileira procurou “... em todos os níveis, redefinir a sua inserção pela diversificação de seus parceiros [...] [e assim] se pode enquadrar o relacionamento do Brasil com a África numa conjugação recíproca de interesses”. (2000, p. 333).

É com esse enfoque que as relações entre o Brasil e Angola, durante a década de 1980, tiveram o ponto alto do intercâmbio comercial. Se, no ano de 1980, a participação das exportações brasileiras para Angola era de 9%

⁵ Para obter detalhes sobre a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, ver Capítulo 4 deste trabalho, item 4.2.1.2, p. 94.

(num total de 42,4% das exportações para o continente africano), por sua vez, em 1987, a participação angolana subiu para 19,5% (num total de 51,2% de exportações para a África). Já as importações brasileiras de Angola, que em 1980 representavam 9,8% (do total de 24,9% para o continente africano), em 1987, equivaliam a 18,7% (do total de 76,6% das importações africanas do Brasil).⁶

Em 1987, as relações comerciais Brasil-Angola conheceram um importante incremento, quando as importações de petróleo angolano pelo Brasil elevaram-se para um patamar de 20mil bpd. Além disso, as relações diplomáticas foram intensificadas, cujo ponto significativo foi a inauguração do Centro Cultural e de Amizade Agostinho Neto, em São Paulo.

Dombe aponta que, de uma forma geral,

... analisando as relações econômicas Angola-Brasil durante o governo Sarney, pode-se afirmar que este foi o período mais intenso das relações. Angola apresentou, em termos individuais, o melhor desempenho nas relações afro-brasileiras, se considerarmos em conta que, no mesmo período, as relações comerciais do Brasil com o resto dos países do continente decaíram. (1997, p. 97).

Em função de todos esse acontecimentos, o período compreendido entre 1975 e 1990 deve ser visto como de estabelecimento (e intensificação nos anos 1980) das relações entre Brasília e Luanda, especificamente no nível econômico, a partir das relações comerciais calcadas pelo *countertrade*.

Pelo lado brasileiro, essas relações explicam-se pela nova e progressiva forma de inserção internacional, com o aprofundamento das relações Sul-Sul, durante o Governo Sarney. Assim, o Brasil manteve sua política inserida na *matriz* citada por Sennes, na qual a moderação teria sido o elemento central da

⁶ Cf. dados obtidos na CACEX/Banco do Brasil e no Sistema Aliceweb/Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio do Brasil.

atuação externa, que se baseou na busca por maiores autonomia e espaço de manobra internacional, sem, no entanto, em nenhum momento, propor a quebra da ordem internacional vigente.

No final dos anos 1980, o agravamento da crise interna e a posterior ascensão do Governo Collor de Melo, desaguaram em uma reorientação dessa matriz, por intermédio de novos condicionantes internos, que repercutiram nos direcionamentos da política externa brasileira, os quais serão tratados no próximo capítulo desta dissertação.

Sob o ponto de vista de Angola, as relações com o Brasil devem ser inseridas dentro do período pós-independência, quando aquele país buscava o reconhecimento internacional na busca pelo reconhecimento internacional e conseqüente estabelecimento de relações com os países que se pudessem se tornar substanciais para o futuro angolano. Tudo isso representaria uma tentativa de prosseguir a consolidação efetiva do Estado angolano, ao mesmo tempo em que se aprofundava a guerra civil.

O relacionamento começou a firmar em 1975, com a independência. Progressivamente, o contato entre os dois países foi-se solidificando, com um duplo ponto máximo: o contrato Petrobrás-Sonangol, em 1979, e a assinatura do Acordo de Cooperação de 1980, que passou a ser o referencial dessas relações bilaterais, a partir de então.

3 BRASIL E ANGOLA NO PÓS-GUERRA FRIA (1990/2002)

As relações entre Brasil e Angola, no período focado neste estudo, devem ser entendidas à luz do pressuposto de que o direcionamento da política interna de um país tem conseqüências diretas na articulação da política externa desse mesmo país.

Devido aos condicionantes internos tanto no Brasil, quanto em Angola, as relações entre eles experimentaram uma mudança de intensidade. Se, no período compreendido entre 1975 e 1990, prevaleceram as relações bilaterais diretas, por meio, principalmente, dos Acordos de cooperação técnica e da parceira Petrobrás-Sonangol, bem como da instalação de empresas brasileiras em Angola (como a Construtora Norberto Odebrecht S.A); no período entre 1990 e 2002, essas relações foram alvo de uma *adaptação*, como conseqüência direta das situações internas dos dois países.

A *deténte* de Gorbachov, a queda dos regimes do Leste europeu e o colapso e a posterior desagregação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas encerraram, convencionalmente, a Guerra Fria, dando cabo à bipolaridade que vigorava, no sistema internacional, desde o término da Segunda Guerra Mundial. Tais acontecimentos, acrescidos de uma progressiva globalização econômica, levaram à caracterização da era vindoura, quando se chegou a afirmar que, com “descongelamento da história mundial”, essa nova era não estaria, ainda, de todo, constituída (RIBEIRO; VIZENTINI, 1992, s/p).

Desse modo, convencionou-se analisar o sistema internacional pós-Guerra Fria a partir da instabilidade inerente aos acontecimentos ocorridos desde

1990; sem, no entanto, acirrar o debate sobre a existência (ou não) de um cenário unipolar, bipolar ou multipolar, nas mais diversas áreas.

Configurada como um período de reestruturação internacional, tanto política, quanto econômica, a década de 1990 assinalou uma mudança na dimensão das relações entre os Estados. Para Cervo, três fatores foram fundamentais para a efetivação dessa reestruturação internacional:

...a ideologia neoliberal, a supremacia do mercado e a superioridade militar dos Estados Unidos. A globalização engendrou nova realidade econômica caracterizada pelo aumento do volume e da velocidade dos fluxos financeiros internacionais, pelo nivelamento comercial em termos de oferta e demanda, pela convergência de processos produtivos e, enfim, pela convergência de regulações nos Estados. Essa tendência histórica deparou-se, entretanto, com duas outras, uma que a continha e outra que a embalava: a formação de blocos econômicos e a nova assimetria entre o centro do capitalismo e sua periferia. (CERVO, 2002, p. 5).

A globalização e o conseqüente “distanciamento entre o centro do capitalismo e sua periferia” (refletido na acentuação da divisão Sul-Norte), trouxeram novos desafios para essa periferia, à medida que eles se deparavam com diversos cenários a se inserir, os quais se relacionavam aos diferentes contextos encontrados no sistema internacional.

Desse modo, as relações Brasília-Luanda também experimentaram tais conseqüências da nova situação internacional, acrescidas dos respectivos condicionantes internos. Apesar da diminuição na intensidade comercial dessas relações, houve um incremento pela via da cooperação técnica, por um lado, e, por outro, pelo contato mantido nos foros internacionais, como será visto posteriormente.

3.1 Brasil: condicionantes internos

O período compreendido entre 1930 e 1990 pode ser identificado como de um *ciclo desenvolvimentista* para o Estado brasileiro, marcado por distintas fases e respectivos governos. De Getúlio Vargas a José Sarney, salvo algumas alterações, a política externa brasileira teve uma orientação no sentido de implementar o processo de industrialização. Calcado num aspecto autônomo e propositivo, o *desenvolvimentismo* passou a ser um lugar-comum na diplomacia brasileira, associado ao *universalismo* (ambos presentes na elaboração da *Política Externa Independente* da década de 1960).

Em outros termos, de uma forma ou de outra, pode-se afirmar que nesses 60 anos (1930 a 1990), a Política Externa Brasileira desenvolveu-se enquanto uma base estruturada que servira de instrumento indispensável para a realização dos projetos nacionais, os quais na maior parte dos governos desse período, voltaram-se para a industrialização e para o desenvolvimento de um tipo de capitalismo; dessa forma, conferia-se um sentido ao nacionalismo presente na formulação da política externa. A própria multilateralização das relações, o relacionamento Sul-Norte e a ampliação das relações Sul-Sul são características marcantes desse período; elas, mal ou bem, estiveram presentes em todos os governos até o ano de 1990.

É possível concluir, então, que a política externa de um país condiciona-se à imagem que este tem dele mesmo, e àquela que lhe é dada pelo cenário internacional. Dessa forma, lhe é proporcionado um progresso interno associado a uma posição que se esforça em maximizar os interesses nacionais, com o intento de se inserir, da melhor maneira possível, na situação internacional vigente.

No que tange ao período de transição do Governo José Sarney (redemocratização e abertura político-econômica), deve-se ressaltar, por importante, a tentativa de o governo brasileiro manter, em um certo nível, as características do *desenvolvimentismo*. O entendimento das relações externas do país nesse período:

... deve acontecer dentro da lógica de que era necessário manter a posição brasileira de um país recém-industrializado, mas que também, dada a projeção de uma nova condição democrática, deveria reincorporar-se aos foros internacionais como Estado de direito. A ambigüidade da postura internacional brasileira conduziu à formulação de iniciativas políticas autônomas, bem como ao relativo enquadramento às normas internacionais. (PEREIRA, 2004, s/p).

Diante dessa nova configuração internacional, o Brasil entrou, parcialmente, num *ciclo neoliberal*. Ou seja, iniciou-se um período mesclado de fatores diversos e contraditórios, devido ao teor dúbio da política externa brasileira na década de 1990.

Amado Cervo (2002, p. 6-7) considera que há uma divisão em três direcionamentos dessa no período, qual seja: num primeiro momento, ainda persistiam características do *Estado Desenvolvimentista* antes citado, com linhas de atuação externa autônomas, em que o Estado era empreendedor; num segundo momento, denotavam-se características do *Estado Normal*, com visíveis ascendências neoliberais, quando o Estado Nacional passou a ser subserviente às exigências das *Estruturas Hegemônicas de Poder*, sendo destrutivo em relação à sua economia nacional e regressivo no que tange à infra-estrutura nacional; por fim, houve, numa terceira etapa, o *Estado Logístico*, um misto entre o nacionalismo do Estado Desenvolvimentista e as inovações necessárias e positivas propostas pelo Estado Normal. Ainda citando Cervo, tem-se a argumentação de que:

A indefinição oriunda da coexistência paradigmática da política exterior brasileira desde 1990 levou à agonia do Estado desenvolvimentista, à emergência do Estado normal e ao ensaio de Estado Logístico. [...] A estratégia tradicional [*do ciclo desenvolvimentista*] foi posta em dúvida porque se supunha que houvesse desembocado na crise do endividamento, da instabilidade monetária e da estagnação econômica dos anos oitenta, e que não resistiria diante das transformações da ordem global ao término da Guerra Fria. (2002, p. 7).

Ressalvado o Governo Itamar Franco, a década de 1990 abrigou a introdução, inacabada, do neoliberalismo no Brasil, por intermédio dos Governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso. A já referida matriz desenvolvimentista do Estado brasileiro, assim como o caráter autonomista da política externa foram relativamente abandonados em nome de um novo período assinalado por traços liberais e globalizantes, no contexto pós-Guerra Fria.

Os princípios consolidados pelo Consenso de Washington chocaram-se com determinados pressupostos do modelo brasileiro de desenvolvimento, o qual vigorou até o Governo Collor de Melo. Nogueira Batista expõe os pressupostos que foram ameaçados pelas reformas neoliberais:

... em particular, [...] a liberdade de ação que o Brasil desejava manter para prosseguir em seu processo de industrialização, mediante reserva de mercado para indústrias de capital nacional no campo da informática assim como pela exclusão do patenteamento da área químico-farmacêutica. O Brasil tampouco se dispunha a aceitar restrições ao pleno desenvolvimento tecnológico no setor nuclear e aeroespacial. (NOGUEIRA BATISTA, 1994, p. 41).

Fernando Collor de Melo empreendeu um movimento de reinserção internacional do Brasil, com tons neoliberais. Seu governo (1990/1992) foi marcado pela abertura unilateral do mercado interno e pelas privatizações de empresas estatais. A anterior diplomacia, multilateral e universalista, foi substituída pela busca de relações privilegiadas com os países do Norte, especialmente os Estados Unidos,

e pelo desenvolvimento de políticas regionais, marcadamente o Mercosul. Para Nogueira Batista,

... [Collor de Melo] nem se compeñetraria da importância dos novos pólos de poder econômico e tecnológico, a vitalidade dos novos modelos de economia de mercado na Europa ocidental e na Ásia e à emergência, nessas economias, de novos padrões tecnológicos de produção e de gestão empresarial, de um capitalismo em que, por motivos sociais e econômicos, o Estado não se omite na regulação da atividade econômica [...] Collor restringiria sua política externa essencialmente às relações com os Estados Unidos. (NOGUEIRA BATISTA, 1993, p. 112).

O anterior entendimento do cenário internacional, baseado nas relações Sul-Norte, foi trocado pela predileção pelas relações multilaterais; isso ocasionou o progressivo encolhimento das relações do Brasil com os demais países em desenvolvimento, à exceção dos seus vizinhos da América do Sul. Logo, a gestão do Chanceler Francisco Rezek, também deu prioridade para acelerar o processo de formação do Mercosul (criado em 15 de março de 1991, mediante o Tratado de Assunção), quando foi modificada a sua estrutura inicial (de cooperação), para os objetivos que se relacionavam às premissas neoliberais.

Em abril de 1992, assumiu, o Ministério das Relações Exteriores, Celso Lafer, numa tentativa de o Governo Collor de Melo redimensionar a atuação externa brasileira, e reequacionar a sua imagem, que já estava desgastada interna e externamente.

No seu discurso proferido em maio de 1991, por ocasião da formatura da Turma de 1990 do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, o Presidente Collor de Melo afirmou a visão que ele tinha do cenário internacional, inspirada no neoliberalismo:

Reflito, assim, a opinião majoritária de nossa gente quando reitero meu propósito de modernizar a sociedade brasileira, desmontando cartórios estatais ou privados, desemperrando a máquina administrativa, liberalizando a economia, recuperando a capacidade de produzir e promovendo o retorno do país ao núcleo dinâmico das relações econômicas e comerciais contemporâneas. [...] em coerência com o programa de abertura de nossa economia ao exterior, que, em apenas um ano, já alterou as perspectivas de nossa balança comercial, defendendo a eliminação de barreiras protecionistas e discriminatórias à entrada de nossos produtos nos mercados internacionais. (COLLOR DE MELO, 1991a, p. 139).

Face à conclusão do processo de *impeachment* de Collor de Melo, assumiu, efetivamente, a Presidência da República, Itamar Franco, em 29 de dezembro de 1992. Durante esse governo (1992/1994), o principal objetivo da política externa foi revalorizar a presença do Brasil no cenário internacional, a partir de foros multilaterais (especialmente o das Nações Unidas), e da integração regional.

O Itamaraty voltou a ocupar a centralidade na formulação da nova estratégia de inserção internacional do Brasil. Canani afirma que, nesse ponto, houve uma retomada das posições tradicionais da diplomacia brasileira, em especial, na gestão de Celso Amorim, uma vez que:

... a autonomia do Itamaraty na formulação da política externa não repousa em garantias constitucionais, mas num reconhecimento tácito da autoridade da Casa [o Itamaraty] no tratamento das questões internacionais. Por esse motivo, a autonomia desse órgão depende diretamente do presidente, que pode simplesmente eliminar a prerrogativa de formulação do conjunto de funções do Ministério [das Relações Exteriores]. [...] Assim, o Itamaraty ganha maior autonomia na formulação da política externa do governo Itamar, o que implica uma certa delegação de poder, essa não se dá nas condições de pressão que atingem a área econômica, mas antes por uma certa 'afinidade de pontos de vista', [...] com o pensamento da Casa. (CANANI, 2003, p. 81).

No âmbito das relações com os EUA, o Brasil buscou manter um relacionamento bilateral, sem deixar de destacar, no entanto, a relevância da

América Latina, particularmente, a América do Sul. Nesse rumo, o aprofundamento do Mercosul era prioritário, mesmo em plena crise econômica enfrentada por seus membros. A própria iniciativa de estabelecer-se uma Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), em 1993, reveste-se de significado político, pois ela revela a preocupação do Brasil com a região amazônica, quando reiterou aos EUA, a busca por uma ascensão regional.

Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro Chanceler (1992/1993) do Governo Itamar; a partir daí, esboçaram-se as mudanças iniciais na formulação da política externa brasileira, as quais foram levadas a efeito, quando, em 21 de maio de 1993, Celso Amorim assumiu esse cargo. Na posse do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Roberto Abdenur, em setembro de 1993, o Chanceler Amorim destacou que:

...a política externa do governo Itamar Franco não precisa de rótulos; ela é voltada para o desenvolvimento do país, para a afirmação dos valores democráticos e é uma política externa de cunho universalista. [...] sem alinhamentos outros que não aqueles que estejam ligados à ética e aos interesses do povo brasileiro. (AMORIM, 1995, p. 28).

Ao mesmo tempo, ele argumentava que o Brasil, antes, um “global trader” (durante a gestão do Chanceler Fernando Henrique), agora, seria um “global player”, com ênfase na relevância das questões políticas da agenda externa, por meio de uma postura mais autonomista e propositiva. Em suma, dever-se-ia, segundo ele, resgatar o caráter de *Política Internacional do Brasil*, a qual indicaria uma definição da posição brasileira frente a situação internacional, além de estabelecer as orientações a serem seguidas pelo país em cada ocasião. (CANANI, 2003, p. 109-112). Os conceitos *desenvolvimento* e *universalismo* voltaram a

freqüentar o discurso do Chanceler, numa clara e irremovível alusão aos princípios norteadores da *Política Externa Independente-PEI*.

De fato, constata-se que a política externa do Governo Itamar direcionou-se, prioritariamente, rumo a duas vertentes: a primeira teve, como foco, a integração sul-americana, na qual a própria denominação de América do Sul passou a ser empregada em detrimento do conceito de América Latina; a outra vertente relacionava-se aos dois círculos concêntricos de atuação, um em direção aos países andinos, e outro, ao Atlântico Sul. Nota-se que prevaleceu, na política externa brasileira durante a gestão Amorim, o caráter de valorização das relações Sul-Sul, numa tentativa de reaproximação com os demais Estados da periferia do capitalismo.

Essa afirmativa pode ser observada com a primeira viagem internacional do Presidente Itamar Franco, que foi à Dakar, para participar da Reunião do Grupo dos Quinze. O então Chanceler Fernando Henrique afirmou a busca da diplomacia brasileira pelo diálogo com os países tanto do Norte, quanto do Sul, pois, caso contrário, "...o país [*Brasil*] estaria abdicando da possibilidade de atuar de forma afirmativa no cenário internacional". (CARDOSO, 1993, p. 5).

Os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República do Brasil foram marcados pela *diplomacia presidencial*. As funções econômicas do Ministério das Relações Exteriores foram transferidas para a Pasta da Economia, ao mesmo tempo em Fernando Henrique introduzia uma diplomacia pessoal. A política externa de seus dois governos (1995/1998 e 1999/2002) esteve direcionada ao aprofundamento da integração regional, à diversificação das relações bilaterais do Brasil e à participação brasileira em organismos multilaterais, principalmente os econômicos. O Embaixador Luiz Felipe Lampreia foi o Chanceler

do governo Fernando Henrique Cardoso, durante os dois mandatos. Em 29 de janeiro de 2001, ele foi substituído pelo Embaixador Celso Lafer.

O caráter econômico da atuação externa brasileira foi reconfigurado, conforme indicou o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, ao defender que o Itamaraty teve de redirecionar sua atuação nessa área, como forma de defender objetivos que “...atendam à sociedade como um todo [...]. Como instrumento primordial da execução da política externa, o desempenho da atividade diplomática desdobra-se em três funções básicas: a representação, a negociação e a informação”. (1996, s/p).

Com o intuito de sintonizar a agenda externa brasileira com as tendências dominantes no cenário internacional, os dois Governos Fernando Henrique Cardoso direcionaram a política externa para o multilateralismo, em especial, com a presença nos foros econômicos internacionais, tais como o Grupo dos Sete (G-7), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. O conceito de *globalização assimétrica*, adotado durante o segundo mandato desse Presidente, veio a sanar, sociologicamente, a situação de crise em que se encontravam os países que levados a cumprir os princípios do Consenso de Washington.

O regionalismo presente na política externa de Fernando Henrique Cardoso tornou-se visível através da empatia brasileiro-argentina, que acentuou o papel do Mercosul na região, mesmo que ele tenha entrado em crise no final da década. A própria realização da Cúpula de Brasília, em agosto/setembro de 2000, deve ser entendida como uma estratégia de longo prazo, visando à integração sul-americana, sob a liderança brasileira, num futuro próximo.

A tentativa de manter um relacionamento privilegiado com os EUA prosseguiu; todavia, o unilateralismo da política externa norte-americana chocou-se com o multilateralismo econômico brasileiro. Na esteira de enfatizar as relações com os países do Norte, a União Européia passou a ser vigoroso parceiro comercial do Brasil.

Diante disso, a forma de inserção internacional do Brasil, no período, além das mudanças já elencadas, (consideradas de ruptura em relação à anterior postura *desenvolvimentista* da política externa brasileira), continuou buscar a estabilidade econômica; o acesso aos mercados tecnológicos e de investimentos; a cooperação externa; e a tentativa de equiparar os interesses nacionais aos globais, tão em voga naquele momento. Isso se evidencia, claramente, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.

No que se refere à África (e Angola), a política externa brasileira foi marcada por dois momentos específicos e controversos, segundo Saraiva:

Em primeiro lugar, o visível declínio dos intercâmbios, já nítido na segunda metade da década de 1980, e aceleração na década presente [1990]. [...] O segundo movimento é a desconstrução gradual do argumento imaginário que facilitara os contatos comerciais do Brasil com a África nas décadas recentes. O discurso culturalista [...] mostra seus limites na década de 1990. (SARAIVA, 1996, p. 217).

Alguns autores consideram a retomada da política africana na década de 1990, como é o caso de Hirst e Pinheiro (1995, p. 19). Neste estudo, porém, acredita-se que não houve essa aludida retomada, pois a totalidade dos dados analisados, nesta investigação, inclusive em relação à Angola, indicam o declínio referido.

Do mesmo modo que se observa a diminuição do número de diplomatas brasileiros que serviram no continente africano⁷, verifica-se um abatimento no comércio Brasil-África no período pós-Guerra Fria. As vulnerabilidades política e econômica dos parceiros africanos, assim como a não criação de novas opções de comércio pontuaram o declínio dessas relações. Do ponto de vista financeiro, o Brasil também deixou de receber parte das dívidas dos países africanos. Em especial, o caso angolano é expressivo, uma vez que a dívida desse país encontra-se em cerca de US\$ 800 milhões, com amortização de juros mediante a remessa mensal de 20 mil barris de petróleo angolano para o Porto do Rio de Janeiro. No entanto, em julho de 1994, tais remessas estancaram. Um novo acordo entre Brasil e Angola, sobre o reescalonamento da dívida angolana, foi firmado em 1995.

Embora seja possível constatar a tendência de encolhimento da política brasileira para a África, o Brasil não deixou de fazer “opções seletivas” naquele continente durante o período pós-Guerra Fria, de acordo a expressão empregada Saraiva (1996, 223). Para esse autor, a política externa brasileira apresentou quatro linhas de ação, as quais sinalizam o interesse de manter vivo o contato com alguns países africanos.

A primeira linha refere-se à crescente relevância da África do Sul para o Brasil. Se, por um lado, aquele país tem conseguido se recuperar economicamente, por outro, do ponto de vista político, os sul-africanos encerraram o regime do *apartheid*. Tanto assim que, em 1994, Nelson Mandela assumiu como Presidente do país.

⁷ No ano de 1983, havia 34 diplomatas brasileiros no continente africano. Dez anos depois, o Brasil contava com 24 diplomatas, conforme “Pesquisa ADB: evolução do quadro de diplomatas no exterior”. **ADB** – Boletim Associação dos Diplomatas Brasileiros, nº 19, p. 6, 1995.

A segunda linha de ação brasileira para a África diz respeito a Angola, ainda citando Saraiva. A terceira linha é a retomada da operacionalização da ZOPACAS, pelo Brasil, em 1994; e a quarta linha de ação refere-se à institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

É interessante comentar que optou-se por analisar a terceira e a quarta linhas de ação do Brasil para o continente africano, neste estudo, pois elas englobam a totalidade das relações Brasil-Angola, como será visto no capítulo seguinte.

3.2 Angola: evolução da guerra civil

O cenário angolano foi-se deteriorando no decorrer dos anos 1990, com o prolongamento da guerra civil. Em 22 de dezembro de 1988, os Acordos de Nova York estabeleceram que fossem retiradas as tropas cubanas do território angolano, encerrando formalmente a Guerra Fria naquele continente. Essa desmobilização de tropas aconteceu sob a supervisão da UNAVEM I (United Nations Angola Verification Mission I), cuja ação estendeu-se de janeiro de 1989 a maio de 1991.

O cessar-fogo entre as tropas da UNITA e o governo angolano foi estabelecido em 31 de maio de 1991 (mediante os Acordos de Bicesse), quando o Governo do Presidente José Eduardo dos Santos (MPLA) empreendeu algumas aberturas no sistema político, tais como: reforma a Constituição, com a introdução do pluripartidarismo; adoção do sistema de economia de mercado, que passou a permitir a presença da iniciativa privada; e o abandono do marxismo-leninismo como a doutrina oficial do Estado, o qual passou a se denominar “República de Angola”.

Em relação aos Acordos de Alvor, os Acordos de Bicesse traziam diferenças substanciais, especialmente quando apontavam para a preparação das eleições gerais (com o convite para que as Nações Unidas as supervisionassem); a criação de comissões especiais para supervisionar o cessar-fogo; e o estabelecimento da UNAVEM II (United Nations Angola Verification Mission II, que se estendeu de junho de 1991 a fevereiro de 1995). Uma última diferença que se destaca quanto ao conteúdo dos Acordos de Alvor, relaciona-se ao fato de que uma das partes, o MPLA, agora, encontrava-se no poder, tornando a negociação bipartida e não mais quadripartite, tal como acontecera em 1975. Em consequência, o perfil do conflito *MPLA contra UNITA* também foi alterado: as divergências ideológicas, com o fim da URSS, foram substituídas pelos interesses econômicos dos grupos que lideravam essas duas organizações político-partidárias. Aquino considera que, enquanto o MPLA, por ser governo, controlava as rendas da exportação do petróleo,

...a UNITA controlava o contrabando de diamante, do qual Angola era um dos cinco maiores produtores mundiais. A guerra civil em Angola transformou-se, portanto, em uma disputa territorial pelos dois importantes recursos minerais do país. (AQUINO, 2004, p. 929).

Em setembro de 1992 foram realizadas as primeiras eleições gerais, supervisionadas pelas tropas da UNAVEM II. O MPLA foi aclamado como o partido vencedor, mesmo sem ter alcançado os 50% dos votos. Na apuração final, o MPLA elegeu 129 Deputados, e o seu candidato, José Eduardo dos Santos, obteve 59,57% da votação para Presidente. A UNITA, por sua vez, elegeu 79 Deputados, e o seu candidato, Jonas Savimbi, conquistou 40,07% dos votos.⁸. O segundo turno, mesmo

⁸ Cf. dados constantes em CORREIA, Pedro de P. **Angola: do Alvor a Lusaka**. Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996. p. 60.

previsto, não chegou a acontecer, porque a UNITA e Savimbi já recusavam-se em aceitar a derrota, já antes do processo eleitoral, sob o argumento de ter havido fraude eleitoral.

Em novembro do mesmo ano, foi reiniciada a guerra civil, em decorrência, em grande parte, do episódio conhecido como o “massacre de Luanda”, no qual milhares de apoiadores da UNITA foram assassinados. No entanto, a essência dessa guerra civil alterou-se. O fim da Guerra Fria e o declínio do conflito regional levaram a uma ampliação do componente interno, ou seja, a guerra civil angolana passou a ter contornos clássicos. O rearmamento da UNITA deu origem a uma violência nunca antes vista em Angola; essa facção reocupou regiões e cidades rapidamente, principalmente ao sul do território angolano. No início de 1993, a guerra alastrou-se, num caminho de destruição de cidades, e de devastação, tanto dos recursos naturais, quanto da quase totalidade da infra-estrutura do país.

Paralelamente, o Conselho de Segurança das Nações Unidas continuou a editar Resoluções, com a intenção de acuar a UNITA, fazendo prevalecer o resultado das eleições de 1992. Isso fica evidente na CSNU/Res nº 793(1992), na qual o Conselho mostrava-se

...profundamente preocupado com a deterioração da situação política e militar em Angola, especialmente pelos movimentos de tropas registrados e pelas hostilidades desencadeadas [...] [o CSNU] insta as duas partes a demonstrarem a sua adesão aos ‘Acordos de Paz’, em particular no que respeita ao acantonamento das suas tropas e à entrega das armas, à desmobilização e à formação de forças armadas nacionais unificadas.

Em setembro de 1993, a UNITA propôs um cessar-fogo unilateral, sob condições por ela mesma ditadas. O governo angolano e as Nações Unidas não as aceitaram, pois era nítida a estratégia da UNITA no sentido de ganhar tempo. É

nesse momento que ocorreu uma virada estratégica na guerra civil, mediante: a) a CSNU/Res nº 864(1993), que anunciou sanções contra a UNITA; b) a mudança de atitude dos EUA frente à UNITA e ao próprio Jonas Savimbi, ao reconhecer, como legítimo, o governo angolano do Presidente José Eduardo dos Santos, no ano de 1993; c) o esgotamento da capacidade militar da UNITA; d) a recuperação das Forças Armadas Angolanas (FAA); e e) a mudança política na África do Sul, face à derrocada do regime segregacionista do *apartheid* e a posterior ascensão de Nelson Mandela ao poder, em abril de 1994.

Em outubro de 1993, Savimbi aceitou o resultado das eleições (mesmo que ainda as considerasse fraudulentas); ele reconheceu, também, a validade dos Acordos de Bicesse, e se propôs a reiniciar as negociações de paz. Em novembro de 1993 foram abertas as conversações em Lusaka (Zâmbia), cuja morosidade é assim comentada por Correia:

As negociações iam arrastar-se em Lusaka de tal forma, que, por vezes, punham em franja os nervos dos observadores [...] a UNITA, apesar de estar progressivamente a perder terreno no campo militar continuou a adiar conclusões, parecendo querer ganhar tempo, eventualmente jogando num colapso governamental perante uma situação social cada vez mais explosiva. Mas, nessa altura, o governo também já não muito interessado em acelerar o processo, dado os avanços militares e a perspectiva de, com a reconquista de grande parte do território que perdera, recuperar poder negocial e chegar a um acordo em posição mais vantajosa. (CORREIA, 1996, p. 143).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, frente à lentidão dessas negociações, promulgou as CSNU/Res nºs 903(1994), 922(1994) e 932(1994), todas reiterando o conteúdo das Resoluções anteriores, que se direcionavam ao conflito angolano, tal como se denota da primeira Resolução citada:

[O Conselho de Segurança se mostrava] preocupado, também, com a prolongada duração das Conversações de Paz de Lusaka e reafirmando a importância que atribui à sua rápida e bem sucedida conclusão [...] reiterando o seu vigoroso apelo ao Governo de da República de Angola e à UNITA, para mostrarem a boa-fé e a flexibilidade necessárias para se chegar a um rápido e compreensível acordo nas Conversações de Paz de Lusaka. (CSNU/Res nº 903(1994)).

Os Estados Unidos, por intermédio do seu Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Africanos, Clinton G. Moose, enviaram uma mensagem para Savimbi, advertindo-o sobre a impaciência da comunidade internacional diante da lentidão das negociações em Lusaka; isso pode ser constatado, também, na declaração da Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), realizada em agosto de 1994, na qual lê o apelo "...para que a comunidade internacional intensifique as sanções contra a UNITA e faça Jonas Savimbi compreender que o preço da guerra é demasiado elevado".

Finalmente, em 31 de outubro de 1994, foi assinado o Protocolo de Lusaka. Nessa altura dos acontecimentos, as Forças Armadas Angolanas (FAA) já se encontravam em Huambo, a província onde a UNITA sempre estivera fortemente presente (ao sudeste de Luanda). Esse Protocolo previa a data de 15 de novembro daquele mesmo ano, como o início do cessar-fogo. Em 20 de novembro seguinte, o Protocolo foi assinado pelo Ministro de Negócios Estrangeiros, representando o governo angolano, e pela UNITA, pelo Secretário-geral da facção, tendo em vista que Savimbi não comparecera à Lusaka.

Os dois lados comprometeram-se a incorporar os contingentes da UNITA às Forças Armadas do país, além de levar a efeito a mútua desmobilização de tropas. O Protocolo de Lusaka baseava todo o processo de reconciliação no desarmamento da UNITA, a qual, por sua vez, deveria, a partir dessa data (20 de

novembro de 1994), assumir, unicamente, sua função de partido político. As Nações Unidas, mais uma vez, assumiriam o papel de mediadores desse processo.

No entanto, os contingentes da UNAVEM III chegaram em Angola, somente, em maio de 1995, tendo em vista que as Nações Unidas guardavam certo receio com o frágil cessar-fogo estabelecido, uma vez que a UNITA não havia cumprido com seu próprio desarmamento. Antes disso, em janeiro de 1995, a representante dos EUA junto ao CSNU, Madeleine Albright, viajou para Angola, e encontrou-se com Savimbi, que garantiu-lhe o aquartelamento da UNITA até o próximo mês de fevereiro.

De fato, a UNITA aquartelou-se mais uma vez; contudo, na verdade, Savimbi ocultava um exército, além de armas. A CSNU/Res nº 1055(1996) estabelecia a natureza militar do cessar-fogo e o prolongamento das atividades da UNAVEM III por mais dois meses, numa clara posição de pessimismo frente a situação (a UNAVEM III acabou por se prolongar até junho de 1997). Em fevereiro de 1996, foi criada a MONUA (United Nations Mission in Angola), que permaneceu no território angolano até fevereiro de 1999.

A última base de apoio regional da UNITA foi derrubada em maio de 1997, com o fim da ditadura de Mobutu, no Zaire (1930/1997), e a formação da República Democrática do Congo, que foi liderada, a partir de então, por Laurent-Desiré Kabila.

Em 18 de julho de 1997, uma reforma constitucional, que foi aprovada pela Assembléia Nacional, criou um novo governo de unidade nacional; Savimbi foi indicado como um dos dois Vice-Presidentes. A partir desse momento, a UNITA passou a agir como se fosse proprietária de parte dos recursos minerais angolanos. Tanto assim que essa facção ocupou a zona diamantífera das Lundas.

Em 1998, as lutas reiniciaram, e o governo do MPLA aboliu todos os direitos políticos concedidos aos membros da UNITA; Savimbi, por sua vez, criou um novo grupo, a UNITA Renovada. Ele mesmo, que prometera a desmilitarização das tropas, passava a acusar o Presidente José Eduardo dos Santos de não ter desarmado a população civil de Luanda. Novos e severos massacres a civis aconteceram, cuja responsabilidade era creditada à UNITA.

O governo, em retaliação, suspendeu o mandato dos representantes da UNITA na Assembléia Nacional. Em 1999, o Presidente angolano eliminou o posto de Primeiro-Ministro, a passou a assumir, ele próprio, o comando das FAA. Essas ofensivas devolveram, ao governo angolano, aproximadamente, 90% do controle do território do país. Somente alguns focos de resistência, localizados no interior, prosseguiram até o ano de 2002.

Em 1999, as Nações Unidas optaram pela continuidade de tropas no país, ao mesmo tempo em que os trabalhos humanitários atendiam milhões de refugiados angolanos, que rumavam, principalmente, para os países vizinhos, a saber, Congo, Zaire e Zâmbia. O risco constante de essa população entrar em contato com as mais de 12 milhões de minas terrestres espalhadas pelo território aumentou a severidade da situação humanitária no país. Na audiência pública da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembléia Nacional da República de Portugal, realizada em novembro de 2002, o Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal informava que:

Em termos de estratégia para a ação humanitária, o principal objetivo é trabalhar sob a liderança do governo a fim de contribuir para a consolidação da paz e do processo de normalização da vida no país, que inclui assistência e reintegração das populações deslocadas. Foram identificadas quatro áreas que estão sendo chamadas de blocos de programas. O primeiro [...] é o da segurança alimentar [...] O segundo é saúde pública, [...] O terceiro

é proteção e educação [...] E o quarto está sendo chamado de acesso e coordenação, [...] e inclui também projetos de que têm a ver com a questão das minas e suas vítimas.

A UNITA passou a financiar suas atividades, particularmente, depois do Protocolo de Lusaka (incluindo cerca de 30 mil tropas estacionadas nas vizinhanças do Zâmbia e do Congo), com a venda ilegal de diamantes, que eram retirados de minas localizadas ao nordeste do país (aproximadamente US\$ 500 milhões por ano). Em 2001, as restrições internacionais para a compra de diamantes, a partir das Resoluções do CSNU⁹, fizeram diminuir os recursos da UNITA.

Em 04 de abril de 2002, com a morte de Jonas Savimbi, num campo de batalha na província de Moxico, a paz finalmente chegou a Angola, mediante a assinatura do cessar-fogo entre o governo angolano e representantes da UNITA. Um ano depois, o Presidente José Eduardo dos Santos apontava os caminhos a serem seguidos por Angola:

...este simples e singelo ano que nos separa de 4 de Abril de 2002 é talvez o maior da nossa história, pois nele conseguimos juntar irmãos separados e criar as condições mínimas para que entre nós se promovam continuamente a paz e a reconciliação nacional, se consolidem as nossas instituições democráticas e se relance o desenvolvimento do país. [...] o Governo da República de Angola vai continuar a envidar esforços para a consolidação da paz e da reconciliação nacional, para combater a fome, a pobreza e a doença, para promover a tolerância e o respeito pela diferença, para incentivar o sentimento de justiça e do espírito patriótico e para fortalecer as instituições do Estado Democrático de Direito, tendo em vista a promoção do bem estar social das populações, o desenvolvimento do país e a integridade da Nação. (SANTOS, 2002, s/p).

No que tange ao cenário regional, com a paz em Angola, a região da África Austral viu-se livre de conflitos militares pela primeira vez na sua história; isso

tende a proporcionar-lhe a implementação dos instrumentos que servem de base aos processos de integração política e econômica regional, ora em curso. Dentre esses, e dos quais Angola é Estado-membro, devem ser citados a SADC (The Southern African Development Community), a UA (União Africana) e a COMESA (Common Market of Eastern and Southern Africa). Contudo, ainda persistem outros sérios desafios para a região, relacionados à consolidação da paz e da segurança, mediante o aperfeiçoamento do seu sistema regional de prevenção e gestão de conflitos; o combate às redes terroristas e ao crime transnacional organizado; sem falar da situação econômica desses países.

As relações de Angola com a África do Sul, centro de poder regional, a partir do Governo de Nelson Mandela têm experimentado uma nova fase, na busca da redução do relativo afastamento entre ambos, em função dos acontecimentos ocorridos durante a guerra civil angolana. Embora as relações bilaterais ainda estejam marcadas por um certo grau de desconfiança mútua e rivalidade (potencial) pela liderança econômica e política da África Austral, ambos os governos tem procurado estreitar as relações. Tal empenho pode ser constatado mediante o interesse de setores privados sul-africanos na reconstrução de infra-estruturas em Angola¹⁰. A potencialidade das relações Angola-África do Sul também deve ser entendida à luz de uma relação triangular com o Brasil, a qual vem formalizar o Atlântico Sul como prioridade dos três países.

A política externa angolana esteve, desde a independência (e, especialmente, no pós-Guerra Fria), direcionada no sentido de ajudar o governo a aumentar a sua capacidade de vitória na guerra civil – a ameaça interna ao MPLA. A política externa do Chanceler João Bernardo de Miranda orientou-se, durante os

⁹ Ver CSNU/Res nºs 1294(2000), 1295(2000), 1336(2001), 1348(2001) e 1374(2001).

¹⁰Disponível em: < <http://www.ieei.pt/indez.php?article=691&visual=4>> Acesso em: 26 jun. 2005.

anos 1990, na direção de reunir aliados para a resolução do conflito civil, tanto no cenário regional, quanto no internacional. O autor português Malaquias afirma que

Para atingir este objetivo, Angola procurou, acima de tudo, criar um ambiente regional amistoso, [...] com o apoio dos seus aliados internacionais, como primeiro passo para resolver seus desafios internos [...] As condições internas em Angola continuarão a ter um grande impacto na forma como os países ocidentais responderão à política externa de Angola. [...] por isso, a política externa de Angola deve ser recalibrada e vista como um instrumento para ajudar a reconstituir o Estado, para que este possa desempenhar um papel mais relevante a nível regional e internacional. Este processo de reconstituição do Estado angolano será alcançado com mais rapidez se o mundo estiver positivamente envolvido.(MALAQUIAS, 2002, s/p).

Nesses termos, para Angola, o contato com o Brasil referia-se à continuidade de uma relação estabelecida desde a independência, intensificada economicamente nos anos 1980, e amadurecida nos anos 1990. A política externa angolana, para o Brasil, baseou-se, assim, na manutenção de uma relação prioritária, cujos resultados, para o país africano, foram, desde sempre, positivos e necessários.

A postura brasileira frente Angola, nunca deixou de ser de cooperação contínua e, em casos específicos, emergencial, tal como nos Acordos que se referem ao HIV/AIDS. A continuidade da guerra civil nos anos 1990 ressaltou o quão indispensáveis são, para Angola, as relações com o Brasil, que se reportou, constantemente, com extremo zelo, pela continuidade das relações, o que se constata pelo teor (e volume) das ajudas e cooperações de Brasília em direção à Luanda.

4 RELAÇÕES BILATERAIS (1990/2002)

Apesar das mudanças ocorridas na política externa brasileira anteriormente comentadas, merece referência a continuidade de determinadas relações bilaterais do Brasil no período em estudo. A conservação desses laços efetivou-se mediante a manutenção de contatos com parceiros selecionados, aos quais era atribuída uma certa atenção diplomática, com o intuito de lhes conferir densidade de relacionamento, de lado a lado.

Dentre essas relações bilaterais que foram resguardadas pela política externa brasileira, nos anos de 1990 a 2002, localizam-se as relações com Angola. No que se refere à África em geral, entende-se que os anos pós-Guerra Fria foram marcados por um declínio sistemático, principalmente no âmbito das relações comerciais, como adiante será considerado. Saraiva recorre à expressão “tendência em baixa” da política africana do Brasil, para caracterizar os anos pós-Guerra Fria como um período de diminuição de contatos entre o Brasil e África (1996, p. 218).

No entanto, e apesar dessa tendência, a política externa brasileira fez “opções seletivas”¹¹ diante do continente africano, tendo se voltado, principalmente, para a África Austral. Saraiva indica que:

...a política africana [do Brasil] não morreu, mas [...] fez opções menos continentais para se concentrar na região austral da África. A África do Norte e a África negra perderam seus lugares para as novas possibilidades criadas com os novos contextos produzidos na África Austral. (1996, p. 224).

¹¹ Novamente recorreremos à expressão adotada por Saraiva (1996, p. 223), conforme capítulo 3, p. 20-21.

Desse modo, Angola passa a fazer parte de uma linha de ação da política externa brasileira, não obstante os constrangimentos internos e externos, tanto no Brasil quanto em Angola. As relações entre os dois países, nesse período em questão, mesmo diante da diminuição de intensidade, deram-se a partir de duas direções distintas, porém complementares entre si, e integrantes de uma mesma conjuntura internacional. Para melhor entendimento e análise, convencionou-se, neste estudo, distinguir as relações bilaterais entre *diretas* e *indiretas*.

Por *relações bilaterais diretas*, entende-se aqueles contatos nos quais não há intermediário, uma vez que se caracterizam por haver um contato imediato, sem intermediários. Essas relações foram concretizadas pelo contato diplomático direto, mediante as delegações de cada país, e as mútuas visitas de Chanceleres e Presidentes. Essas relações podem-se referir ao comércio, às finanças, à cultura. Elas podem ser até mesmo, podem ser político-militares, levadas a efeito por meio de acordos, tratados, declarações, etc. Segundo Duroselle, essa seria a *estrutura clássica da diplomacia*, na qual as relações caracterizar-se-iam como *diplomáticas fixas*, chegando ao patamar do desenvolvimento de *negociações de alto nível*. (2000, p. 265-279).

Por outro lado, as *relações bilaterais indiretas* são, aqui, retratadas como aquelas que se concretizam mediante o auxílio de um intermediário, ou seja, com um outro meio, que possa facilitar (ou não) as relações. O meio intermediário comentado, neste estudo, é tido como a via multilateral, especificamente caracterizada pelas organizações internacionais, que são consideradas organizações representativas dos interesses conjuntos dos Estados-membros, na busca de soluções para questões internacionais específicas, além de praticar a própria diplomacia tradicional. Pecequillo visualiza essa questão, destacando que:

...adicionalmente, [as organizações internacionais] converteram-se em canais e redes de comunicação entre os Estados, facilitando sua atuação conjunta e a perseguição de interesses e objetivos comuns [...] a função [...] é promover foros de debates e prestar serviços. (2004, p. 67).

Esse novo desenho faz com que as organizações internacionais tendam a se transformar em ambiente propício ao estabelecimento e ao desenvolvimento de relações concretas entre os Estados-membros; além disso, eles podem ditar os parâmetros de atuação e os limites destes, a partir das respectivas Cartas constitutivas.

No presente estudo, foram eleitas três organizações multilaterais, a partir da relevância que elas têm no contexto das relações bilaterais em foco. No âmbito regional, focalizam-se a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Ambas são integrantes do mesmo espaço de dimensão atlântica da política externa brasileira.

No nível mundial, buscou-se analisar a atuação conjunta de Brasil e Angola na órbita das Nações Unidas, especialmente no Conselho de Segurança da organização (participações brasileiras no órgão), e nas Assembléias Gerais anuais da mesma. A atuação da ONU em Angola, por meio do estabelecimento das Missões de Paz, representou ponto decisivo para o estudo dessa organização na presente investigação.

Essas *relações bilaterais indiretas* foram um meio adicional, que favoreceu os contatos entre os dois países, tendo, inclusive, se configurando como a base do relacionamento Brasília-Luanda no período em estudo.

4.1 Relações bilaterais diretas

No início de 1990, uma missão multissetorial de Angola veio ao Brasil para conhecer a competência brasileira nas áreas de transportes, comunicações e energia. Nesse mesmo ano, no mês de março, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, visitou o Brasil, pela primeira vez, por ocasião da posse do Presidente Fernando Collor de Melo. Em outubro do mesmo ano, mediante o Decreto nº 99.558, Collor promulgou o Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Brasil e Angola, o qual datava de 11 de junho de 1980.

Cerca de um ano depois, o Presidente Collor de Melo, entre 8 e 15 de setembro de 1991, esteve em quatro países africanos, inclusive Angola (além de Namíbia, Moçambique e Zimbábue), numa tentativa de manter as relações com esses países. Em discurso proferido no dia 9 de setembro, em Luanda, Collor afirmou que "...sempre nos motivou a estrita fidelidade a compromissos assumidos entre parceiros iguais; sempre nos guiou nossa tradição de cooperação e solidariedade". (COLLOR DE MELO, 1991b, 123).

Nessa ocasião, os dois Presidentes assinaram o Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional. Este documento previa o recebimento de estudantes angolanos (da graduação e pós-graduação), em universidades brasileiras, mediante o Programa de Estudantes de Convênio de Graduação e Pós-Graduação (Programa PEC-PG). Desde 1991, cerca de 150 estudantes angolanos têm vindo ao Brasil, a cada ano, para concluírem os seus estudos.

Em julho de 1992, em Brasília, foi realizada a V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, a qual havia sido criada pelo Acordo de Cooperação

Econômica, Científica e Técnica de 1980. Além da delegação brasileira, chefiada pelo Chanceler Celso Lafer e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Luis Felipe de Seixas Corrêa, esteve presente a delegação angolana, composta, especialmente, pelo Ministro do Plano (Emanuel Carneiro), pelo Secretário de Estado da Energia e Águas (Joaquim Quelhas Mota), pelo Secretário de Estado de Geologia e Minas (José Antonio Dias) e pelo Embaixador angolano no Brasil (Francisco Romão de Oliveira e Silva). No discurso de abertura, o Chanceler brasileiro reafirmou o teor das relações bilaterais, de *adaptação criativa* e de uma *visão de futuro*, em que esse relacionamento ganharia dimensões novas, pois a “...cooperação com Angola vale-se de programas originais e compensatórios”, uma vez que se centrava, inicialmente, em setores como agricultura e educação. Ainda citando o Chanceler Lafer:

...a colaboração brasileiro-angolana se enriquece de maneira gradativa. Abrange hoje iniciativas nos campos da administração pública, da energia, da geologia, dos transportes e comunicações, da cooperação militar e da infra-estrutura. O treinamento de recursos humanos e a cooperação técnica são características marcantes desta nova etapa do relacionamento bilateral. (LAFER, 1992b, p. 13).

Nesse encontro, foram assinados os Protocolos de Intenção nas áreas de Cooperação Econômica, Comercial, Financeira e Técnica, relacionados ao petróleo. Ambas as delegações manifestaram-se a favor do aprofundamento da parceria Petrobrás/Sonangol, pois viam que esse seria “...o sustentáculo das relações comerciais entre os dois países” (ATA, 1992, p. 16). . A questão da dívida bilateral e de novos créditos também foi discutida, quando se optou pela continuidade das negociações entre os Bancos do Brasil e o Nacional de Angola. Os Acordos referentes à agricultura direcionaram-se para a concretização de um pólo

de produção de hortaliças em Angola, a ser levada a efeito em parceria, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pela EMBRAPA.

Foram assinados, ainda, Protocolos de Intenção nos domínios de Energia Elétrica e Águas, Geologia e Minas, Indústria (SENAI e Ministério da Indústria de Angola), comércio, turismo e hotelaria (projeto do SENAC), além de transportes e comunicações.

Na área da Cooperação Educacional, Cultural, Esportiva e Apoio à Criança, foi acordada a continuidade do intercâmbio nos ensinamentos básico médio, técnico-profissional e superior, com a previsão de envio de professores brasileiros a Angola, bem como o fornecimento de livros didáticos e prestação de serviços, para a criação do Instituto para o Desenvolvimento da Educação. Na área de formação profissional, estabeleceu-se a cooperação do SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), com vistas à formação de técnicos angolanos.

Durante o Governo de Itamar Franco, em 1994, houve o relançamento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, além da participação brasileira nos debates junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre os conflitos que atingiam o continente africano, particularmente Angola. Frente à questão da guerra civil angolana, o Brasil, segundo as palavras do Chanceler Fernando Henrique Cardoso, "...apóia a legitimidade da eleição que deu vitória ao MPLA [em 1992]. A Unita deve respeitar o resultado das eleições e contribuir para a normalização da vida político-administrativa do país. Esperamos o reconhecimento do governo angolano pelos EUA como ato capaz de ajudar a reconciliação nacional". (CARDOSO, 1993, p. 07).

Em agosto de 1993, sob a organização do Centro de Estudos Estratégicos/ Ministério das Relações Exteriores, foi realizada uma conferência que tratou do tema “As Relações entre Brasil e Angola”. Esse evento reuniu, dentre outros, o Embaixador de Angola no Brasil (Francisco Romão de O. Silva), o Embaixador-Chefe da Divisão de África II do Itamaraty (Jorge D’Estragnolle Taunay Filho), o Diretor da Odebrecht Internacional (Luciano do Rego Filho), o Vice-Presidente da Petrobrás Internacional S.A. (José Coutinho Barbosa) e o Diretor do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo (Fernando Mourão). Na conclusão do Documento de Trabalho que resultou desse encontro, consta:

As razões para o relacionamento entre Brasil e Angola não devem restringir-se aos laços culturais, por mais importantes que sejam. Para que o relacionamento seja mais forte e duradouro, temos de investir mais nos aspectos econômicos com fórmulas criativas para superar os problemas internos dos dois países, que têm um enorme potencial de crescimento. (PUNGS, 1993, p. 36).

Em agosto de 1995, durante a visita do Presidente José Eduardo dos Santos a Brasília, foi assinado o Acordo para o reescalonamento da dívida angolana com o Brasil, com a visita do. Fato semelhante já havia acontecido em dezembro de 1990, quando o Memorando de Entendimento cedeu, a Angola, créditos no valor de US\$ 117milhões.

Como Presidente, Fernando Henrique Cardoso visitou Angola (e África do Sul), entre 24 e 28 de novembro de 1996, com o intuito de reverter o decréscimo das relações econômicas com aquele país e o continente. O próprio Itamaraty buscou empreender uma atualização dessas relações, como pode ser constatado nas palavras do Chanceler Luiz Felipe Lampreia:

Uma política africana de resultados nos planos político, econômico e de cooperação parte dos muitos elementos de identidade entre o Brasil e África e da contribuição cultural e étnica do continente africano em nossa formação como nação soberana e independente [...] nosso compromisso com as relações Brasil-África é firme. A África é um objetivo insubstituível da diplomacia brasileira. [...] E, porque as relações com a África devem ir mais além do campo econômico, estamos propondo aos nossos parceiros na Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul duas iniciativas políticas, com reflexo potencial positivo na área de cooperação e alta visibilidade de opinião pública interna e internacional. (LAMPREIA, 1996, p. 17).

Em maio de 1999, em Luanda, foi assinado o Acordo sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços, o qual passava a permitir o trânsito livre, em ambos territórios, dos cidadãos dos dois países, que fossem portadores de passaportes diplomáticos e de serviços. Esse Acordo, que viria a ser promulgado em setembro de 2000, mereceu um redimensionamento em julho de 2000, mediante a assinatura do Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviços no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Por seu turno, o Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, assinado em 14 de novembro de 2000, em Brasília, previa a implementação de ações conjuntas na área da segurança pública, por meio de Ajustes Complementares, que eram fundamentados no Acordo de Cooperação de 1980. Esse Protocolo envolvia os Ministérios de Relações Exteriores dos dois países, Ministério da Justiça do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério do Interior de Angola.

Ainda nesse sentido, em 1º de agosto de 2002, foi assinado o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação de 1980, na área da educação; seu propósito seria o de desenvolver o Programa “Escola para Todos”, e possibilitar visitas de técnicos brasileiros a escolas angolanas. Esse documento foi reiterado em

novembro de 2003, mediante o Memorando de Entendimento, que redimensionou as atividades nessa área, entre Brasília e Luanda, com o propósito de dinamizá-las, partir de janeiro de 2004.

De todo o modo, pelas vias comerciais, as relações com Angola continuavam a decair. Relações comerciais relevantes, de fato, durante os anos 1990, deram-se com a continuidade das atividades da Construtora Norberto Odebrecht em território angolano; a atuação da Petrobrás; e da parceira que havia junto à Câmara de Comércio Brasil-África. (SANTANA, 2003, p. 181).

No que concerne à atividades da Construtora Norberto Odebrecht em Angola, é importante ressaltar que se tratou de um relacionamento comercial bem sucedido desde os anos 1980, por intermédio da utilização das *countertrades*. Esse mesmo autor enumera as razões desse sucesso:

Diversos fatores contribuíram para o êxito dessa empresa em território angolano. Além do forte apoio governamental, identificamos o bom relacionamento entre os dois países, a língua comum, a planejada integração e parceria no mercado local, o investimento na capacitação tecnológica e gerencial das equipes, a aplicação de modernas formas de gestão e uma desenvolvida capacidade de mobilizar pessoas, recursos estratégicos, financeiros e políticos, com vistas a atingir seus objetivos. (Idem, p. 182).

Durante os anos 1990, a atuação dessa empresa em Angola efetuou-se por meio dos seguintes projetos, a maioria contratada por órgãos do governo daquele país: a) 3ª fase do projeto “Águas de Luanda”, em Luanda; b) “Programa de Saneamento”, em Luanda; c) “Condomínio Atlântico Sul”, em Luanda; d) “Centro Cultural Agostinho Neto”, em Luanda; e) “Desenvolvimento Diamantífero de Lunda Norte”, em Lunda Norte; f) “Desenvolvimento Diamantífero de Lunda Sul”, em Saurimo; g) “Hidrelétrica de Capanda”, em Capanda; h) “Águas de Benguela”,

em Benguela; h) “Projeto Habitacional Luanda Sul”, em Luanda; e i) “Exploração do Bloco 16”, no Norte de Luanda.

É fundamental citar, também, a parceria Petrobrás-Sonangol, pela relevância do setor petrolífero na economia angolana, uma vez que ele representa, aproximadamente, 40% do PIB do país, e perto de 90% das rendas do governo¹². Além disso, Angola é o segundo maior produtor de petróleo africano (fica atrás, apenas, da Nigéria), e a maior parte de sua produção é oriunda do Bloco Zero, no território de Cabinda.¹³

A Petrobrás, por intermédio da sua subsidiária Braspetro, tem atuado em Angola desde 1979, quando adquiriu 17,5% de participação na fase exploratória do Bloco 2, na Bacia do baixo Congo; essa participação foi ampliada para 27,5% em 1987. Durante a década de 1990, a produção dessa empresa, no território angolano, atingiu o pico de 115.000 bpd (em julho de 1997).

Em 2000, as atividades da Braspetro foram incorporadas à *holding* Petrobrás, face às mudanças que ocorreram no modelo de gestão da empresa. No ano de 2002, a existência institucional da Braspetro tornou-se desnecessária; em seu lugar, assumiu a Petrobrás Internacional. A produção acumulada do Bloco 2, em dezembro de 2001, foi de 352 milhões de barris, perfazendo os 100% da capacidade desse bloco. Durante o ano seguinte, as atenções da Petrobrás em Angola

¹² Cf. dados constantes em **Angola Country Analysis Brief**. Disponível em: <<http://www.eia.doe.gov/emeu/cabs/angola.htm>> Acesso em: 02 jun. 2005.

¹³ Cabinda é um território angolano, localizado ao noroeste de Angola, no litoral. A faixa de continuidade geográfica entre Cabinda e Angola foi atribuída como saída ao mar do futuro Congo Belga, em 1884, pelo Congresso de Berlim. Com a independência de Angola, Cabinda ascendeu a categoria de província. Os *cabindas*, além de se diferenciarem étnica-culturalmente dos demais povos angolanos, desenvolveram uma luta autônoma pela independência, na qual foram organizados movimentos de libertação do território, tal como o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda-MLEC, e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda-FLEC, esta última mais militarizada. A vasta riqueza em recursos minerais faz de Cabinda um potencial foco de conflito futuro, pois as Repúblicas do Congo e do Zaire têm mostrado ambição pelo território, bem como as empresas petrolíferas que estão atuando em Angola, com sedes nos EUA e França. Atualmente, a luta armada em Cabinda prossegue numa fase de baixa intensidade. A integridade do território de Cabinda a Angola é o único ponto em que MPLA e UNITA convergiam, no decorrer da guerra civil.

voltaram-se para o Bloco 34, no qual a empresa obteve a participação de 15%, no conjunto de uma parceria com a Sonangol, a Norsk Hydro, a Shell e a Phillips.

Tanto a Petrobrás quanto a Construtora Norberto Odebrecht S.A têm participado de projetos sociais e culturais em Angola, em especial, no que se refere à formação e aperfeiçoamento nas respectivas áreas, de técnicos angolanos, como também com a realização de cursos específicos na Universidade Agostinho Neto, em Luanda.

Entre as empresas brasileiras que encabeçam as exportações para Angola, com negócios que atingem a faixa entre US\$10 e 50 milhões, durante o período em estudo, estão a Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Nigata Comércio Internacional Ltda; e D.S. & H.A. Logística-Importadora e Exportadora S.A., conforme indica o relatório da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, do ano 2002. Mesmo com a potencialidade do intercâmbio comercial, houve um decréscimo significativo nesse, excetuando-se a atuação das empresas brasileiras Braspetro e a Construtora Norberto Odebrecht S.A.

Se, por um lado, pode-se constatar o declínio das relações econômicas entre Brasília e Luanda durante os anos 1990 a 2002, por outro, percebe-se que buscaram manter contatos por meio de relações de caráter mais cooperativo, demonstrando uma visão de longo prazo.

À primeira vista, pode-se deduzir que os cenários internos de Brasil e Angola, acrescidos das reestruturações econômica e política internacionais ocorridas entre 1990 e 2002, direcionaram ao progressivo afastamento entre os dois países. De uma maneira geral, as relações internacionais do Brasil, nos anos 1990, passaram a privilegiar os Estados Unidos e a Europa, e a incrementar os contatos

com a Ásia. A evolução do Mercosul também flexionou a política externa brasileira para seus vizinhos latinos. Esse conjunto de ações indicava que Angola estaria enfrentando uma redução de contatos econômicos com o Brasil, a qual, do mesmo modo, poderia ser analisada como uma consequência da caótica situação angolana.

No entanto, tais conjunturas internas e externas não representaram o fim das relações entre Brasília e Luanda. Para Santana, em consonância com Saraiva (1996), a política brasileira para a África persistiu de maneira seletiva, com “...prioridades precisas e bem delimitadas no continente” (2003, p. 176). Fernando Henrique Cardoso, no decorrer da sua gestão no Itamaraty, argumentou que a “...política africana do Brasil chegou à fase adulta e que [*a política africana do Brasil*] saberá se adaptar aos novos tempos”. (1994, p. 259).

É nesse compasso que as relações com Angola foram-se mantendo. Se, pelo lado econômico, elas decaíram significativamente, por outro, a continuidade do contato entre os dois países deve ser entendida mediante a análise da evolução político-cooperativa dessas mesmas relações, inseridas na nova realidade internacional. O Embaixador angolano em Brasília, Francisco Romão de Oliveira e Silva, em palestra proferida no Centro de Estudos Estratégicos do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, afirmou:

A vertente principal da cooperação entre Brasil e Angola reside na exploração das vantagens da similaridade das condições geoclimáticas, das potencialidades no campo das tecnologias intermediárias e do ambiente de convergência propiciado pelo diálogo político. As adversidades impostas pela conjuntura internacional têm sido sabiamente contornadas por programas originais que se demarcam de esquemas pesadamente burocráticos, quase sempre responsáveis pela não-viabilização de projetos objetivos e práticos. (OLIVEIRA E SILVA, 1993, p. 5).

A visita do Chanceler Lampreia a Angola, realizada em maio de 1999, deve ser entendida como uma tentativa objetiva de qualificar as relações entre os dois países, por meio da cooperação técnica e da atenção brasileira ao “...processo angolano junto ao FMI, Banco Mundial e obviamente, no Conselho de Segurança das Nações Unidas”¹⁴.

Em agosto de 2002, no Seminário “Política Externa do Brasil para o Século XXI”, realizado pela Câmara dos Deputados, em Brasília, a Embaixadora brasileira, Irene Vida Gala (2003, p.357), referiu-se à necessidade de o Brasil garantir presença na nova estruturação internacional, especialmente sobre um eixo político Norte-Sul, no qual, de um lado, estaria a África e, de outro, a América Latina.

A relevância de Angola, na política externa brasileira, figura exatamente nesse âmbito, como país-irmão, como parceiro político-econômico, e também como Estado-membro da CPLP e da ZOPACAS. Como concluiu a Embaixadora Vida Gala,

Angola é o principal parceiro brasileiro na África. Os volumes do comércio bilateral não são os maiores no continente. Mas há um grande volume de petróleo que o Brasil recebe de Angola e que está contabilizado não nos fluxos comerciais e sim nos fluxos financeiros. O petróleo angolano é enviado para o Brasil a fim de saldar os pagamentos do principal e dos juros da linha de crédito que Angola mantém com o Brasil. [...] Graças a linha de crédito [...] empresas brasileiras, em particular [...] Odebrecht, conseguiram conquistar uma fatia expressiva do mercado angolano de construção civil em obras de infra-estrutura. (GALA, 2003, p. 363).

Não se pode deixar de considerar que os condicionantes internos e a crise no cenário internacional fizeram com que as relações econômicas entre Brasília e Luanda diminuíssem de intensidade, especialmente no âmbito do

¹⁴ Cf. Editorial do **The Angolan Mission Observer**, maio/jun. 1999. Disponível em: <<http://www.un.org/ao>>. Acesso em: 10 set. 2004.

intercâmbio comercial. A potencialidade desse intercâmbio, contudo, faz com que as relações entre os dois países mantenham-se, num ritmo de amadurecimento e adaptação, em termos de cooperação técnica, coordenação política e parcerias sociais.

Assim, a conservação dessas relações deve ser vista por um eixo distinto de atuação e cooperação entre os dois países. Por um lado, as relações bilaterais foram *diretas*, como foi destacado anteriormente. Por outro, elas foram *indiretas*, sendo que os foros internacionais representaram uma forma de não interromper o contato. Nota-se, claramente, o desempenho objetivo do Itamaraty junto a tais foros, independentemente da política externa que era adotada pelo respectivo governo. Mais uma vez, o Itamaraty esteve à frente da manutenção das relações de Brasília com Luanda, expondo uma atuação madura e uma visão de longo prazo.

4.2 Relações Bilaterais Indiretas

As *relações bilaterais indiretas* deram-se, fundamentalmente, em três organismos multilaterais. Dois deles, (a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul – em fase de implementação), foram elencados, por dois motivos especiais: por um lado, o Atlântico Sul, desde a segunda metade dos anos 1980, vem-se consolidando como um foco de interesse e de atuação da política externa brasileira, na busca de uma aproximação entre os países da comunidade lusófona e litorâneos, principalmente na costa africana; e, por outro, pelo teor intenso dos contatos bilaterais em questão,

particularmente no âmbito da CPLP. Pode-se, inclusive dizer que a CPLP é o carro-chefe dessas relações bilaterais indiretas.

Por sua vez, a Organização das Nações Unidas foi analisada pela atuação efetiva que teve em Angola, notadamente no que se refere ao estabelecimento e às atividades das Missões de Paz, nas quais o Brasil também participou. Os debates junto ao CSNU e à AGNU, igualmente, também indicam a posição coesa das delegações brasileira e angolana.

4.2.1 Cenário Regional

4.2.1.1 Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, como uma organização multilateral que deveria privilegiar a cooperação entre os seus membros, todos eleitos pela língua comum, quais sejam: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e, posteriormente, Timor-Leste.

A idéia de se levar a efeito uma aproximação entre países que tivessem afinidades históricas e culturais vem da década de 1960 (e do próprio teor do Tratado de Amizade entre Brasil e Portugal, de 1953). Nos anos 1960, o governo português propôs a constituição de uma “Comunidade Luso-Brasileira”, no intuito de levar o Governo brasileiro a rever algumas das atitudes, que vinham sendo tomadas, nas Nações Unidas, contra o colonialismo daquele país; ao mesmo tempo, buscava-se reforçar as relações bilaterais. Todavia, nem o governo militar, muito menos o Itamaraty foram favoráveis a essa idéia.

A Embaixadora Irene Vida Gala refere, na mesma obra já citada, que, no período compreendido entre as independências das colônias portuguesas e a criação da CPLP, “...as relações do Brasil com esses novos países concentravam-se sobre o eixo Brasília-Luanda” (2003, p. 366). Estaria justificada, assim, a relevância da CPLP no relacionamento bilateral.

É no contexto de reorganização internacional do final da década de 1980 e início dos anos 1990, que a idéia de se instituir uma comunidade lusófona volta a ser foco de atenção, especialmente por parte do Brasil. Manuel Cambeses Júnior destaca a relevância da identidade cultural neste contexto:

...no mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. São culturais. Os povos e as nações estão tentando responder à [pergunta] mais elementar que os seres humanos podem formular: quem somos? Os povos estão definindo-se a si próprios em termos de religião, linguagem, história, valores, costumes e instituições [...] estão utilizando a política, não somente para promover seus interesses, como também para definir suas identidades.(2002, p. 160).

O traço marcante da década de 1990, desse modo, foi a revalorização do fenômeno cultural, em contraponto à contenção imposta pelas ideologias. Logo, a iniciativa e a constituição propriamente dita da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) sintoniza com esse contexto, no qual a cultura foi alvo de redimensionamento, quando passou a ter contornos políticos e econômicos.

Uma primeira sinalização para o que viria a ser, posteriormente, a CPLP foi dada durante o pronunciamento do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, em visita que realizou a Cabo Verde, quando sugeriu que :

O negócio mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados pela África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo, promover encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros, efetivar consultas políticas freqüentes entre diretores políticos e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais....(GAMA, 1983, s/p).

O passo inicial para a criação da CPLP, concretamente, ocorreu em novembro de 1989, na capital do Maranhão, São Luís, quando o Presidente brasileiro José Sarney reuniu os Chefes de Estado e de Governo de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, além do Representante Especial do Presidente de Angola. Nessa ocasião, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IIL), cujos objetivos seriam o de defender e promover o idioma; enriquecer a língua como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; desenvolver as relações culturais entre os lusófonos; incentivar a cooperação, pesquisa e intercâmbio nos domínios da língua e da cultura; e difundir o Acordo Ortográfico.

A cooperação mediante a difusão da língua portuguesa não era o único objetivo da aproximação desses Chefes de Estado naquele momento, mas sim, o estabelecimento de relações entre pares, com língua e história comuns, e estágios de desenvolvimento econômico semelhantes.

O Presidente Sarney, em seu discurso, sintetizou os propósitos daquela reunião:

A língua portuguesa deve ser, acima de tudo, reflexo e veículo de amplos movimentos de renovação cultural de nossos povos. Um fator de cultura e, por conseguinte, de desenvolvimento [...] Estaremos, igualmente, reconhecendo que os espaços nacionais são, hoje, insuficientes para a expansão plena das potencialidades

da ciência e da tecnologia, e que a língua pode ser um fator vivo de progresso. (SARNEY, 1989, p. 42).

Além dos objetivos que diziam respeito à promoção da defesa da língua portuguesa e das relações culturais entre os Estados-membros, o processo de criação da CPLP passou, durante o Governo do Presidente Itamar Franco, a abrigar nítidos objetivos de ordem política. Saraiva esclarece que:

O tempo das coalizões de “geometria variável”, para utilizar expressão corrente da diplomacia ao se referir à expansão de associações entre países com objetivos afins, parecia oportuno, na percepção dos arquitetos da CPLP, para agregá-la à ZOPACAS e à Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral. (SARAIVA, 1996, p. 228).

Nesse enredo, em fevereiro de 1994, reuniram-se em Brasília, os Ministros das Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros dos sete países fundadores da CPLP. Foi nesse momento que eles decidiram recomendar a seus Chefes de Estado, a realização de um encontro com o intuito de elaborar o ato constitutivo da Comunidade, além de estabelecer um *Grupo de Concertação Permanente* (com sede em Lisboa), a ser integrado pelo Diretor-Geral da Política Externa do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, e pelos Embaixadores dos demais seis países, creditados na capital portuguesa. As atividades desse Grupo referiam-se à preparação do encontro constitutivo da Comunidade. Como resultado das 22 reuniões realizadas pelo Grupo, houve o estabelecimento da Declaração Constitutiva da CPLP e dos Estatutos da Comunidade.

Em junho de 1995, em Lisboa, os Ministros (de Relações Exteriores e Negócios Estrangeiros) dos sete países, reuniram-se novamente, enquanto reiteravam os compromissos que haviam assumido em Brasília, em 1994. O Grupo passou a ser denominado, a partir daí, de *Comitê de Concertação Permanente*,

recomendou também a previsão de abril de 1996, para a realização da Cimeira constitutiva da Comunidade.

O primeiro encontro desse Comitê ocorreu em novembro de 1995, e, nas sete reuniões que o seguiram, foi dada continuidade aos trabalhos de constituição da CPLP. Em abril de 1996, em Lisboa, os Ministros, além de reafirmar os compromissos assumidos na Reunião Ministerial de Lisboa, entraram em acordo sobre os objetivos e os princípios da constituição da Comunidade. Em 17 de julho desse mesmo ano, também em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo dos sete países-membros assinaram a declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Em 20 de maio de 2002, com a conquista da independência, o Timor-Leste tornou-se o oitavo membro da CPLP.

Como órgãos da Comunidade, foram estabelecidos: a Conferência dos Chefes de Estado e Governo (com a previsão de se reunirem uma vez a cada dois anos); o Conselho de Ministros (uma vez por ano); o Comitê de Concertação Permanente (que se reúne ordinariamente, em Lisboa, uma vez por mês); e o Secretariado Executivo (principal órgão executivo da Comunidade, responsável pela implementação das deliberações emanadas dos demais órgãos). Em 2002, na 4ª Conferência de Chefes de Estado e Governo da CLPL, realizada em Brasília, foram constituídas, ainda, a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, e as Reuniões Ministeriais. Como sede da CPLP, foi estabelecida a cidade de Lisboa, Portugal, conforme do Acordo entre o Governo português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em julho de 1998, e ratificado em março de 1999. Nesse documento, dentre outros aspectos consta:

Artigo 2º - A CPLP possui personalidade jurídica e goza da capacidade necessária para exercer as suas funções e atingir os

seus objetivos, em particular contratar, adquirir e alienar bens móveis, e para ser parte em juízo.

.....
 Artigo 9º - Os funcionários do Secretariado Executivo gozarão, dentro do território português, das seguintes imunidades e privilégios: a) Imunidade de jurisdição relativamente aos atos [...]; b) Imunidade de retenção e inspeção de objetos destinados ao uso oficial do Secretário Executivo [...]; c) Isenção da obrigação de prestação pessoal de quaisquer serviços públicos. ... (ACORDO, 1999, s/p).

Em uma perspectiva cultural, a CPLP pode ser interpretada como uma resposta à globalização que imperou nos anos 1990 (com a internacionalização da economia). Esse cenário levaria à necessidade de se criar uma “nação cultural”, segundo o ponto de vista do autor português Sobral, na qual

...a evidência de uma identidade cultural lusófona no espaço luso-afro-brasileiro ou, se quisermos, o reconhecimento duma grande cultura comunicacional que tem a maioria dos seus comungantes ao sul do Equador, deveria ser reconhecida naquele ‘conceito estratégico’ de defesa nacional [coesão interna através do fortalecimento da consciência nacional e desenvolvimento dos valores éticos, morais e culturais] apesar da descontinuidade geográfica. E é, sem dúvida nenhuma, justificação suficiente para a constituição duma Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (SOBRAL, 1997, p. 377).

A idéia fundamental que rege a atuação da CPLP pode ser interpretada como a de uma comunidade cuja atuação deva ser um *locus* de interseção entre vários processos de integração regional que estariam em curso, a saber: a União Européia, o Mercosul, a SADC (Southern Africa Development Community) e a COMESA (Common Market of Eastern and Southern Africa), os quais tenderiam a interagir. O então Chanceler Fernando Henrique Cardoso declarou em 1993, que a CPLP não seria

...movidada por sentimentalismos. Sua criação corresponde a uma tendência da atual conjuntura internacional com o fim da

bipolaridade, que abriu espaço para novas iniciativas de aproximação entre países com afinidades, ora derivadas de interesses econômicos, ora fundamentadas em valores políticos ou culturais. (CARDOSO, 1993b, p. 220).

Nota-se, claramente, que os objetivos de ordem político-econômica e, até mesmo, diplomática estiveram lado a lado daqueles de ordem cultural no processo de criação da CPLP. Tal constatação pode ser verificada pela enumeração dos principais objetivos da Comunidade, no Artigo 3º de seus Estatutos (revisados em São Tomé/2001, e Brasília/2002). Nele, encontram-se os pilares da Comunidade:

Art. 3º. [...] a) A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fóruns internacionais;
b) A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
c) A materialização de projetos de promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.¹⁵

O primeiro objetivo denota que a Comunidade foi constituída numa tentativa de os Estados-membros buscarem uma *inserção internacional conjunta*, notadamente no que se refere aos demais organismos internacionais, nos quais há uma tendência de serem tratados grandes temas (como meio ambiente, crime organizado, direitos humanos, reforma das Nações Unidas e integração econômica). Essa inserção internacional conjunta não se dá, exclusivamente, por meio de posições concertadas; ela se dá, também, mediante "...uma identidade comunitária que reforce a posição negociadora individual de cada um", conforme afirmou o Chanceler Lampreia, no discurso na abertura da Reunião Ministerial da CPLP, realizada em julho de 1997.

A existência da Comunidade afetou a dimensão bilateral das relações entre seus membros; ela as ampliou ou redimensionou-as, tal como ocorreu com as relações Brasil-Angola. Pode-se inferir que a CPLP passou a ser o carro-chefe das relações Brasília-Luanda; a partir dela, também, deram-se até mesmo as relações na ZOPACAS e no âmbito das Nações Unidas.

É possível justificar a iniciativa brasileira de criar essa Comunidade por várias razões. O Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, assinado em novembro de 1953, pode ser observado como o fundamento que estabeleceu, publicamente, os interesses em constituir uma comunidade luso-brasileira. Esses mesmos interesses podem ser verificados na iniciativa do Presidente Sarney, em 1989, que resultou na criação do IIL.

Há que se sublinhar o próprio teor autônomo e desenvolvimentista, que se configura em um dos traços mais marcantes da política externa brasileira, mesmo que timidamente expresso nos anos 1990. Desse modo, é possível afirmar que as relações com a África têm sido uma constante na política externa do Brasil, como se notará adiante, com a proposta de criação da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986.

Em maio de 2002, no Seminário “CPLP: Oportunidades e Perspectivas”, realizado em Brasília e promovido pelo Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (IPRI) e pela Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), o Chanceler brasileiro, Embaixador Celso Lafer, destacou que a CPLP haveria de ser uma “...orientação estratégica da política externa brasileira em sua dimensão mais universal e positiva”. Assim, a presença brasileira, na CPLP, procurou, desde sempre, dar novo valor, às relações do país com os demais componentes da

¹⁵ Cf. Estatuto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.cplp.org.pt/documentos>> Acesso em: 10 maio 2005.

Comunidade, dentre eles, Angola. Tal postura transparece no discurso do Cancheler Lafer, quando ele reitera:

...o forte compromisso do nosso país com os propósitos da Comunidade [...] hoje, os membros da CPLP são os principais beneficiários em termos de recursos, da cooperação brasileira com países amigos. Nossos recursos nesses campos, quando comparados aos de nações mais influentes, são limitados; justamente por isso, precisamos fazer escolhas. A prioridade que conferimos à CPLP é uma diretriz estabelecida pelo próprio presidente [...] e, não por acaso, se manifesta numa dimensão em que cultura, afinidades, economia e política se somam.(LAFER, 2002, s/p).

Por um lado, o Brasil, na CPLP, buscou constantemente demonstrar preocupação e interesse na resolução da guerra civil angolana, por considerá-la como ponto-chave para a reconstrução daquele país. Isso pode ser verificado, por exemplo, no pronunciamento do Embaixador brasileiro na CPLP, Ivan Cannabrava, na 4ª Reunião dos Ministros da CPLP, realizada em julho de 1999, quando ele afirma que:

Lamentavelmente, a situação em Angola não teve o desenvolvimento que todos esperávamos. O empenho do Governo José Eduardo dos Santos para dar andamento às estipulações do protocolo de Lusaka foi inviabilizado pela obstinação de Jonas Savimbi. A CPLP tem a responsabilidade de pronunciar-se sobre a crise angolana e de identificar, com clareza, a UNITA de Jonas Savimbi como a grande responsável pela deterioração do processo de pacificação. Creio, ademais, que a CPLP deve ter a preocupação de manter-se como foro diplomático útil para todos os angolanos comprometidos com a paz, deixando clara a seriedade de nossos compromissos e a nossa disponibilidade para continuarmos a ser o fiel intérprete das melhores aspirações do povo angolano junto à comunidade internacional. (CANNABRAVA, 1999, s/p).

O próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, na 3ª Conferência dos Chefes de Estado da Comunidade, que se realizou em julho de 2000, deteve-se a enumerar os desafios que deveriam ser enfrentados para a

consolidação da CPLP, dentre eles, a concretização da paz em Angola: “...é mais que hora de Jonas Savimbi receber uma mensagem clara sobre a vontade da comunidade internacional em assegurar o fim do conflito”. Tal postura brasileira também emana das Missões de Paz das Nações Unidas em Angola, a serem, adiante, apresentadas. A própria Organização das Nações Unidas, em 1998, reconheceu a importância da CPLP ao propor, mediante a A/RES/54/10(1998), o status de *observador* junto a CPLP.

Em julho/agosto de 2002, ocorreu a 4ª Conferência dos Chefes de Estado da CPLP, em Brasília. Como resultado, foi criado o Fórum Empresarial, com o objetivo de aproximar as sociedades civis de cada Estado-membro; foi assinado, também, o Acordo de Cooperação em matéria de HIV/AIDS, entre todos os membros. Nessa mesma Conferência, o Brasil assumiu a Presidência da Comunidade para o biênio 2002/2004.

Percebe-se que o Brasil efetivou ações na área da cooperação técnica com Angola, via CPLP, exatamente em sintonia com os termos da cooperação Sul-Sul que já estava evidenciada na formulação da política externa brasileira.

Em colaboração com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) brasileiro participou da implementação do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, em Cazenga, (região metropolitana de Luanda), no ano de 1999¹⁶. Em 2004, houve, ainda, a instalação de um Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, nos moldes daquele que já havia sido instalado em Cazenga.

¹⁶ Esses cursos têm duração de três meses, e se direcionam, atualmente, a atender, aproximadamente, a 1.500 alunos por ano. No início, as áreas de formação restringiam-se ao setor da construção civil, como alvenaria, carpintaria, instalações hidráulicas, eletricidade predial e mecânica diesel. Posteriormente, foram sendo introduzidos os cursos de informática, panificação e artesanato.

No âmbito do combate ao tráfico internacional de entorpecentes, foi assinado um Acordo entre os países-membros da CPLP¹⁷. Na área da saúde, especialmente no que se refere às doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas, o HIV/AIDS, o Brasil implementou, no ano de 2002, em Luanda, um projeto voltado para a diminuição da transmissão materno-infantil¹⁸.

Com o apoio da UNESCO, o Brasil implantou o projeto “Portal do Livro”: um banco de dados com cerca de 30 mil publicações científicas, o qual está disponível a todos os Estados-Membros. Outra iniciativa brasileira na CPLP refere-se à ampliação para os estudantes de todos os países de língua portuguesa, do projeto de bolsas de estudos a estudantes da graduação e pós-graduação, o qual, anteriormente, destinava-se, unicamente, aos acadêmicos angolanos.

Devem, também, ser destacadas as iniciativas da Pastoral da Criança, um organismo de Ação Social da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), criado em 1982. As atividades dessa entidade voltam-se para a diminuição da mortalidade infantil, mediante a realização de trabalhos nas áreas de nutrição, saúde e educação da criança e da mãe.

Efetivados no âmbito da CPLP, pois Moçambique também está incluso no programa, os contatos daquele organismo, em Angola, tiveram início, em 1996, com a visita da Dra. Zilda Arns, coordenadora da Pastoral. Em 1996, essa Pastoral foi implantada nas Dioceses de Benguela e de Luanda; iniciou-se, ao mesmo tempo, o treinamento de agentes locais. Em 1999, líderes comunitárias

¹⁷ Cf. texto do ACORDO de Cooperação entre os Governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assinado em 18 de julho de 1997. Salvador, 18 jul. 1997. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues?politica_externa?discursos>. Acesso em: 08 mar. 2005.

¹⁸ Esse projeto tem se concretizado mediante a capacitação de técnicos angolanos do programa nacional de luta contra o HIV/AIDS e a malária, nas áreas de planejamento e gestão de programas, informação, educação e comunicação em saúde, vigilância epidemiológica e mobilização social.

angolanas vieram ao Brasil, para realizar cursos de capacitação. Em 2001, aconteceu uma reunião entre as coordenadorias das Pastorais de Brasil, Angola e Moçambique, com a intenção de implementar uma cooperação regional. No mesmo ano, novos agentes angolanos participaram de cursos de capacitação no Brasil.

Em 2002, a ABC (Agência Brasileira de Cooperação) enviou duas missões diplomáticas para Angola, que veio a possibilitar o contato das autoridades angolanas com as coordenadorias da Pastoral, bem como o envio de missionárias brasileiras com o intuito de institucionalizar as atividades da Pastoral naquele Angola¹⁹.

Não é difícil perceber que a parceria Brasil-Angola, em relação às atividades da Pastoral da Criança, tem fundamental relevância para a projeção de tais atividades para os demais Estados-membros da CPLP, como já vêm acontecendo com Moçambique.

4.2.1.2 Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

Inserida nesse cenário de relação do Brasil com os Países de Língua Portuguesa, a implementação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), por iniciativa brasileira, vem complementar a política de aproximação Brasil-Angola, no contexto regional.

¹⁹ As atividades dessa entidade têm-se realizado em parceria com instituições locais e com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF-Angola). No final de 2002, a Pastoral brasileira já estava atuando em 47 paróquias, com um acompanhamento mensal a 40.500 crianças, 5.735 gestantes, 20.250 famílias, localizadas em 530 comunidades angolanas, com a participação de cerca de 3.375 líderes comunitários.

Ao propor a proclamação do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, o Presidente José Sarney, em discurso na XL Assembléia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1985, já afirmava que o Brasil "... fará todos os esforços que estiverem a seu alcance para preservar o Atlântico Sul como área de paz, afastada da corrida armamentista, da presença de armas nucleares e de qualquer forma de confronto oriunda de outras regiões" (SARNEY, 1995, p. 455).

Em discurso na abertura da XLI Assembléia Geral das Nações Unidas, em 1986, o Chanceler brasileiro Sodr e reiterou essas proposi es do Presidente Sarney, apresentadas um ano antes, e acrescentou que a (poss vel) declara o do Atlântico Sul como Zona de Paz e Coopera o "...inscrever-se-ia como medida concreta num vasto programa que a pr pria comunidade das na es j  definiu como de prioridade m xima neste foro: o de converter os impulsos irracionais de confronta o em obra construtiva de coopera o pac fica internacional". (SODR E, 1995, p. 468).

Tal proposta brasileira foi formalmente aceita pela Assembl ia Geral: em outubro de 1986, mediante a Resolu o n  41/11, foi declarado que o Oceano Atlântico, no espa o compreendido entre a Am rica do Sul e a parte ocidental da  frica, seria uma zona de paz, desarmada, assentada na coopera o e no respeito aos direitos dos povos. Segundo Mour o, essa Resolu o p s fim  s especula es que rondavam a cria o de um pacto do Atlântico Sul, pois

...o t tulo da declara o repousa, de um lado, num conceito geogr fico – o Atlântico Sul –, algo de concreto e real, isto  , na acep o de hidroespa o, conceito recente, e, por outro, numa possibilidade real e substantiva de aproxima o atrav s do desenvolvimento de um mecanismo de coopera o entre os intervenientes. (MOUR O, 1988, p. 49).

Esse mesmo autor refere-se, também, às especulações relacionadas à origem remota da ZOPACAS, qual seria, a proposta de criação de uma Organização do Atlântico Sul (OTAS), com inspiração na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a qual estava temporalmente inserida na Guerra Fria. A OTAS, por iniciativa sul-africana, foi primeiramente apresentada em Pretória, no ano de 1969, com duas versões: uma previa a associação inicial de quatro países do hemisfério sul (África do Sul, Brasil, Austrália e Nova Zelândia); e outra, que subdividia a primeira proposta em duas situações distintas, tendo a África do Sul ou negociando com a Austrália e Nova Zelândia (mediante os laços da *Commonwealth* britânica), ou, pelo lado do Oceano Atlântico, a África do Sul se aproximaria política e militarmente ao Brasil e Argentina. Se tivesse sido aprovada, a OTAS seria, por fim, composta por África do Sul, Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Portugal, Nova Zelândia e Austrália.

A proposta inicial da África do Sul direcionava-se à implementação de uma cooperação militar, notadamente no segmento das Marinhas dos prováveis países-membros. No entanto, os demais países não se mostravam favoráveis a esse Tratado, pois eles estariam-se atrelando ao regime segregacionista do *apartheid*, que ocupava o governo sul-africano. Ao mesmo tempo, tais países viam a proposta da África do Sul como uma espécie de brecha no isolamento internacional imposto ao regime do *apartheid*.

No início dos anos 1980, uma série de fatores direcionou para o esquecimento dessa proposta da África do Sul. Penna Filho destaca que “...a Guerra das Malvinas retirou da África do Sul, o único país [*Argentina*] que, além do Brasil, possuía capacidade naval mínima requerida numa iniciativa dessa envergadura”. (PENNA FILHO, 2003, p. 34).

Todos esse acontecimentos levaram o Brasil a apresentar, em 1986, a proposta de criação da ZOPACAS, cujo objetivo principal seria, justamente, o contrário daquele pretendido pela África do Sul. Tal proposta vinha a se inserir no contexto de mudanças na política internacional e regional, pois todos os países sul-americanos reconquistaram a democracia no plano político (até a África do Sul presenciara a derrocada do regime do *apartheid*, fato que mudou o cenário regional africano).

Num relatório enviado, pelo Chanceler Sodré, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 1987, que tratava da implementação da ZOPACAS, ficam claros os objetivos brasileiros quanto à aproximação dos países às margens do Atlântico Sul. Segundo esse documento a ZOPACAS:

...representa igualmente o claro reconhecimento da determinação desses países e povos de preservarem sua independência, sua soberania e sua integridade territorial, de desenvolverem suas relações internacionais em condições de paz e liberdade, e de permanecerem livres da ameaça ou uso da força, da presença militar estrangeira, de armas nucleares e outras armas de destruição em massa e de sua determinação em manter a região livre de todas as fontes de tensão e de rivalidades e conflitos. [...] cabe aos Estados africanos e latino-americanos da região do Atlântico Sul a responsabilidade primordial de trabalhar conjuntamente para promover a consecução dos objetivos da Zona. (RELATÓRIO, 1987, s/p).

Inicialmente, a ZOPACAS reuniu 24 países litorâneos ao Atlântico Sul (hoje, são 25, com a independência da Namíbia); a ZOPACAS foi-se implementando a partir da 1ª Reunião dos seus Estados-Membros, realizada em Nova York, em setembro de 1988, numa iniciativa do Chanceler Sodré. Em julho de 1990, em Abuja (Nigéria), foi realizada a 2ª Reunião dos Membros da Zona.

Além de ter sido um proposta apresentada pela Assembléia-Geral das nações Unidas, por meio da A/RES/41/11 (como já foi comentado), a ZOPACAS

continuou a ser tema da organização, no que concerne á sua progressiva implementação. Isso pode ser verificado pelo elevado número de Resoluções que se referiam ao estabelecimento da Zona, a saber: A/RES/43/23(1988), A/RES/44/20 (1989), A/RES/45/36 (1990), A/RES/46/19(1991), A/RES/47/74(1992), A/RES/48/23(1993), A/RES/49/84(1994), A/RES/51/19(1996), A/RES/52/14(1997), A/RES/53/34(1998) e A/RES/54/35(1998), totalizando um número de 11 Resoluções expedidas num período de dez anos.

No entanto, somente no Governo Itamar Franco, que se retomou, efetivamente, a ação no sentido de fortalecer a Zona como “...instrumento regional de cooperação e de compromisso com a democracia representativa”²⁰. Muito mais do que o entendimento de o Atlântico Sul ser uma área livre de conflitos, a ZOPACAS passou a abranger objetivos de ordem política e de cooperação mais intensa, tendo em vista a potencialidade de cooperação que emanava entre seus membros. Na 3ª Reunião dos países integrantes da ZOPACAS, sediada em Brasília, o Chanceler Celso Amorim destacou que, tanto a própria Zona, quanto

...o Mercosul, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Meridional (SADC), a Comissão Econômica dos Estados da África Ocidental e qualquer outro grupo do gênero que possa formar-se no futuro são ferramentas complementares, cenários potenciais do estabelecimento de mecanismos de integração capazes de conduzir-nos ao futuro na forma que desejamos e necessitamos. [...] Nessa mesma linha de pensamento insere-se a iniciativa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, proposta inicialmente pelo Brasil ... (AMORIM, 1994, p. 34).

Não obstante o fato de ainda não se ter concretizado, efetivamente, nos moldes de cooperação e relacionamento multilateral, inicialmente propostos, a futura implementação da ZOPACAS viria a complementar as iniciativas adotadas no

âmbito da CPLP, no sentido de redimensionar as relações entre os países do Atlântico Sul.

A posição do Ministério das Relações Exteriores do Brasil frente à ZOPACAS fica evidenciada na afirmação de que ela “...atende aos interesses do país no sentido de ampliar o espaço para a cooperação econômica e comercial com a formação de mais uma zona de livre comércio; para a cooperação científica e técnica; e para iniciativas de caráter político-diplomático...”²¹. Por essa via, a aproximação entre Brasil e Angola tem-se construído, também, no eixo Atlântico Sul, o qual participa, do mesmo modo, na complementação das atividades dos dois países junto à CPLP.

4.3 Cenário Internacional

4.3.1 Organização das Nações Unidas

No âmbito das Nações Unidas, as diplomacias brasileira e angolana igualmente têm direcionado suas atenções para uma posição conjunta frente aos temas enfocados nos debates, pois, segundo salientou o Embaixador brasileiro Antônio Guerreiro, as “...posições dos dois países no Conselho de Segurança das Nações Unidas serão assumidas em nome da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”. (ANGOLA, 2004, p. 38).

Contudo, os contatos Brasília-Luanda não se restringiram exclusivamente aos debates no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos

²⁰ DECLARAÇÃO dos representantes dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, Brasília, 22 de setembro de 1994; § 8 e 10.

²¹Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa?grupos/zona_paz/zona.asp>. Acesso em: 11 maio 2005.

biênios 1993/1994 e 1998/1999 (nos quais o Brasil ocupou uma vaga como membro eleito). Esse relacionamento bilateral, nesse foro internacional, foi evoluindo, paulatinamente, com as relações diretas entre os dois países. Já em 1985, por exemplo, o Chefe da Missão brasileira na ONU, Embaixador George Álvares Maciel, pronunciou-se contrariamente à invasão sul-africana ao território angolano. Segundo ele:

...como país latino-americano e como país irmão de Angola, o Brasil tem expressado com coerência sua solidariedade com o povo e com o Governo de Angola [...] medidas [sanções contra a África do Sul] somente podem ser efetivas e levar a resultados mais tangíveis se apoiadas e adotadas pela comunidade internacional como um todo. (MACIEL, 1985, p. 86).

Quando o Brasil participou como seu membro eleito, o Conselho de Segurança das Nações Unidas voltou-se para as questões que enfocavam a manutenção da paz e da segurança internacionais. O alto número de sanções e resoluções adotadas no período compreendido entre 1990 e 2002²² vem sinalizar essa preocupação. Dentre os inúmeros pontos tratados pelo Conselho, houve um maior interesse pela situação africana em geral (cerca de 15 conflitos agitavam aquele continente nessa época); em especial, a guerra civil angolana representava um destacado foco desse interesse.²³

²²Disponível em: <<http://www.un.org/documents/scresc/1998/scres98.htm>> e <<http://www.un.org/documents/scresc/1999/scres99.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2004.

²³Torna-se evidente a afirmativa ao se deparar com o número de CSNU/Res expedidas no período estudado, relacionadas à situação angolana: 696 (1991), 793(1992), 785(1992), 747(1992), 890(1993), 864(1993), 851(1993), 834(1993), 823(1993), 811(1993), 804(1993), 966(1994), 952(1994), 945(1994), 932(1994), 922(1994), 903(1994), 1008(1995), 975(1995), 1087(1996), 1075(1996), 1064(1996), 1055(1996), 1045(1996), 1135(1997), 1130(1997), 1127(1997), 1118(1997), 1106(1997), 1102(1997), 1098(1997), 1219(1998), 1213(1998), 1202(1998), 1195(1998), 1190(1998), 1180(1998), 1176(1998), 1173(1998), 1164(1998), 1157(1998), 1149(1998), 1268(1999), 1237(1999), 1229(1999), 1221(1999), 1294(2000), 1295(2000), 1374(2001), 1348(2001), 1336(2001), 1448(2002), 1439(2002), 1433(2002), 1432(2002), 1412(2002) e 1404(2002).

O comportamento antidemocrático e belicoso da UNITA, que violava as sanções e resoluções do Conselho, serviu para instigar discursos persuasivos, por parte da Delegação brasileira, para que os Estados-Membros reforçassem o vigor das sanções que já vinham sendo adotadas contra o movimento de Jonas Savimbi.

Em 1993/1994, foram aprovadas as CSNU/Res nºs 804(1993), 823(1993), 834(1993), 851(1993), 890(1993) e 903(1994), 922(1994), 932(1994), 945(1994), 952(1994) e 966(1994). Todas elas se referiam à situação angolana. Nesse momento, já se nota a pretensão brasileira de ocupar uma vaga permanente no CSNU, no caso de vir a ocorrer uma reforma da organização.

Em 1998/1999, no entanto, fica ainda mais clara a posição brasileira em favor do equacionamento do conflito angolano. Quando o Brasil entrou, novamente, no Conselho, a situação de Angola encaminhava-se para um desfecho pacífico. Em 27 de janeiro, o Conselho adotou a CSNU/Res nº1149²⁴, a qual estendia a atuação da MONUA (United Nations Observer Mission in Angola), e saudava o cronograma que havia sido acordado entre a UNITA e o Governo de Unidade Nacional, estabelecido pelo Protocolo de Lusaka, em 1994.

Em seu primeiro pronunciamento formal sobre a situação em Angola, o representante do Brasil junto ao CSNU, em 27 de janeiro de 1998, congratulou-se com a "...possibilidade de, após 37 anos de conflito, a paz e a reconciliação nacional estarem próximas" (FONSECA, 2002, p. 54-55). Ainda nessa mesma manifestação, o Embaixador Celso Amorim recomendou a necessidade de haver uma prorrogação por mais três meses, do mandato da MONUA. Para justificar, ele relatou a continuidade de realização de vôos não-autorizados nas regiões que

²⁴Disponível em: < <http://www.un.org/documents/scres/1998/scres98.htm>> . Acesso em: 15 abr.2004.

estavam sob o controle da UNITA, numa demonstração da necessidade de serem concretizados esforços adicionais para a consolidação da paz. No final do ano, foi revelado que, enquanto negociava o desarmamento e o aquartelamento de suas tropas com o Governo de José Eduardo dos Santos, a UNITA clandestinamente estava se rearmando.

Todavia, em março de 1998, a CSNU/Res nº 1157(1998) anunciava tanto o fracasso da implementação do Protocolo de Lusaka, quanto a posição ambígua da UNITA em relação ao processo de paz angolana. Os esforços da comunidade internacional na direção de restaurar a estabilidade e a paz em Angola começaram a ser minados pelas ações da UNITA. O Conselho de Segurança recorreu às sanções contra esse movimento (CSNU/Res nºs 1173(1998), 1176(1998), 1190(1998), 1195(1998), num contexto de frustração frente à falta de cooperação do grupo de Savimbi. As demais decisões do Conselho – CSNU/Res nºs 1195(1999), 1202(1999) e 1213(1999), estabeleceram a extensão do mandato da MONUA, numa irremovível demonstração de esperança em que o processo de paz pudesse ser retomado.

Além disso, a situação humanitária angolana continuava a preocupar a comunidade internacional, como se denota da CSNU/Res nº1237(1999), que elencou um painel de peritos com o intuito de realizar investigações sobre as ações financeiras e de diamantes da UNITA.

É possível perceber que o Brasil engajou-se, ativamente, nos debates no Conselho de Segurança, como forma de colaborar com a comunidade internacional, na tentativa de estabelecer a paz em Angola. A proposta de congelamento das contas bancárias de membros da UNITA e o banimento das

exportações de diamantes que ela realizava integravam a fizeram parte da iniciativa brasileira em relação à questão angolana.

Em janeiro de 1999, quando o Brasil ocupou a Presidência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o órgão adotou a CSNU/Res nº 1221, referente à Angola: nessa Resolução fica evidente a preocupação com a evolução interna angolana, bem como o repúdio às ações da UNITA. Vislumbra-se, também, a saudação do órgão ao Presidente angolano, que efetivara o compromisso junto ao Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas em Angola, encorajando-o a "...continuar a oferecer tal cooperação" (CSNU/RES nº 1221). Ainda em 1999, o CSNU reiterou as recomendações do Comitê de Sanções para Angola do órgão, mediante o endosso da SC/6645, que ratificou a CSNU/Res nº 864(1993), no sentido de manter o conteúdo das sanções à UNITA.

A busca pelo aprofundamento da política brasileira para Angola, no foro das Nações Unidas, na década de 1990, reflete uma tentativa de desviar aquele país do violento processo de marginalização internacional que o ele vem sofrendo, desde a descolonização. As preocupações brasileiras com relação à solução da questão angolana progrediram *pari passu* com o acirramento do conflito; essa posição transpareceu tanto nas atividades da delegação do país junto ao CSNU, quanto na atuação dos efetivos do Brasil, junto às Missões de Paz da ONU, instalados em Angola.

Dessa forma, durante sua oitava participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas (1998/1999), o Brasil contribuiu para o aprofundamento das discussões sobre a situação angolana, a partir da perspectiva de um país cuja história, cultura e povo estão estritamente ligados à África. Dando

valor à proximidade étnica e geográfica com aquele continente, o Brasil sublinhou a dimensão e a complexidade dos problemas africanos.

Como forma de renovar seu papel no cenário mundial, as Nações Unidas, por intermédio de seu Conselho de Segurança, passaram a estabelecer Operações de Paz, de maneira efetiva, como forma de oferecer instrumentos adicionais à solução dos conflitos internacionais que prevaleceram ao partir do final da Guerra Fria. No que concerne à questão angolana, foram levadas a efeito, desde 1989, cinco operações de manutenção de paz: UNAVEM I, UNAVEM II, UNAVEM III, MONUA e MNUA.

Percebe-se que o Brasil sempre relutou em relação às operações de paz da ONU revestidas de caráter impositivo, que se baseavam no Capítulo VII da Carta da ONU, tal como aconteceu, em 1999, no Timor Leste. Pode-se concluir que uma característica da participação brasileira em Missões de Paz, é que ela se efetiva, principalmente em países de língua portuguesa ou da América Latina; e busca privilegiar, claramente, a presença nas áreas consideradas prioritárias por sua política externa.

Fontoura afirma que a atuação brasileira em operações de manutenção da paz das Nações Unidas pode ser dividida em dois grandes momentos: o período de 1957 a 1967, quando o Brasil integrou seis operações, especialmente na UNEF I (no Sinai e na Faixa de Gaza); e de 1989 até hoje, "... com participação mais variada, da qual se realça a contribuição para a UNAVEM III, em Angola". (1999, p. 203).

Para Sena Cardoso, o Brasil tem diversificado muito sua presença nas operações de paz das Nações Unidas, o que não se limita, contudo, aos componentes militares. Isso porque, além desses últimos, o país tem enviado

nessas Missões, observadores eleitorais, monitores policiais e até mesmo civis, destinados especificamente para a realização de trabalhos técnicos especializados. (1998, p. 140-142).

A UNAVEM I (United Nations Angola Verification Mission I) foi criada pela CSNU/Res nº 626(1988); sua ação estendeu-se de janeiro de 1989 a maio de 1991, quando serviu para supervisionar a retirada dos soldados cubanos de Angola. O financiamento das suas atividades foi aprovado pela A/RES/45/246(1990). O Brasil contribuiu com 16 observadores militares, além de uma equipe médica do Exército, a partir do ano de 1990. O comando do Corpo de Observadores Militares foi exercido, durante todo o mandato da UNAVEM I, pelo General-de-Brigada Péricles Ferreira Gomes.

De maio de 1991 a fevereiro de 1995, mediante a CSNU/Res nº 696(1991), foi instalada a UNAVEM II, cujo financiamento foi aprovado pelas A/RES/45/269(1990), A/RES/46/195(1991), A/RES/48/241(1994) e A/RES/49/227(1995). O objetivo dessa segunda missão foi verificar o andamento nos acordos dos Acordos de Bicesse, colaborando na supervisão das eleições gerais de 1992, bem como no andamento da futura situação angolana. Dessa vez, o Brasil enviou observadores militares (77) e policiais (39), bem como uma equipe de saúde, formada por 14 médicos e enfermeiros militares. Além disso, no período das eleições de 1992, o país enviou 4 observadores eleitorais, funcionários do Tribunal Superior Eleitoral. O mesmo General-de-Brigada brasileiro, Péricles Ferreira Gomes, que já chefiara a UNAVEM I, também exerceu o cargo de Comandante dos Observadores Militares, de maio a setembro de 1991.

Com a instituição da UNAVEM III, por meio da Resolução/CSNU nº 976(1995), que foi aprovada pela A/RES/49/227(1995), o Brasil, mais uma vez,

enviou tropas à Angola. Criada para supervisionar e executar as tarefas previstas no Protocolo de Lusaka, a ação da UNAVEM III estendeu-se de agosto de 1995 a julho de 1997. Essa missão teve a participação brasileira de um Batalhão de Infantaria (800 homens) e uma companhia de engenharia (200), os quais foram enviados, juntamente com dois postos de saúde avançados (40 médicos e assistentes) e, aproximadamente, 40 oficiais do Estado-Maior. Observadores militares e policiais brasileiros também participaram da missão, que totalizou 4.222 homens em Angola, representando a maior presença brasileira em missões das Nações Unidas. De julho de 1996 a julho de 1997, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Eduardo Brandão foi o Responsável pelo Corpo de Observadores Militares; esse cargo foi ocupado, depois, pelo também brasileiro Capitão-de-Mar-e-Guerra Carlos Ribeiro da Silva, no período de agosto de 1997 a junho de 1998.

Em julho de 1997, a MONUA (United Nations Observer Mission in Angola) foi estabelecida pela Resolução/CSNU nº 1118(1997); ela se estendeu até fevereiro de 1999, com o objetivo de executar as tarefas remanescentes do Protocolo de Lusaka. A AGNU editou as Resoluções A/RES/52/8-A-B-C(1997), A/RES/53/228(1998), A/RES/53/211(1998) e A/RES/54/17-A-B(1998), as quais relacionavam-se ao financiamento desta missão. Observadores militares e policiais do Brasil foram a Angola, juntamente com oficiais do Estado-Maior. Após o término da missão, o Brasil contribuiu com o envio de uma equipe médica de 15 profissionais, totalizando 74 brasileiros na MONUA.

Em agosto de 2002 foi estabelecida a MNUA (Missão das Nações Unidas em Angola), composta por funcionários das Nações Unidas e civis angolanos; seu objetivo era o de auxiliar no restabelecimento da paz no território angolano, e sua ação estendeu-se até fevereiro de 2003. Dessa feita, o Brasil não

enviou tropas, uma vez que se tratava de uma missão exclusiva dos funcionários da ONU.

Fica evidente que o Brasil – no intuito constante de manter os laços com Angola – , engajou-se nestas operações, numa participação que totalizou 5.500 militares brasileiros, incluindo unidades médicas e de engenharia – o maior contingente brasileiro em missões de paz das Nações Unidas.

Ao mesmo tempo, não é unicamente no âmbito do CSNU que se observa a preocupação brasileira com a situação angolana. A Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU) discutiu e aprovou Resoluções que visavam a “...assistência internacional para a reabilitação econômica de Angola”, (Cf. A/RES/46/142(1991), conforme se verifica com as A/RES/45/233(1990) e A/RES/46/142(1991).

A tentativa de participar da reabilitação econômica de Angola tende a favorecer a retomada efetiva das relações bilaterais econômicas, cujo principal órgão gestor e impulsionador, seria o próprio Itamaraty.

Concluindo, percebe-se que o teor das relações Brasília-Luanda, durante os anos de 1990 a 2002, adaptou-se ao contexto de crise internacional e às transformações ocasionadas pelos respectivos condicionantes internos. O declínio nas relações comerciais, por sua vez, foi equacionado por uma nova forma de contato bilateral, que se exercitou, especialmente, junto aos debates na CPLP, na ZOPACAS e também na ONU. O cenário multilateral foi o elemento-chave da manutenção do relacionamento Brasil-Angola, o qual se concretizou mediante as, por nas classificadas, *relações bilaterais indiretas*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Períodos marcados, ora por uma aproximação mais intensa, ora por uma diminuição de contato fazem parte da dinâmica das relações entre Brasil e Angola. Como todas as relações entre Estados, as relações aqui retratadas caracterizam-se por um conjunto de interesses díspares, prioridades e posicionamentos. São esses aspectos que vão determinar, junto com a situação política interna, o grau de aproximação e cooperação, que vai prevalecer entre os dois países.

Brasil e Angola estão, historicamente, ligados, desde quando integravam o império português, no século XVI, no qual tinham diferentes funções no processo de exploração e colonização. A língua e a cultura comuns aproximaram os dois países, e se constituíram na base para o posterior e efetivo estabelecimento das relações.

O fato de o Brasil ter sido o primeiro país a reconhecer, em 1975, a independência da República Popular de Angola, sob o Governo do MPLA, concretizou e assinalou o marco do estabelecimento dessas relações. A instalação de uma Representação Especial em Luanda, antes mesmo da independência daquele país, retrata o interesse brasileiro no país africano. Esse reconhecimento veio fortalecer a efetividade das relações bilaterais, que conheceram o auge, especialmente nos ermos de intercâmbio comercial, entre os anos de 1970 a 1990. Data da década de 1980, o Acordo de Cooperação, que passou a sustentar a cooperação bilateral, nos anos 1990.

Entre os anos 1990 e 2002, essas relações bilaterais experimentaram uma adaptação aos cenários que foram-se desenhando no período. Paralelamente à instabilidade da situação internacional, configuravam-se os respectivos cenários internos, que divergiam quanto aos interesses e às prioridades que eram imprimidos às respectivas políticas externas.

O Brasil entrou, em termos parciais, num ciclo neoliberal, que iniciou com o Governo do Presidente Fernando Collor de Melo. As medidas reformistas (abertura unilateral do mercado interno e privatizações de empresas estatais), que sintonizavam com os quesitos estabelecidos pelo Consenso de Washington, tiveram, como uma de suas conseqüências a mudança da base de prioridades da política externa, que até então, era praticada. O teor desenvolvimentista teve sua relevância diminuída, em prol, por um lado, de uma busca pelo maior atrelamento à países do Norte, especialmente os EUA; e, por outro, do desenvolvimento de políticas regionais, dentre elas, o Mercosul.

O Governo Itamar Franco buscou reverter esse quadro, ao anunciar uma retomada do *desenvolvimento* na agenda externa brasileira, sobretudo no que se referisse aos “círculos de geometria variável” (expressão utilizada pelo Chanceler Amorim): um em direção à América do Sul; e outro, em direção ao Atlântico Sul. Durante esse Governo, o principal objetivo da política externa foi o de revalorizar a presença do Brasil no cenário internacional, a partir de foros multilaterais (especialmente a ONU), e, a partir, também, da integração regional.

Por sua vez, o Presidente Fernando Henrique Cardoso buscou alcançar um meio termo entre as políticas externas dos dois governos, que o tinham antecedido. Contudo, ele acabou por dar, à agenda externa brasileira, um caráter de diminuição da autonomia do país, mediante a transferência das funções econômicas

do Ministério das Relações Exteriores para a Pasta da Economia, com o exercício da *diplomacia presidencial*. A política externa dos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso esteve direcionada ao aprofundamento da integração regional, à diversificação das relações bilaterais do Brasil com os países do Norte e à participação em organismos multilaterais, desta vez, em especial, os econômicos.

Pelo lado angolano, o prosseguimento da guerra civil, nos anos 1990, forçou àquele país a remeter a sua agenda externa para a resolução da caótica situação interna. Os Acordos de Nova York, firmados em 1988, determinavam a retirada das tropas cubanas do território angolano, encerrando formalmente a Guerra Fria naquele continente. O cessar-fogo entre as tropas da UNITA e o governo de Luanda foi previsto pelos Acordos de Bicesse, de 1991, quando o governo do MPLA empreendeu algumas reformas no sistema político do país.

Vencida essa etapa, as eleições de 1992 (supervisionadas pela ONU) deram a vitória ao MPLA. No entanto, o líder da UNITA, Jonas Savimbi, recusou-se a aceitar esse resultado, sob a alegação de ter havido fraude eleitoral. Em novembro do mesmo ano, reiniciou-se a guerra civil, que voltou a destruir cidades e a quase totalidade da infra-estrutura do país. No entanto, a UNITA já não contava mais com o apoio dos Estados Unidos, que reconheceram o governo angolano do MPLA no ano de 1993.

Em 1994, José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinaram o Protocolo de Lusaka (que não foi cumprido pela UNITA). Em 1997, um novo governo de unidade nacional foi formado, com Savimbi no cargo de Vice-Presidente. No ano de 1998, as lutas foram reiniciadas e o governo do MPLA extinguiu todos os direitos políticos que foram dados aos membros da UNITA. Savimbi, nesse rescaldo, criou

um novo grupo, a UNITA Renovada. Em 1999, as Nações Unidas optaram pela continuidade da permanência de tropas naquele país, ao mesmo tempo em que eram desenvolvidos trabalhos humanitários que davam ajuda a milhares de refugiados angolanos. O fim desse conflito deu-se somente em 2002, com a morte de Jonas Savimbi.

A política externa angolana, como conseqüência da guerra civil, esteve direcionada para ajudar o regime a aumentar sua capacidade de vitória no conflito civil. Dessa forma, para atingir esse objetivo, Angola procurou resguardar o contato com seus aliados regionais, e o apoio dos seus aliados internacionais, como primeiro passo para a resolução de seus desafios internos.

Pode-se dizer que, mesmo com a diminuição da intensidade comercial, no período em estudo, as relações Brasil-Angola sustentaram-se de forma diferenciada, por meio de novas vias de entendimento bilateral. Como as situações internas (nos dois países) divergiam em complexidade, uma vez que, por um lado havia a continuidade da guerra civil angolana; e, por outro, a busca brasileira por estabilidade econômica, poder-se-ia supor que as relações econômicas entre Brasília e Luanda, inclinar-se-iam, automaticamente, a diminuir. A isso, deve ser somada a situação internacional de globalização e reestruturação econômica.

No entanto, as relações bilaterais foram adaptando-se às novas conjunturas internas e externas, numa espécie de amadurecimento e ajuste de cada uma das políticas externas. A política brasileira para Angola persistiu de maneira seletiva, com prioridades precisas e bem delimitadas (cf. Saraiva, 1996, 223)..

É exatamente nos termos em que o então Chanceler, Fernando Henrique Cardoso, em 1993, quando se referiu à “fase adulta” da política [externa] brasileira, que “...saberá se adaptar aos novos tempos”. (CARDOSO, 1993, p. 259).

Torna-se inarredável, pois, analisar as relações bilaterais no período sob duas vertentes distintas, porém complementares entre si: por um lado, as *relações bilaterais diretas*, nas quais o contato consolidou-se diretamente entre Brasília-Luanda, mediante o relacionamento entre Ministérios e Presidentes, especialmente via as visitas presidenciais e dos Acordos e Protocolos de Intenção, nas mais diversas áreas de cooperação técnica. Na área econômica, apesar da diminuição dos contatos comerciais, merece análise a presença da Construtora Norberto Odebrecht em território angolano; e a atuação da Petrobrás, por intermédio dos Acordos com a Sonangol. Por outro, as *relações bilaterais* foram *indiretas*, multilateralmente intermediadas e mais intensas, efetivadas tanto no cenário regional, quanto no cenário mundial.

Neste estudo, assim, optou-se por analisar, com maior enfoque, as *relações bilaterais indiretas*, que se consolidaram nas órbitas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e das Nações Unidas. Isso porque parte-se do princípio de que esses foros internacionais são mais ricos em significados para o estudo das relações bilaterais em pauta. De maneira mais destacada, nos debates e acordos resultantes dos encontros da CPLP, foi possível constatar um nítido acercamento brasileiro-angolano, em especial, no que concerne à cooperação – técnica ou sócio-educativo-cultural –, que foi levada a efeito com o apoio da sociedade civil brasileira.

A proposta de constituição de uma Zona de Paz do Atlântico Sul vem-se inserir nessa perspectiva regional da política externa brasileira, na qual Angola envolveu-se, claramente, como principal aliado, pelo lado africano.

Nas Nações Unidas, Angola e Brasil mantiveram a aliança, especialmente, nas atividades do Conselho de Segurança daquela organização. Nos biênios 1993/1994 e 1998/1999, quando o Brasil lá esteve como membro eleito, percebe-se, de imediato, a preocupação brasileira nesse sentido, seja através dos discursos dos representantes do país no órgão, seja pelo expressivo número de Resoluções do mesmo, relacionadas ao conflito angolano.

Trata-se, portanto, de uma inquestionável colaboração do Brasil com Angola, que faz emergir o teor dessas relações bilaterais, o qual prevaleceu amparado em uma adaptação das respectivas agendas de política externa aos contextos endógenos e exógenos. Essa adaptação, também, deve ser relacionada à progressiva relevância da atuação da CPLP no meio regional, bem como à provável constituição da ZOPACAS.

O interesse mútuo na manutenção das relações bilaterais (sejam *diretas* ou *indiretas*), emanadas palavras do Embaixador brasileiro Pungs, por ocasião do Seminário Relações Brasil-Angola, realizado em Brasília, no ano de 1993:

As razões para o relacionamento entre Brasil e Angola não devem restringir-se aos laços culturais, por mais importantes que sejam. Para que o relacionamento seja mais forte e duradouro, temos de investir mais nos aspectos econômicos com fórmulas criativas para superar os problemas internos dos dois países, que têm um enorme potencial de crescimento". (PUNGS, 1993, p. 36).

A relevância dessas relações pode ser percebida, da mesma forma, pela atual agenda externa brasileira: o Governo Lula da Silva tem buscado

redirecionar a política externa brasileira para Angola (e África em geral), numa espécie de retomada das *relações bilaterais diretas*. Isso fica evidenciado nas subseqüentes visitas presidenciais ao continente africano, que vem sendo realizadas desde 2003.

O interesse da política externa brasileira pela África tem sido reafirmado constantemente pelo Chanceler Celso Amorim, quando ele especifica que o objetivo do país refere-se muito mais à cooperação direta do que a uma estratégia global, no qual Angola se localiza destacadamente (2003, s/p). O próprio Presidente Lula da Silva afirmou tal prioridade, em 2003: "...o desenvolvimento de Angola se refletirá em benefícios também para o Brasil, e vice-versa".(SILVA, 2003, s/p). Em particular, no que se refere aos acordos entre a Petrobrás e a Sonangol, tem-se notado um sério comprometimento por parte de ambos os governos, no sentido de aprofundar esse intercâmbio. Tanto assim, que, em outubro de 2004, foi assinado um acordo relacionado a esse assunto específico.

Com o fim do conflito civil, o governo angolano tem-se reorganizado, numa tentativa de restabelecer as condições para o funcionamento do Estado e da sociedade civil. Citando Menezes, "...após alguns anos de funcionamento regular, o país [*Angola*] poderá revelar-se um grande produtor de produtos agrícolas [...] estabelecer-se como importante participante na produção e montagem de 'produtos mundiais' [...] gozando do privilégio de situar-se a meio caminho entre a Europa, a América do Sul e a Ásia".(2000, p. 387).

Essa retomada efetiva das relações econômicas entre o Brasil e Angola não deve ser interpretada tal como um contato que, daqui pra frente, se dará exclusivamente pela via *direta*; ele se dará, isso sim, como um contato a ser impulsionado e complementado pelas *relações bilaterais indiretas*, nas quais ambos

países terão relevância recíproca em suas respectivas agendas externas. Os laços culturais e históricos contribuem para a superação dos obstáculos atuais, e direcionam para a retomada sugerida pelo governo Lula da Silva.

Na cabe, aqui, supor que este tema tenha encontrado o seu esgotamento no presente estudo. Cabe, isso sim, apresentar esta reflexão como mais um ponto que leve a tantos outros novos trabalhos, os quais possam vir, também academicamente, a aproximar os dois países.

REFERÊNCIAS

ANGOLA e Brasil unificam posições na ONU. **Angola Hoje**, Luanda, Ano 3, nº 14, maio/junho de 2004. p.38.

ACORDO entre o Governo Português e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa referente ao estabelecimento da sede da Comunidade em Portugal em 03/07/1998 e Resolução da Assembléia da República de Portugal nº 23/99. **Diário da República**, Lisboa, nº 72/99, 26 mar. 1999. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/politica_externa/discurso/>. Acesso em: 10 mar. 2005.

ACORDO de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em Luanda, em 11 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 25, p.120. abr./jun. 1980.

ACORDO de Alvor, Alvor/Algarve, 15 de janeiro de 1975. In CORREIA, P. de P. **Angola: de Alvor e Lusaka**. Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996. p. 271-280.

ACORDO de Cooperação entre os Governos integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a redução da demanda, prevenção do uso indevido e combate à produção e ao tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas, assinado em 18 de julho de 1997, em Salvador. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues?politica_externa?discursos>. Acesso em: 08 mar. 2005.

ALMEIDA, Paulo R. de. **Relações Internacionais e Política Externa do Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998.

AMORIM, Celso Luis. N. O Brasil e o Conselho de Segurança. **Política Externa**. São Paulo, Vol.3, nº 4, p. 3-15,1995.

_____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura da 3ª Reunião de Estados-Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, em Brasília, em 21 de setembro de 1994. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 75, p. 34, jul./dez. 1994.

_____. Para Celso Amorim, Brasil vai redescobrir a África. **Agência Brasil**, Brasília, 01 out. 2003. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/> Acesso em: 31 ago. 2004.

- _____. Discurso do Chanceler Celso Amorim por ocasião da posse do secretário-geral das Relações Exteriores, Roberto Abdenur, em 2 de setembro de 1993. In **Política Externa. Democracia. Desenvolvimento**. Gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty: agosto de 1993 a dezembro de 1994. Brasília: FUNAG, 1995. p.28
- ATA final da Comissão Mista Brasil-Angola, de 17 de julho de 1992. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 71, p.16, 2º semestre 1992.
- AUDIÊNCIA pública da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional da República de Portugal, em 28 de novembro de 2002. Disponível em: <<http://www.unportugal.pt>> Acesso em: 11 mar. 2005.
- BARBOSA, Rubens A. O Brasil e suas opções internacionais: a articulação entre o universal e o regional. **Política Externa**, São Paulo, Vol. 3, nº 3, p. 101-116,1994.
- _____. O lugar do Brasil no Mundo. **Política Externa**, São Paulo, Vol. 5, nº 2, p.69-82,1996.
- BRUCAN, Silviu. **La disolucion del poder**: sociologia de las realciones internacionales y políticas. Ciudad de Mexico: Siglo Veintinuno Editores, SA, 1974.
- CAMBESES JUNIOR, Mário. O Estado: Apreciação sob Quatro Enfoques. **Revista da Escola Superior de Guerra**, Ano XIX, nº 41, p.156-165, 2002.
- CANNABRAVA, Ivan. Discurso Embaixador Ivan Cannabrava por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Lisboa, 22/07/1999. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/politica_externa/discurso/>. Acesso em: 10 maio 2005.
- CANANI, Nei. A. G. **Soberania e Desenvolvimento: a política externa de Itamar Franco (1992/1994)**. Dissertação de Mestrado PPGCP/UFRGS, 2003.
- CARDOSO, Fernando. H. Política Externa: fatos e perspectivas. **Política Externa**, vol.2, nº1, s/p, jun.1993a.
- _____. África e o Brasil. *Jornal do Brasil*, 18 mar.1993. Apud Ministério das Relações Exteriores, **Política externa em tempos de mudança**: a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. MRE/Funag, 1994. p. 259.

_____. O Brasil e a lusofonia. *Jornal do Brasil*, 25 abr. 1993. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, nº 72, p.220, 1º semestre 1993b.

_____. A política externa do Brasil no início de um novo século. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 44, nº1, s/p, 2001.

CASTELLO BRANCO, Humberto de A. **A Diplomacia da Revolução Brasileira**. Brasília: MRE, 1964. s/p.

CASTRO, João A. de A. O congelamento do poder mundial. In AMADO, R. (Org.) **Araújo Castro**. Brasília: Ed. UnB, 1982.

CAVALCANTI, Carlos Alberto de M. **O processo de democratização em Angola e Moçambique**: um estudo comparativo. Dissertação de Mestrado do PPG em Relações Internacionais/UnB. Brasília: 2002.

CERVO, Amado L. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 45, nº1, p. 5-35, 2002.

_____. e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. da UnB, 2002.

COLLOR DE MELO, Fernando. Discurso do Presidente Fernando Collor na cerimônia de formatura da Turma de 1990 do Curso de Preparação do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 29 de maio de 1991. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 68, p. 139-150, 1º semestre 1991a.

_____. Discurso do Presidente Fernando Collor proferido por ocasião do jantar oferecido pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em Luanda, no dia 9 de setembro de 1991. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 69, p.121-123, 2º semestre 1991b.

COMUNICADO conjunto Brasil-Angola, de 11 de junho de 1980. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 25, p. 113, abr./jun. 1980.

CORDELIER, Serge; DIDOT, Béatrice; NETTER, Sarahl (dir.). **L'état du monde 2004**: annuaire économique et géopolitique mondial (23ª ed). Paris: La Découverte, 2003.

- CORREIA, Pedro de P. **Angola: de Alvor e Lusaka**. Lisboa: Hugin Ed. Ltda., 1996.
- COSTA, Darc. O Brasil e seu futuro: entrevista. Monitor Mercantil, Rio de Janeiro, dez/2000. Disponível em: <<http://www.esg.org.br/membros/darc>> Acesso em: 20 maio 2005.
- COSTA E SILVA, Alberto da Costa e. **O Vício da África e outros vícios**. Lisboa: João Sá da Costa, 1989.
- _____. Sem a África, o Brasil não existiria: entrevista. **Revista de História**, Rio de Janeiro, Ano 1, nº1, p. 52-57, 2005.
- CURTO, José C. Vinho verso Cachaça – A luta luso-brasileira pelo comércio do álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703. In PANTOJA, Selma. e SARAIVA, José Flávio S. (Org.) **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 69-97.
- DECLARAÇÃO dos Representantes dos Estados-membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul”, em Brasília, 22 de setembro de 1994. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/politica_externa_discursos/> Acesso em: 10 maio 2004.
- DECLARAÇÃO da Conferência para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 29 de agosto de 1994, Bostwana. Disponível em: <<http://www.sadc.org>>. Acesso em: 11 mar. 2005.
- DOMBE, Alfredo. **Relações Angola-Brasil (1975-1990)**: a dimensão econômica no projeto de reconhecimento da independência de Angola. Dissertação de Mestrado Instituto de Relações Internacionais/ PUC-RJ, 1997.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Ed. da UnB/ São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- FERNANDES, Ana. Paula. Petróleo em tempos de guerra. **O Mundo em Português**. Lisboa, nº 5, s/p, 2000.
- FIGUEIRA, J. C. A. As atividades da Petrobrás na África. In **Relações Brasil-África: um colóquio**. Brasília: MRE/ Departamento de África e Oriente Próximo/IPRI/IRI, 2002.
- FONSECA JR., Gelson. (Org.) **O Brasil no Conselho de Segurança da ONU (1998/1999)**. Brasília: IPRI/ FUNAG, 2002.
- FONSECA, Pedro C. D. Políticas sociais e estabilização econômica no Brasil. **Anos 90**: Revista do PPG em História da UFRGS. Porto Alegre, nº. 5, p. 45-64, 1996.
- FONTOURA, Paulo Roberto C. T. da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília: IRB/FUNAG/CEE, 1998.

- GALA, Irene V. Perspectivas das relações do Brasil com o mundo lusófono. In REBELO, A., FERNANDES, L. e CARDIM, C. H. (Orgs.) **Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. p.357-370.
- GAMA, Jaime. Discurso do Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Senhor Jaime Gama, em visita oficial a Cabo Verde, no ano de 1983. Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 10 maio 2005.
- GARCIA, Eugênio V. **Cronologia das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega/Brasília: FUNAG-MRE, 2000.
- GUIMARÃES, Samuel P. **Quinhentos anos de periferia**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1999.
- HIRST, Mônica e PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 38, nº 1, p. 5-23.1995.
- JORGE, Manuel. **Para compreender Angola: da política à economia**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- LAFER, Celso. **O Brasil e crise mundial**. São Paulo: Perspectiva: 1984.
- _____. Perspectivas e possibilidades da inserção internacional do Brasil. **Política Externa**, São Paulo, Vol.1, nº 3, p. 100-121, 1992a.
- _____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, na cerimônia de abertura da V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, realizada em Brasília, em 15 de julho de 1992. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 71, p.13-25, 2º semestre 1992b.
- _____. Discurso do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, no seminário promovido pelo IPRI e pela FUNAG, CPLP: Oportunidades e Perspectivas, em 28/05/2002. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/politica_externa/discurso/>. Acesso em: 10 maio /2005.
- LAMPREIA, Luis Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Rio de Janeiro, Vol. 42, nº 2, p. 5-17, 1998.
- _____. Uma diplomacia afirmativa na África. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 17, 11 maio 1996.

- _____. Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia na abertura da Reunião Ministerial da CPLP, em 17/07/1997. Disponível em: <<http://www.cplp.gov>>. Acesso em: 10 maio 2005.
- LIMA, Maria Regina S. de. Ejes analíticos y conflicto de paradigmas em la política exterior brasileira. **América Latina/ Internacional**. Buenos Aires, vol. 1, nº 2, p.28,1994.
- MACIEL, George A. Discurso do Chefe da Missão do Brasil junto à Organização das Nações Unidas, George Álvares Maciel, em Nova York, em 20 de setembro de 1985, por ocasião do exame, no Conselho de Segurança daquela organização, da queixa de Angola contra a invasão de seu território por forças sul-africanas. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 46, p. 86, jul./set. 1985.
- MALAQUIAS, A. Política Externa Angolana depois da guerra civil: como envolver o Ocidente? **O Mundo em Português**. Lisboa, s/nº, p. 5, out. 2002. Disponível em: <<http://www.ieei.pt>> Acesso em: 05 out. 2003.
- MARTINS, Luccanne Guedes da Luz. **Relações político-diplomáticas entre Brasil e Angola (1808/1840)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.
- MELO, Ovídio de A. O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975. In GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Vol. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, 2000. p.345-391.
- MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Fapesp, 2000.
- MILZA, Pierre. Política interna e política externa. In RÉMOND, R. (Org.) **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ FGV, 1996. p.635-399.
- MOURÃO, Fernando A. A. Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. **Política e Estratégia**. São Paulo, Vol. 6, nº 1, p. 49-60, jan./mar. 1988.
- _____, e OLIVEIRA, H.A. de. Política africana no Brasil. In GUILHON ALBUQUERQUE, J. A. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)**. Vol. 3. São Paulo: Annablume/ NUPRI-USP, 2000. p.309-343.
- NETO, Agostinho. Discurso do Presidente angolano, Agostinho Neto, ao receber, em 25 de maio de 1976, em Luanda, as credenciais do primeiro Embaixador brasileiro na República Popular de Angola Rodolpho Godoy de Souza Dantas. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, Ano III, nº IX p.98, 1976.
- NOGUEIRA BATISTA, Paulo. A política externa de Collor: modernização ou retrocesso?. **Política Externa**, vol. 1, nº4, p. 106-135, 1993.
- _____. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**. São Paulo, nº 6, p.3-57, 1994.

- OLIVEIRA E SILVA, F. R. de. Memorando sobre a situação político-militar de Angola e as relações entre Brasil e Angola. In PUNGS, R. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº 7, 1993. p. 5-6.
- PANTOJA, Selma e SARAIVA, José Flávio S. (Org.). **Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- PATRÍCIO, José. **Angola-EUA: os caminhos do bom senso**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- PECEQUILO, Cristina S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- PENNA FILHO, Pio. O Atlântico Sul como espaço de possibilidades entre o Cone Sul e a África Austral. **Cena Internacional**, São Paulo, Ano 5, nº2, p. 23-39, dez. 2003.
- PEREIRA, Analúcia D. **A política externa do governo Sarney: a Nova República diante do reordenamento internacional (1985-1990)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- _____. A Política Externa do Governo Collor: a transição para a Nova Ordem Internacional. Disponível em: <<http://www.nerint.ufrgs.br/artigos>>. Acesso em: 25 maio 2004.
- PIMENTEL, João Vicente S. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, Vol. 43, nº1, p. 5-23, 2000.
- POLÍTICA Externa. Democracia. Desenvolvimento. Gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty: agosto de 1993 a dezembro de 1994. Brasília: FUNAG, 1995.
- POLÍTICA Externa Em Tempos De Mudança: a gestão do ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty. Brasília: MRE/ FUNAG, 1994.
- PUNGS, Reiner. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº 7, 1993.
- QUADROS, Jânio. A nova política externa brasileira. **Relações Internacionais**. Brasília, Vol. I, nº 3, p. 73-77, 1978.
- REBELO, Aldo, Fernandes, Luis e CARDIM, Carlos H. (Orgs.) **Seminário Política Externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- REGO BARROS, Sebastião do. **A execução da política externa brasileira: palestra do secretário-geral das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1996. Disponível em: <<http://www.mre.gov.br/documentos>> Acesso em: 10 out. 2004.

- REGO FILHO, Luis do. A decisão de trabalhar em Angola. In PUNGS, R. **As relações entre Brasil e Angola**. Brasília: CEE – Documento de Trabalho nº 7, 1993. p. 19-20.
- RELATÓRIO do Ministério das Relações Exteriores/1961. In CASTRO, F. M.de O. **História da organização do Ministério das Relações Exteriores**. Brasília: Ed. da UnB, 1983, p.1983.
- RELATÓRIO assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e dirigido ao Secretário-Geral das Nações Unidas, no qual se expressam os pontos de vista do Governo brasileiro acerca da situação do Atlântico Sul e a implementação da Declaração sobre a Zona de Paz e cooperação do Atlântico Sul, em conformidade com o parágrafo 6, da Resolução 41/11, da XLI Sessão da Assembléia-Geral da ONU. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 54, p. 49, jul./set. 1987.
- RIBEIRO, Luis Dario T. e VIZENTINI, Paulo G. F. A nova desordem internacional: **Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, vol. 88, nº 5, s/p, set./out .1992.
- SANTANA, Ivo de. O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 1, p. 139-195, 2003.
- SANTOS, José Eduardo dos. Declaração sobre o 4 de abril, do Senhor José Eduardo dos Santos, Presidente da República Popular de Angola, em 05/04/2002. Disponível em: <<http://www.mirex.gov.an>>. Acesso em: 01 fev. 2005.
- SARAIVA, José Flávio S. **O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira**. Brasília: Ed. UNB, 1996.
- _____. (Org.) **Relações Internacionais: Dois séculos de História – Entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)**. Volume II. Brasília: IBRI, 2001.
- _____. O Brasil e a África: encontros e encruzilhadas. **Revista Ciências & Letras: África Contemporânea: história, política e cultura**, Porto Alegre, nº 21/22, p. 115-172, 1998.
- SARAIVA GUERREIRO, R. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Clube das Nações em Brasília, em 11 de fevereiro de 1982, por ocasião de almoço que lhe foi oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola Paulo T. Jorge. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 32, p. 82, jan./mar. 1982a.
- _____. Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ramiro Saraiva Guerreiro, no Palácio do Itamaraty em Brasília, em 7 de julho de 1982, por ocasião da abertura dos trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Angola. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 34, p. 29, jul./set. 1982b.

SARDENBERG, Ronaldo M. O Brasil e o papel das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacional. **Humanidades**, Brasília, vol. 11, nº 1, p. 27-33, 1995.

SARNEY, José. Discurso do Presidente José Sarney na cerimônia de abertura do Encontro de Chefes de Estado de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís, em 1º de novembro de 1989. **Resenha de Política Exterior do Brasil**, Brasília, nº 63, p. 42, out./dez. 1989.

_____. Discurso do Senhor Presidente da República, José Sarney, na XL Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas 1985. In **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas**, 1946-1995. Brasília: FUNAG, 1995.

SENA CARDOSO, Afonso J. **O Brasil nas Operações de Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNG/IRB/CEE, 1998.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80**: uma potência média recém industrializada. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SILVA, Francisco C. T. da. (Coord.). **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX**: as grandes transformações do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SILVA, Luis Inácio Lula da. **A política externa do Brasil**. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003.

_____. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de abertura da reunião ministerial Brasil-Angola, Luanda, 03/11/2003. Disponível em: <www.mre.gov.br/portugues/politica_externa/discursos/discurso>. Acesso em: 31 ago. 2004.

SOBRAL, A. M. B. Estratégias políticas da Lusofonia ou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. **África**: Revista do Centro de Estudos Africanos. São Paulo, nº 20-21, p.377-381, 1997/1998:

SODRÉ, Roberto de A. Palestra do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na Câmara dos Deputados, em 24 de junho de 1986, por ocasião da abertura do Seminário sobre Relações Brasil-África. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, nº 49, p. 120-125, abr./jun. 1986.

_____. Discurso do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Roberto de Abreu Sodré, na XLI Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, 1986, em 22 de setembro de 1986. In **A Palavra do Brasil nas Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1995. p.468.

TAUNAY FILHO, Jorge D'Estrangnolle. Entrevista. **Jornal de Angola**, 01 fev. 2004. Disponível em: <<http://www.jornaldeangola.com/artigo.php?ID+14396>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

THE Angolan Mission Observer, maio/jun. 1999 – edição eletrônica. Disponível em: <<http://www.un.org/ao>>. Acesso em: 10 set. 2004.

UM país marcado pela dor: os angolanos sofrem com a guerra civil e a pobreza, 254 anos depois da independência. **Zero Hora**, Porto Alegre, 12 nov. 2000., p. 34.

VENÂNCIO, Moisés. The United Nation and Angola. **Cadernos do Lumiar**, Lisboa, nº 3, s/p, 1994. Disponível em: <<http://www.ieei.pt//documento>> Acesso em: 23 out. 2003.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964/1985)**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/ UFRGS, 1998.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. A África (in) dependente/ 1945-98: processos políticos, desenvolvimento e relações internacionais. **Revista Ciências & Letras: África Contemporânea: história, política e cultura**, Porto Alegre, nº 21/22, p.73-112,1998.

_____. África: relações Internacionais e construção do Estado-nação. **Revista Ciências & Letras: O mundo Afro-asiático**. Porto Alegre, nº 33, p. 89-118, 2003.

<<http://www.odebrecht.com.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005, 24 maio 2005 e 22 jun. 2005.

< <http://www.petrobras.org>>. Acesso em: 01 fev. 2005 e 24 maio 2005.

< <http://www.un.org/> sc> Acessos em: 24 set. 2004 e 10 fev. 2005.

< <http://www.nerint.ufrgs.br>>. Acesso em: 01 fev. 2005.

< <http://www.mre.gov.br>>. Acessos em: 10 out. 2003, 31 ago. 2004, 24 set. 2004 e 01 fev. 2005, 24 maio 2005 e 22 jun. 2005.

< <http://www.mirex.ebonet.net>>. Acessos em: 24 set. 2004, 21 out. 2004 e 01 fev. 2005.

< <http://www.anp.gov.br>>. Acessos em: 22 maio 2005 e 02 jun. 2005.

<<http://www.angolapress-angop.ao/noticia.asp?ID=206252>> Acessos em: 10 out. 2003, 25 nov. 2003, 11 mar. 2004, 31 ago. 2004, 24 set. 2004 e 01 fev. 2005.

<<http://www.ciari.org/investigacao.htm>> Acessos em: 11 mar. 2004 e 24 set. 2004.

APÊNDICE A: Quadro comparativo Brasil-Angola

	BRASIL	ANGOLA
Nome Oficial	República Federativa do Brasil	República de Angola
Superfície	8.514.215km ²	1.246.700km ²
População	176.503.000 habitantes	16.000.000 habitantes População urbana: 33% (1998) Taxa crescimento populacional: 3,2% (1995/2000)
Densidade	20,6 hab/km ²	10,6 hab/km ²
Religião	Catolicismo (73,6%) Protestantismo/ Igrejas Evangélicas (15,4%) Espiritismo (1,3%) Religiões Afro-Brasileiras (0,3%) Outras (1,8%) Sem religião (7,4%)	Catolicismo (38%) Protestantismo/ Igrejas Evangélicas (15%) Religiões tribais (47%)
Taxa de Alfabetização	86% (2000)	42% (2005)
Capital	Brasília	Luanda
Principais cidades/ população	São Paulo Rio de Janeiro Brasília Porto Alegre	Luanda Huambo Benguela Lobito
Natureza do Estado	República Federal ²⁵	República unitária ²⁶
Regime político	Democracia Presidencial	Semipresidencial

²⁵ O Brasil é composto por 26 Estados Federados, mais o Distrito Federal, todos com autonomia administrativa e política, a saber: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Tocantins,

²⁶ Angola é composta por 18 Províncias, sem autonomia administrativa nem política, a saber: Bengo, Benguela, Bié, Cabinda, Cuando Cunbango, Kwanza Norte, Kwanza Sul, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda Norte, Lunda Sul, Malanje, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire

Moeda	Real (R\$), desde 1994	Kwanza Novo (ou reajustado) (AON\$), desde 1998
PIB	US\$6.144.548,99 (bilhões) (2003)	US\$27.6 (milhões) (2004)
Crescimento do PIB	1,5% (2002);	17,1% (2002)
Renda per Capita	US\$ 7,470 (2002)	US\$ 2,040 (2002)
Data da Independência	07 de setembro de 1722	11 de novembro de 1975

Fontes:

1) Comunidade dos Países de Língua Portuguesa/CPLP, site oficial. Disponível em: <<http://www.ono.com.pt/CPLP/documento.asp>> Acesso em: 16 jun. 2005;

2) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 27 jul. 2005.

3) CORDELIER, Serge; DIDOT, Béatrice; NETTER, Sarahl (dir.). **L'état du monde 2004**: annuaire économique et géopolitique mondial (23^a ed). Paris: La Découverte, 2003.

APÊNDICE B: Cronologia das relações Brasil-Angola

1910: Com a implantação da República em Portugal, dá-se início à reorganização da administração nas colônias, especialmente em Angola.

1917: Início da exploração de diamantes em Angola.

1921: O governador de Angola, Norton de Matos, dissolve a Liga Angola e o Grêmio Africano

1929: Fundação em Luanda da Liga Nacional Africana e da Associação dos Naturais de Angola (Anangola).

Anos 1950: A fim de deter o processo de libertação angolano, Portugal incentiva imigração para Angola.

1951: Designação oficial de Angola passou de *Colônia* para *Província Ultramarina de Portugal*.

1953: Fundação do PLUA (Partido da Luta dos Africanos de Angola).

1953: Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal, atrelando posições colonialistas de Portugal ao Brasil.

1954: Fundação, em Leopoldville (Kinshasa) da UPNA (União das Populações do Norte de Angola), sob a presidência de Roberto Holden. Em 1958 a UPNA passa a chamar-se UPA (União das Populações de Angola). **1956:** Dezembro: Agostinho Neto cria o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), com apoio da URSS.

1959: Aprisionamento de membros dos movimentos de libertação em Luanda.

1961: Janeiro: Governo Jânio Quadros com Afonso Arinos de Mello Franco como Chanceler. *Política Externa Independente* mescla o nacionalismo autonomista de Getúlio Vargas, o desenvolvimentismo multilateralista de Juscelino Kubitschek e o neutralismo reivindicatório terceiro-mundista.

- Fevereiro: Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), criado em dezembro de 1956, organiza uma série de protestos contra o domínio português. Ataque à prisões de Luanda. Início da guerra de libertação nacional.

- Abril (14): Criado o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA).

1961/1964: Governo de João Goulart, tendo como Chanceler Francisco San Tiago Dantas. (Brasil).

1962: Março (28): A União dos Povos de Angola (UPA) e o Partido Democrático Angolano se unem para formar a Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA), sob a liderança de Holden Roberto.

1964: Março (31): Golpe Militar no Brasil. Marechal Humberto Castello Branco assume a presidência (1964/1967), com Vasco Leitão da Cunha e Juracy Magalhães (1966 em diante) como Chanceleres.

1966: FNLA se divide por questões étnicas. No sul do território, no dia 13 de março, pela divisão anterior, surge a União para a Independência Total de Angola (UNITA), chefiada por Jonas Savimbi.

1967/1969: Governo do General Arthur da Costa e Silva. A *Diplomacia da Prosperidade* do Chanceler José de Magalhães Pinto incrementou relações com Terceiro Mundo, numa perspectiva de relacionamento Sul-Sul. (Brasil).

1968: É criada a Câmara de Comércio Brasil-África. (Brasil).

1969: É criado, no Itamaraty, Secretariado Geral Adjunto para Assuntos da África e Oriente Próximo, sub-dividido em África e Oriente Próximo. (Brasil).

1969/1974: Governo do General Emílio Garrastazu Médici. Mário Gibson Barboza assume Ministério das Relações Exteriores, com a *Diplomacia do Interesse Nacional*.

1972: 25 de outubro a 22 de novembro: Chanceler Gibson Barboza, acompanhado de uma comitiva ministerial visitou Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Gabão, Camerum, Dahomey, Togo, Zaire e Senegal. (Brasil).

- Novembro (14): Na XXVI Assembléia Geral das Nações Unidas, Brasil vota a favor da Resolução que considerava a autenticidade dos movimentos de libertação de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

1974/1979: Governo do General Ernesto Geisel, com Antônio Azeredo da Silveira como Chanceler, através do *Pragmatismo Responsável e Ecumênico*.

1974/1975: Êxodo de aproximadamente 300 mil portugueses de Angola.

1974: Abril (25): Início da Revolução dos Cravos em Portugal, que pôs fim à ditadura de Marcelo Caetano.

1975: Janeiro (3): Delegações do MPLA e da UNITA reúne-se em Mombaça, no Quênia, para acertar plataforma comum de negociação com Portugal.

- Janeiro (15): Acordos de Alvor entre MPLA, UNITA e FNLA marcam a independência de Angola para 11 de novembro do mesmo ano.

- Janeiro (31): Posse do governo de transição angolano, nos termos dos Acordos de Alvor (31).
- Março (22): Instalação da Representação Especial do Brasil em Luanda, chefiada pelo Embaixador Ovídio de Andrade Melo.
- Setembro (20): Soldados do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e o sétimo batalhão de infantaria do exército do Zaire iniciam ofensiva para tomar Luanda.
- Outubro (14 a 23): Tropas sul-africanas, com apoio norte-americano, invadem o sul do território angolano sob a "Operação Savannah", auxiliando os guerrilheiros da UNITA.
- Novembro (11): MPLA declara unilateralmente a independência de Angola, com Agostinho Neto assumindo a presidência da República Popular de Angola. Brasil é o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA. Tem início a guerra civil angolana. Autoridades portuguesas se retiram de Angola (11).

1976: 1ª Missão Comercial brasileira para Angola.

1977: O governo do MPLA em Angola se declara Marxista-Leninista.

1979/1985: Governo do General João Baptista Figueiredo, tendo como Chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro e a política externa baseada no *Universalismo*.

1979: Intervenção da África do Sul ao território angolano.

- Setembro (21): Com a morte de Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos se torna presidente da República Popular de Angola.
- Acordo entre Sonangol e Petrobrás.

1980: Aproximadamente 20 mil cubanos desembarcam em Angola, para auxiliarem MPLA na luta contra a UNITA.

- Junho (11): Chanceler Saraiva Guerreiro visita Angola. É assinado o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, em Luanda. Criada a Comissão Mista Brasil-Angola (11).

1982: 1ª Reunião da Comissão Mista Brasil-Angola, em Brasília.

1983: Presidente Figueiredo visita cinco países africanos.

1984: Construtora Norberto Odebrecht S.A. se instala em Angola.

1985: Eleição indireta de Tancredo Neves para presidência da República do Brasil. Por motivo de doença, o vice José Sarney (1985/1990) assume, tendo como Chanceler Olavo Setúbal.

1986: Fevereiro (14): Toma posse como Chanceler brasileiro Roberto de Abreu Sodré.

- Outubro (27): É aprovada, Resolução nº 41/11 da AGNU, proposta brasileira de criação de uma Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

1988: Outubro: Nova Constituição do Brasil.

- Dezembro (20): CSNU institui a UNAVEM I, com mandato de janeiro/1989 a maio/1991.
- Dezembro (22): Acordos de Nova York acertam retirada das tropas sul-africanas e cubanas de Angola, definindo futura independência da Namíbia.

1989: Janeiro (26 a 28): Presidente Sarney visita Angola.

- Novembro: Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado e Governo dos Países de Língua Portuguesa, em São Luiz do Maranhão. É criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IIL).

1990: Março (15): Eleito pelo voto direto, o presidente Fernando Collor de Melo toma posse como Presidente do Brasil (1990/1992). Francisco Resek é o Chanceler. Visita do presidente José Eduardo dos Santos ao Brasil.

- Outubro (05): Presidente Fernando Collor de Melo promulga Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre Brasil e Angola, através do Decreto nº 99.558.

1991: Maio (31): Acordos de Bicesse entre UNITA e o governo angolano: Reforma constitucional

- Junho: É estabelecida a UNAVEM II, com mandato de até fevereiro/1995:
- Setembro (15): Presidente Collor de Melo visita Angola, Namíbia, Moçambique e Zimbábue.

1992: Presidente angolano José Eduardo dos Santos participa da ECO-92, no Rio de Janeiro/RJ.

- Abril (14): Celso Lafer assume cargo de Chanceler brasileiro.
- Julho (15): V Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola, em Brasília.
- Setembro (29 e 30): Eleições gerais, com vitória de José Eduardo dos Santos. Recomeço da guerra civil em Angola.
- Dezembro (29): Itamar Franco assume efetivamente a Presidência do Brasil. (1992/1994). Fernando Henrique Cardoso é o Chanceler.

1993/1994: Brasil ocupa vaga como membro eleito no CSNU. Inúmeras Resoluções do CSNU condenando ações da UNITA.

1993: Janeiro (09): EUA reconhecem o governo angolano como legítimo

- Agosto (31): Celso Amorim assume o cargo de Chanceler brasileiro.

- Agosto (31): Conferência “As Relações entre Brasil e Angola”, no CEE/Ministério das Relações Exteriores.

- Setembro: UNITA propõe cessar-fogo unilateral, não aceito pelo governo angolano e pela ONU.

1994: Fevereiro (10): 1ª Cúpula de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília.

- Outubro (31): Protocolo de Lusaka.

1995: Posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995/1998). Chanceler Luiz Felipe Lampreia. (Brasil).

- José Eduardo dos Santos visita o Brasil. Acordo para reescalonamento da dívida angolana com o Brasil.

- Junho: 2ª Cúpula de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa.

- Maio: É estabelecida a UNAVEM III, com mandato até junho/1997.

1996: Abril (17 e 18): 3ª Cúpula de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa.

- Julho (17): Criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa.

- Novembro (24 a 28): Visita do presidente Fernando Henrique a Angola e África do Sul.

- Outubro (26): Pastoral da Criança se estabelece em Angola.

1997: Fevereiro: É estabelecida a MONUA, com mandato até fevereiro/1999.

- Julho (18): Aprovada reforma constitucional em Angola criando Governo de Reconciliação e Unidade Nacional.

1998/1999: Brasil membro eleito no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

1998: Dezembro: Reinício da luta entre forças da UNITA e governo angolano.

1999: Janeiro (1): Início do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1999/2002).

- Maio (31): Chanceler brasileiro Luis Felipe Lampreia visita Luanda e se encontra com o presidente José Eduardo dos Santos. Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.

- Julho (22): 4ª Cúpula de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa.

2000: Julho (17): 3ª Cúpula de Chefes de Estado e Governo da CPLP, em Maputo.

- Novembro (14): Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, em Brasília.

2001: Janeiro (29): Celso Lafer assume como Chanceler.

- Inúmeras Resoluções do CSNU, sancionando as atividades irregulares da extração de diamantes da UNITA.
- 5ª Cúpula de Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, em São Tomé.

2002: Abril (04): Morte de Jonas Savimbi em combate. Fim da guerra civil de Angola.

- Julho (31)/Agosto (1º): 4ª Cúpula dos Chefes de Estado da CPLP, em Brasília. .
- Agosto (1º): Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação de 1980, na área da educação, estabelecendo o Programa “Escola para Todos”, em Angola.
- Agosto: MNUA é estabelecida em Angola.